

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
JOÃO MIGUEL VILLAS-BÔAS BARCELLOS

**Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia”  
do governo Geisel: uma análise geopolítica.**

RIO DE JANEIRO  
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
JOÃO MIGUEL VILLAS-BÔAS BARCELLOS

**Segurança e Desenvolvimento como fundamento da “Grande Estratégia”  
do governo Geisel: uma análise geopolítica.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Alberto Eduardo Crespo

RIO DE JANEIRO  
2016

## FICHA CATALOGRÁFICA

B242 Barcellos, João Miguel Villas-Bôas.  
Segurança e desenvolvimento como fundamento da “grande estratégia” do governo Geisel: uma análise geopolítica / João Miguel Villas-Bôas Barcellos. – 2017.  
119 p. ; 31 cm.

Orientador: Eduardo Alberto Crespo.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2017.  
Bibliografia: f. 106-116.

1. Militarismo. 2. Estratégia. 3. Geisel, Ernesto, 1908-1996. I. Crespo, Eduardo Alberto, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 355.49

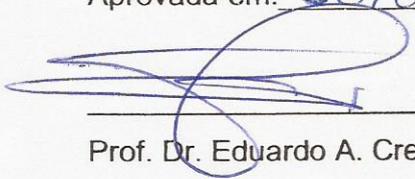
JOÃO MIGUEL VILLAS-BÔAS BARCELLOS

**Segurança e Desenvolvimento como fundamento da "Grande Estratégia" do governo Geisel: uma análise geopolítica.**

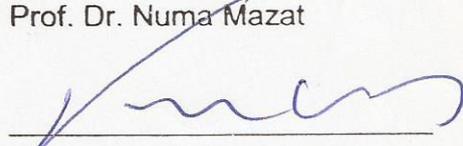
Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo

Aprovada em: 30/01/77

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Eduardo A. Crespo (orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Numa Mazat

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Vagner Camilo

## Dedicatória

Dedico esta dissertação a todos aqueles que pensaram e lutaram pelo Brasil grande:  
intelectuais, diplomatas, militares, políticos e pessoas comuns.  
Dedico igualmente à minha família e minha querida companheira, Bruna Marchesini,  
que me ajudaram com paciência e carinho.

## Epígrafe

Aliás, sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política *do* Exército, e não a política *no* Exército. [...] A política do Exército é a preparação para a guerra e esta preparação interessa e envolve todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação de uma mentalidade que sobreponha a todos os interesses da pátria, suprimindo quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. (Pedro Aurélio de Góes Monteiro, *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*)

## **Agradecimentos**

À UFRJ e, em especial, ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional – PEPI e seus professores, pela formação e influência na visão de mundo.

Ao meu orientador, Eduardo Crespo, pela motivação, ideais e correções.

À CAPES, pelo financiamento ao longo dos dois anos de estudos e pesquisas.

BARCELLOS, J.M.V.B. Segurança e desenvolvimento como fundamentos da “Grande Estratégia” do governo Geisel: uma análise geopolítica. Dissertação de mestrado em Economia Política Internacional. UFRJ, 2016.

**Resumo:**

Esta dissertação trata da tentativa de se pensar e implementar uma “Grande Estratégia” ao longo do governo Geisel. Para alcançar tal objetivo, o binômio segurança e desenvolvimento tornaram-se a pedra de toque do projeto estratégico dos militares que terá em Geisel seu zênite. Geisel herdara o ideal de transformação do Brasil em uma grande potência mundial que vinha se fortalecendo e amadurecendo desde o movimento dos “Jovens Turcos” e dos tenentes. Com a doutrina Góes Monteiro e a de Segurança Nacional, os militares conseguiram formatar uma ideologia modernizante autoritária e, porque não, desenvolvimentista. Aqui, tentaremos mostrar como o governo Geisel aprofundou tal ideologia e ampliou seu sentido para os campos da política internacional e do desenvolvimento econômico autônomo. Assim, segurança e desenvolvimento serão analisados como os principais pilares da “Grande Estratégia” geopolítica do general-presidente. Ele que se esforçou por meio de uma política de segurança preocupada em ampliar e melhorar a base industrial de defesa e de alcançar domínio total do ciclo de enriquecimento nuclear; além de uma política externa autonomista capaz de diversificar e defender os interesses estratégicos nacionais. Por fim, o desenvolvimento deveria ser alcançado de forma integral, para isso o II PND será a tentativa de mudar a estrutura produtiva nacional de modo a garantir competitividade e capacidade exportadora de bens complexos.

**Palavras-chave:** Pensamento Militar, Grande Estratégia, Segurança, Desenvolvimento, Ernesto Geisel.

BARCELLOS, J.M.V.B. Security and development as fundamentals of the "Grand Strategy" of the Geisel government: a geopolitical analysis. Master's Dissertation in International Political Economy. UFRJ, 2016.

**Abstract:**

This dissertation deals with the attempt to think and implement a "Grand Strategy" throughout the Geisel government. To achieve this goal, the security and development binomial have become the cornerstone of the military's strategic project that will have its zenith in Geisel. Geisel had inherited the ideal of transforming Brazil into a great world power that had been strengthening and maturing since the movement of the "Young Turks" and the lieutenants. With the Goes Monteiro doctrine and the National Security doctrine, the military managed to shape a modernizing ideology that was authoritarian and, why not, developmentalist. Here, we will try to show how the Geisel government deepened this ideology and extended its meaning to the fields of international politics and autonomous economic development. Thus, security and development will be analyzed as the main pillars of the general-president's "Grand Strategy" geopolitics. He has striven through a security policy concerned with expanding and improving the defense industrial base and achieving full control of the nuclear enrichment cycle, as well as an autonomist foreign policy capable of diversifying and defending national strategic interests. Finally, development should be achieved in an integral way, for this the II PND will be the attempt to change the national productive structure in order to guarantee competitiveness and export capacity of complex goods.

**Key words:** Military Thought, Grand Strategy, Security, Development, Ernesto Geisel.

**Lista de siglas e abreviaturas:**

AEB – Agência Espacial Brasileira  
AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica  
BID – Base Industrial de Defesa  
BM – Banco Mundial  
BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
CBC – Companhia Brasileira de Cartuchos  
CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico  
CEPAL – Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe  
CNEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CTA – Centro Tecnológico da Aeronáutica  
CTEx – Centro de Tecnologia do Exército  
CTM – Centro Tecnológico da Marinha  
CPDB - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Blindados  
CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea  
DIT – Divisão Internacional do trabalho  
DSN – Doutrina Segurança Nacional  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ESG – Escola Superior de Guerra  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.  
IPEN – Instituto de Pesquisa Energéticas e Nucleares  
ISI – Industrialização por Substituição de Importações  
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica  
IME – Instituto Militar de Engenharia  
MIC – Ministério da Indústria e Comércio  
ONU – Organização das Nações Unidas  
II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
II PNC – Plano de Construção Naval

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PAEG – Plano de Ação do Governo

PED – Plano Estratégico de Desenvolvimento

PEI - Política Externa Independente

PGPM - Política de Garantias de Preços Mínimo

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

SNI - Serviço Nacional de Informações

TNP – Tratado de Não-Proliferação Nuclear

UDN – União Democrática Nacional

**Lista de Gráficos**

Gráfico 1 – Salário mínimo real -----	82
Gráfico 2 – Índice de Gini -----	83

## Sumário

Introdução .....	13
1. As doutrinas de segurança e a construção do ideal de “Brasil potência mundial” .....	20
1.2 O pensamento militar sobre geopolítica e a projeção de poder do Brasil no continente e no mundo. (Travassos, Mattos, Golbery) .....	26
1.3 1964: a chance da modernização definitiva .....	34
2. A Segurança como vetor do desenvolvimento e pilar de autonomia estratégica no governo Geisel. ....	42
2.1. Breve histórico do problema da segurança no Brasil (1945-1979): formação de uma Base Industrial de Defesa e o a questão nuclear .....	49
2.1.1 O desenvolvimento da Base Industrial de Defesa como alavanca do poder nacional .....	52
2.2 O Acordo Nuclear com a Alemanha e o Programa Nuclear Paralelo: um passo em direção à autonomia na segurança nacional. ....	59
2.3 O programa nuclear paralelo: o salto definitivo para a autonomia e o poder. .....	67
3. Desenvolvimento e autonomia no governo Geisel: o II PND e a tentativa de superação da dependência .....	71
3.1 Desenvolvimentismo e a industrialização como elementos de superação da dependência histórica brasileira (1930-1974) .....	74
3.2 O II Plano Nacional de Desenvolvimento como instrumento de superação da dependência e pilar de sustentação de um projeto de poder .....	85
4. Considerações Finais .....	104

5. Referências .....	107
5.1 Referências eletrônicas .....	115
5.2 Dissertações .....	117

## Introdução

A mera preservação da existência social exige, na livre competição, uma expansão constante, quem não sobe cai. A vitória, por conseguinte, significa, em primeiro lugar, - seja ou não essa intenção – domínio sobre os rivais mais próximos e sua redução ao estado de dependência. (ELIAS, p. 134, 1993)

Essa citação, na forma de epígrafe, ilustra como as relações de poder e riqueza, que estão na base do processo de desenvolvimento das nações, influenciam e moldam o destino de cada uma delas e motiva a seguinte pergunta: é possível os países periféricos se desenvolverem com razoável grau de autonomia e alcançarem níveis elevados de riqueza e poder? Esta pergunta é feita provavelmente há muito tempo, resguardando as devidas peculiaridades de cada época e país. Porém, cabe-nos perguntar se, com o desenrolar do sistema capitalista, as nações têm as mesmas oportunidades de se desenvolver – como propõe a perspectiva liberal de análise que, além disso, afirma a existência de um jogo de soma positiva, no qual todos se beneficiam e ninguém perde – ou se são reféns de um sistema interestatal assimétrico, que se manifesta de forma hierárquica e anárquica<sup>1</sup> dificultando, assim, as possibilidades de acesso ao desenvolvimento. Acreditamos que o segundo questionamento é o que melhor ilustra a realidade histórica dos processos de desenvolvimento das nações e buscaremos desenvolver nosso trabalho ancorados nessa visão sistêmica de mundo.

O sistema interestatal é moderno, no sentido histórico e cultural do termo e está em constante transformação desde a baixa Idade Média, além de apresentar uma característica comum no tempo: a guerra<sup>2</sup>. Guerras, disputas, lucros extraordinários em decorrência do uso da força e dominação são aspectos característicos do sistema interestatal capitalista moderno, e o desenvolvimento é o resultado do planejamento estratégico dos Estados que lutam para sobreviver e prosperar e, igualmente, dos desdobramentos involuntários decorrentes das relações de poder entre os atores do

---

<sup>1</sup> Conferir a teoria Realista e Mercantilista das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional (Gilpin, 1987 e Sorensen;Robert, 2013) e a abordagem do Poder Global ( Fiori, 2004, 2007, 2015).

<sup>2</sup> Para mais detalhes sobre a formação aqui adotada do sistema interestatal capitalista ver: FIORI, José Luiz. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2015, pp. 22-30.

sistema. Dessa forma, depreende-se a fundamental relevância do nexo entre a riqueza e o poder que se manifesta nas relações internacionais<sup>3</sup>.

A Economia Política Internacional (EPI) é, talvez, o campo do saber mais apropriado para abordar teoricamente esse problema histórico. Mais especificamente, a associação entre geopolítica e desenvolvimento que pode ser extraída da tese de Fiori de que,

O desenvolvimento econômico obedece a estratégias e seguiu caminhos que foram desenhados em resposta a grandes desafios sistêmicos, de natureza geopolítica. Independentemente de quais fossem as coalizões de interesse, de classe ou de governo, em todos (os países) em algum momento formou-se um bloco de poder que respondeu da mesma forma a esses desafios externos, por meio de estratégias ofensivas e de políticas de fortalecimento econômico sustentadas por longos períodos. (FIORI, 2015, p. 37-38)

Esta citação de Fiori corrobora com a ideia de que os Estados que alcançaram o desenvolvimento lançaram mão de políticas estratégicas nos campos da economia, segurança, diplomacia e C&T (Ciência e Tecnologia) no sentido de superar rivais ou acompanhar os países mais poderosos no sistema internacional. De acordo com Reinert, esse processo se dá por emulação, ou seja, um processo de cópia e tentativa de superação dos Estados mais adiantados<sup>4</sup>. Desse modo, diferentemente do que é propagado pela visão liberal, todos os Estados ricos e poderosos o são por terem aderido a práticas nada ortodoxas em seus respectivos processos de acumulação de riqueza e desenvolvimento material<sup>5</sup>. Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Japão, França, Rússia, todos seguiram um projeto nacional estratégico geopolítico de desenvolvimento, que passava pela guerra e pela constante aplicação de recursos em segurança e tecnologia, e assim, lograram alcançar alto grau de riqueza e poder<sup>6</sup>. Podemos certamente dizer que os países centrais criaram e mantêm uma relação assimétrica com os menos favorecidos, de modo que as relações interestatais se reproduzem de maneira centro-periférica<sup>7</sup>. Fiori, parafraseando List, salienta a este respeito que,

<sup>3</sup> Ibidem, 2015. Ver o prefácio da obra.

<sup>4</sup> Cf. REINERT, Erik S. Como os países ricos ficaram ricos e por que os países pobres continuam pobres. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016, p. 57.

<sup>5</sup> Para mais informações a respeito ver: CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada. Unesp, 2004 e BENAYON, Adriano. *Globalização versus desenvolvimento*. Escrituras Editora, 2005.

<sup>6</sup> CHANG, 2004.

<sup>7</sup> Cf. FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Paz e Terra, 2000.

[...] a política, a nação e a guerra são elementos essenciais de todo e qualquer cálculo econômico, na medida em que, para ele (List), a produção e distribuição da riqueza mundiais é um jogo de soma negativo, onde há e haverá sempre lugar para muito poucos Estados nacionais poderosos. (FIORI, p. 21, 1999)

Além dessa constatação estrutural, podemos perceber, igualmente, a existência de uma Divisão Internacional do Trabalho (DIT) que reproduz e aprofunda essa assimetria. Os Estados periféricos são meramente fornecedores de produtos de baixa complexidade tecnológica, ao passo que os países centrais fornecem os bens de alta complexidade tecnológica em uma sofisticada dinâmica produtiva, perpetuando o fosso tecnológico e mesmo a possibilidade de prosperidade dos países mais pobres<sup>8</sup>.

O Brasil encontra-se, nessa estrutura de poder, na periferia do sistema, ou em uma posição intermediária, ainda submetido a restrições estruturais ao seu pleno desenvolvimento. Mesmo com o grande salto proporcionado pelas políticas desenvolvimentistas de caráter industrializante, o país não conseguiu se desenvolver plenamente, distribuindo renda e dinamizando por completo sua capacidade produtiva, sobretudo, no que diz respeito à alta tecnologia e inovação<sup>9</sup>.

O Estado brasileiro, a partir de Vargas (1930-45; 1951-54), passando por Juscelino (1956-61) e os governos militares de Costa e Silva (1967-69), Médici (1969-74) e Geisel (1975-79), conseguiu formar uma burocracia solidamente focada no desenvolvimento que, com altos e baixos, logrou alcançar um razoável grau de autonomia e reduzir a dependência econômica e tecnológica - dos centros de poder - de forma considerável<sup>10</sup>.

Ao longo do processo de desenvolvimento nacional, salta aos olhos a profunda participação da burocracia militar – o Exército, notadamente – no mesmo. Desde os “Jovens Turcos”, passando pelo movimento tenentista, amadurecendo pela “Doutrina Góes Monteiro” e se consolidando com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), o Exército buscou construir os meios no aparato estatal de transformação estrutural da

---

<sup>8</sup> REINERT, Erik. Op. cit., pp. 37-38

<sup>9</sup> Cf. PRADO, Luiz Carlos Delorme. O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras / Ricardo Bielschowsky ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011.

<sup>10</sup> Cf. PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência**. Editora 34, 2014.

nação<sup>11</sup>. Haveria, desse modo, uma percepção, de cunho realista<sup>12</sup> e, mesmo hobbesiana, segundo Oliveiros Ferreira<sup>13</sup> acerca do sistema internacional, o que conferiria um caráter geopolítico às ações políticas e econômicas do Estado. Exemplo desta percepção é a tentativa de associar Segurança ao Desenvolvimento, como pensado nas doutrinas militares, não seria possível pensar um sem o outro<sup>14</sup>.

O grande desejo dos militares, exemplificado nas doutrinas acima, era o de transformar o Brasil em uma grande potência mundial. O considerável potencial material do país, o amplo e rico território não poderia deixar de ufanar muitos nacionalistas. Porém, a realidade de subdesenvolvimento e as mazelas sociais não refletiam o desejo de grandeza. Desse modo, surge uma mentalidade desenvolvimentista autoritária, no meio civil, com Alberto Torres e Oliveira Vianna<sup>15</sup>, bem como, no meio militar. Era preciso, no entendimento deles, forçar o desenvolvimento nacional pelo Estado, apenas este seria capaz de fazer a nação queimar etapas e superar o atraso<sup>16</sup>.

Um fator decisivo de organização e mobilização dos militares para a superação do atraso passou a ser a Geopolítica. Esta guiou as Doutrinas militares, sobretudo a Doutrina de Segurança Nacional, de 1949, na qual, como citamos acima, fazia a amálgama necessária da segurança com o desenvolvimento. A partir dos objetivos permanentes e com a “política do Exército”<sup>17</sup>, qual seja o fortalecimento do poder nacional, o Brasil buscou se constituir como uma potência mundial. É o então capitão do Exército, Mário Travassos, que no ano de 1934 com o livro “Projeção Continental do Brasil” desenvolve a tese da necessária ocupação do interior nacional, mas,

---

<sup>11</sup> Sobre a participação do Exército na política nacional ver: FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. Senac. São Paulo, 2000.

<sup>12</sup> O Realismo enquanto teoria ou abordagem das Relações Internacionais (RI) identifica o sistema internacional como anárquico e inseguro, sendo o Estado o principal ator e garantidor de segurança. Assim, anarquia, auto-ajuda (contar consigo mesmo no que tange a segurança), geopolítica e busca pelo poder caracterizam o Realismo como uma das mais instigantes tradições de pensamento nas RI. Para mais detalhes acerca desta teoria conferir os 6 princípios do Realismo Político: MORGENTHAU, Hans. *A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Ed. Unb/Ipri, 2003. pp. 4-5

<sup>13</sup> Para mais detalhes sobre a relação do pensamento militar com o Realismo das Relações Internacionais ver: FERREIRA, Oliveiros. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Editora Revan, 2001, p. 59.

<sup>14</sup> TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Global Editora, São Paulo, 1985, p. 41

<sup>15</sup> Os dois autores foram profícuos intelectuais nacionalistas que defenderam a modernização social do país via centralização autoritária. Para mais detalhes ver: TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programma de organização nacional**. Companhia editora nacional, 1978; e VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1939.

<sup>16</sup> Ver: FERREIRA, Oliveiros. Op. cit., p. 162.

<sup>17</sup> Frase atribuída a Góes Monteiro. Cf. TREVISAN, Leonardo. Op. cit., p. 37.

igualmente, a de lançar o país à condição de hegemônico na região sul-americana. Esta segunda proposição tem em sua base a competição com a Argentina por poder e hegemonia na região sul-americana. O país vizinho era à época mais avançado e ocupava o papel de principal potência regional, cabia ao Brasil, de acordo com Travassos, superá-la<sup>18</sup>. Além de Travassos, outro militar de suma importância para o pensamento geopolítico nacional será o General Meira Mattos, que, para além da projeção continental, vislumbra uma projeção mundial do país na condição de uma grande potência<sup>19</sup>.

Essa mentalidade do “Brasil Potência”, que passa a ser exortada na burocracia militar, será a pedra de toque no processo de desenvolvimento nacional a partir do regime civil-militar de 1964<sup>20</sup>. Porém, é apenas com Costa e Silva, a partir de 1967, que o país se movimentará com mais altivez na construção do projeto nacional de desenvolvimento autônomo. Este presidente retoma as teses da Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart<sup>21</sup> e lança o Plano Estratégico de Desenvolvimento, PED. Médici aprofunda a busca pela autonomia com uma política externa mais autonomista e com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Todavia, é com seu sucessor, Ernesto Geisel, que o Brasil mergulhará no mais ambicioso projeto autonomista de desenvolvimento nacional, o qual – temos por hipótese – foi a síntese da estratégia “Segurança e Desenvolvimento” - tão cara aos militares – reflexo de uma leitura geopolítica do mundo e de seu sistema interestatal capitalista, competitivo e hobbesiano.

Acreditamos que a política de desenvolvimento do governo Geisel respondeu – e foi o acabamento - a uma ampla percepção geopolítica contida, historicamente, no projeto militar de transformar o Brasil em uma grande potência com dimensões mundiais. A formação de uma base industrial de defesa, o Acordo Nuclear com a Alemanha, o programa nuclear paralelo e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) fazem parte de uma mesma estratégia de desenvolvimento que se baseia em uma percepção geopolítica e geoeconômica do mundo e dos conflitos do sistema

---

<sup>18</sup> Ver: TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

<sup>19</sup> Ver: MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica**. Volume 1. Rio de Janeiro, FGV/Biblioteca do Exército, 2011

<sup>20</sup> FERREIRA, Oliveiros. Op. cit., p. 50.

<sup>21</sup> Para mais detalhes sobre a relação da política externa de Costa e Silva e a PEI ver: CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 380.

interestatal capitalista. Conflitos estes, que determinam a hierarquia entre os Estados e as relações assimétricas de dominação. Geisel, formado nas hostes esguianas, compreendia a necessária formação do poder nacional em consonância com os objetivos nacionais estabelecidos pela DSN, no entanto, em nosso juízo, ele vai mais além e executa o binômio, segurança e desenvolvimento, levando em conta a necessária ampliação do poder nacional.

Não é tarefa fácil analisar o processo de desenvolvimento pelo prisma geopolítico e geoeconômico, além de não ser comum também no *mainstream* acadêmico lançar mão de tal abordagem. Porém, entendemos que se faz necessário explorar novos elementos de análise e abordagens não convencionais, para assim contribuir para o aprofundamento do tema e da ciência social no país. Desse modo, na tentativa de abordar de maneira interdisciplinar o assunto, algumas perguntas nortearão nossa pesquisa. O governo Geisel apenas respondeu aos desafios da conjuntura ou seu projeto de desenvolvimento é um desdobramento do pensamento militar de caráter desenvolvimentista e modernizador que buscou, historicamente, superar o rival e fator de desequilíbrio geopolítico no continente, a Argentina? Qual foi o peso de conjuntura política e econômica mundial na formulação do projeto de desenvolvimento de Geisel? Em que medida podemos dizer que o “pensamento militar desenvolvimentista” entendia as ameaças geopolíticas e geoeconômicas e, por conseguinte, respondiam no sentido de posicionar o país em um lugar mais estratégico e autônomo no sistema interestatal capitalista?

Estes questionamentos são fundamentais para nossa hipótese de pesquisa, que busca revelar que havia uma leitura geopolítica e geoeconômica no bojo da política de construção do “projeto Brasil Grande Potência” que gerou uma resposta a essa visão estratégica de mundo, com governo Geisel buscando fortalecer as bases de segurança e da economia do país.

Como demonstraremos adiante, a resposta a primeira indagação é positiva, havia uma profunda vontade de superar a Argentina e, portanto, a política de segurança e desenvolvimento de Geisel não respondeu apenas à conjuntura política e econômica mundial. Houve um sistemático movimento por parte dos militares no sentido de se construir meios de poder material para equilibrar a balança de poder regional, mas em um segundo momento, superar a Argentina e tornar-se hegemônico no subcontinente americano. Neste mesmo diapasão, a segunda e terceira perguntas

serão respondidas. A conjuntura foi, sem dúvida, muito importante para aprofundar e motivar um plano de desenvolvimento como o II PND, bem como os meios materiais de poder, como a criação de um complexo militar de segurança, de modo a transformar o país em um grande exportador de armamentos e menos dependente da importação no setor. A política nuclear será outro vetor deste projeto de construção da “grande potência”. Como veremos, o Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental e o Programa Paralelo de enriquecimento de urânio serão determinantes na construção de capacidades materiais de poder. O que buscaremos mostrar na pesquisa é que a política de segurança e de desenvolvimento econômico de Geisel foram os dois pilares de uma “Grande Estratégia”. Poderíamos incluir entre os dois pilares um terceiro – que não será muito trabalhado na pesquisa -, a política externa, que foi executada de modo a garantir o máximo de autonomia possível no sistema interestatal capitalista. Esses três pilares, em nosso entendimento, foram usados estrategicamente como instrumentos de ampliação do poder nacional no período em análise.

Isso posto, a pesquisa buscará dar sentido à nossa hipótese desenvolvendo três capítulos: no primeiro abordaremos a visão militar acerca do desenvolvimento e o ideal de transformação do Brasil em uma potência mundial, bem como da visão geopolítica de militares que influenciaram o pensamento militar na área; no segundo, analisaremos o problema da segurança e como o governo Geisel a entendeu como elemento fundamental para o processo de desenvolvimento, neste sentido, investigaremos o papel da energia nuclear e da criação de um complexo militar de defesa e segurança no país; por fim, no terceiro capítulo analisaremos o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), o qual foi, em nosso juízo, um audacioso projeto de superação dos constrangimentos advindos das restrições econômicas e de capitais.

## **1. As doutrinas de segurança e a construção do ideal de “Brasil potência mundial”**

É indispensável ressaltar, nesse ponto, o papel exercido pelos militares, pela longa tradição histórica que veio desde a luta pela siderurgia e pelo petróleo. As Forças Armadas sempre perceberam quais os setores estratégicos, em cada momento histórico, para o desenvolvimento da potencialidade nacional do ponto de vista técnico-militar. (COUTINHO, 1987, p. 181)

A citação do professor e, posteriormente presidente do BNDES, Luciano Coutinho ilustra bem o papel que os militares desempenharam na história nacional e, notadamente, no processo de modernização e construção de espaços para o desenvolvimento produtivo do país. Ao longo do processo de desenvolvimento nacional, salta aos olhos a profunda participação da burocracia militar – o Exército, notadamente – no mesmo. Desde os “Jovens Turcos” – movimento de intercâmbio de oficiais brasileiros junto à Alemanha na primeira década do século XX que inspirou importantes mudanças na mentalidade dos jovens intercambistas -, há uma reforma na mentalidade dos jovens oficiais que comandarão posições chave no futuro<sup>22</sup>.

Em 1913 esses oficiais criam a revista “Defesa Nacional” com o objetivo de estudar e debater questões atinentes à guerra e aspectos da modernização do aparato militar. Nos anos 1920 eclode o que se conheceu por “movimento tenentista”, tal acontecimento teve por base a mudança estrutural pela qual deveria passar o país. Os tenentes buscavam purificar a política, tendo em vista a carcomida realidade e corrupção nas relações de poder na República Velha<sup>23</sup>. Esta onda de reforma política e pressão militar culminou com a Revolução de 1930, na qual Getúlio Vargas, sustentados por militares e elites regionais, assume o comando nacional e inicia o processo de reestruturação do Estado Nacional brasileiro em bases centralizadoras e autoritária. É nesse contexto que Pedro Aurélio de Góes Monteiro – chefe militar da revolução – elabora o que convencionou-se chamar de “Doutrina Góes Monteiro”<sup>24</sup>: deve-se praticar a política do Exército, não a política no Exército. Havia uma certa antipatia de Góes pelos políticos que queriam os militares passivos, apenas seguidores de ordens. Isso implica em uma nova organização nacional, autoritária,

---

<sup>22</sup> Ver: TREVISAN, Leonardo. Op. cit., p. 24.

<sup>23</sup> Ibdem, pp. 25-26

<sup>24</sup> A respeito da “Doutrina Góes Monteiro” conferir: Oliveiros Ferreira (2001) e Leonardo Trevisan (1985).

centralizada e desenvolvimentista<sup>25</sup>. Para Góes, os Forças Armadas teriam uma missão, a de organizar e formar o país:

[...] um órgão essencialmente político; e a ele interessa fundamentalmente, sob todos os aspectos, a política verdadeiramente nacional, de que emanam, até certo ponto, a doutrina e o potencial de guerra. A política geral, a política econômica, a política industrial e agrícola, o sistema de comunicações, a política internacional, todos os ramos de atividades, de produção e de existência coletiva, inclusive a construção e a educação do povo, o regime político-social, tudo enfim afeta a política militar do país [...]. (MONTEIRO, apud TREVISAN, 1985, p. 37)

Góes Monteiro cita, antes da existência da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), a importância da segurança nacional como base do desenvolvimento. Para o general, os termos se confundiam. Assim, o ideal de Estado forte seria, segundo Trevisan, um meio para o desenvolvimento econômico:

O que de fato a Doutrina pretendia era a aplicação sistematizada de uma política coerente, praticada em etapas, visando primeiramente à disciplina do corpo social que provocaria desenvolvimento econômico. A consequência natural do desenvolvimento econômico seria a construção de uma sólida e eficiente defesa nacional. Esta função privativa, razão de ser do militar, deveria passar a razão de toda sociedade; motivo de vida de qualquer brasileiro. (TREVISAN, p. 41, 1985)

Desse modo, todo brasileiro deveria ser o artífice do desenvolvimento nacional. Esta seria, de acordo com o general, a única maneira de superar o atraso material que colocava o país na miséria.

Destarte, a “Doutrina” Góes Monteiro será então, a precursora da Doutrina de Segurança Nacional pensada na ESG (Escola Superior de Guerra), na medida em que o general pensou e buscou submeter, pela política do Exército, o Estado brasileiro às necessidades de se pensar o desenvolvimento vinculado à segurança nacional.

A mentalidade modernizadora seguirá seu curso consolidando-se com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), de 1949, junto à ESG. Desse modo, o Exército buscou construir os meios no aparato estatal de transformação estrutural da nação.

---

<sup>25</sup> Cf. TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Global Editora, São Paulo, 1985, pp. 36-41.

Haveria, segundo Gonçalves e Miyamoto<sup>26</sup>, uma percepção, de cunho realista e, mesmo hobbesiana, para Oliveiros Ferreira<sup>27</sup>, no estamento militar acerca do sistema internacional, o que conferiria um caráter geopolítico às ações políticas e econômicas do Estado. Exemplo desta percepção é a tentativa de associar Segurança ao Desenvolvimento, como pensado nas doutrinas militares, não seria possível um sem o outro<sup>28</sup>.

Fundada em 1949 – no contexto da bipolaridade da Guerra Fria - para ser a casa formadora da elite decisória nacional, a Escola Superior de Guerra é pensada de modo a construir as bases do poder nacional. Para isso, era necessário a organização dos objetivos atuais e permanentes contidos na Doutrina de Segurança Nacional. Militares como Cordeiro de Farias e Juarez Távora, foram fundamentais na idealização da Escola. Um dos grandes pilares da DSN seria o combate ao comunismo. Este que deveria ser debelado pelo Exército, haja vista a incapacidade e fragilidade da elite política nacional, bem como do povo brasileiro, de percebê-lo como ameaça<sup>29</sup>.

Antes de esmiuçarmos a DSN cabe ressaltar que, diferentemente do que dizem alguns pesquisadores do tema, a ESG não fora fundada como um mero apêndice da influência estadunidense, mas sim como um lugar para se pensar e formar a elite que transformaria qualitativamente o país<sup>30</sup>. Há aqui, uma ampla discussão, que tomou conta do país no fim dos anos 1940 e anos 1950, que gira em torno da celeuma entre nacionalistas e liberais<sup>31</sup>. Os primeiros seriam militares e civis - tanto à esquerda quanto à direita do espectro político ideológico – que compreendiam que certos temas da agenda nacional como o petróleo, a política externa e a participação do capital estrangeiro na economia deveriam ser submetidos ao projeto nacionalista de caráter desenvolvimentista. Por outro lado, os liberais, ou americanistas, percebiam a necessidade de um alinhamento com os Estados Unidos no campo diplomático, além

---

<sup>26</sup> MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume, v. 4, p. 173-213, 2000.

<sup>27</sup> Ver: FERREIRA, Oliveiros S. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Editora Revan, 2001.

<sup>28</sup> TREVISAN, Leonardo. Op. cit., p. 39.

<sup>29</sup> FERREIRA, Oliveiros. Op. cit., p. 52.

<sup>30</sup> Sobre a finalidade da ESG ver: MATTOS, Carlos de Meira. **Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

<sup>31</sup> Os liberais, ou americanistas eram constantemente alcunhados por “entreguistas”, adjetivo pejorativo bastante comum entre seus críticos.

de entenderem como importante a livre entrada do capital estrangeiro, sem taxaço da remessa de lucro das empresas multinacionais e da exploraço do petrleo por companhias internacionais<sup>32</sup>. Na caserna tal dicotomia ficou externada em acirrados embates no Clube Militar, como o conhecido embate entre as façoes no que diz respeito à campanha do “petrleo é nosso”. Os nacionalistas, generais Horta Barbosa, Estilac Leal e Feliciano Cardoso defendiam ardorosamente o monopólio da produço ao passo que Juarez Távora e outros defendiam o oposto<sup>33</sup>.

Fora do estamento militar, a dicotomia “nacionalistas x liberais” foi igualmente debatida e expôs o grau de divisáo entre as divergentes visões de mundo. Neste sentido, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), juntamente com setores das Forças Armadas, foram grandes defensores das ideias nacionalistas-desenvolvimentistas no país. Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Nelson Sodré, Celso Furtado e outros intelectuais de peso argumentavam a favor de um projeto de desenvolvimento autônomo nacional que transformasse a base produtiva e superasse a dependência econômica externa do Brasil. Em sentido oposto estavam a União Democrática Nacional (UDN) e instituições civis como IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais)<sup>34</sup>, além de jornais como a Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda, que defendiam um alinhamento ideológico com os Estados Unidos e a participação e desregulaço do capital internacional na economia brasileira<sup>35</sup>.

A Escola Superior de Guerra, tendo sido fundada em pleno embate ideológico acima relatado, teria sido fruto de uma iniciativa – mesmo que com alguma influência da conjuntura da bipolaridade – de militares brasileiros que, já discutiam os problemas estruturais do país e o pensamento geopolítico antes da sua fundação, percebiam a

---

<sup>32</sup> Para mais informações acerca dessa discussão ver a riquíssima obra de Hélio Jaguaribe (O Nacionalismo na Atualidade Brasileira), nela, o autor aborda com profundidade as causas mais profundas e as motivações dos grupos opostos, nacionalistas e cosmopolitas (entreguistas e americanistas). O ponto alto dessa dicotomia foi a “questão do petrleo”, mas se desdobrou no campo diplomático e na própria percepção de como realizar o desenvolvimento nacional. Cf. JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

<sup>33</sup> Sobre a dicotomia “nacionalistas” x “entreguistas” no âmbito militar ver: TREVISAN, Leonardo. Op. cit., pp. 60-64

<sup>34</sup> IBAD e IPES eram instituições vinculadas ao alinhamento com os Estados Unidos, anticomunistas, além de serem financiadas por esse país para combaterem as ideias nacionalistas.

<sup>35</sup> Para mais informações acerca deste embate ideológico entre nacionalistas e entreguistas ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido**. Dados – Revista de Ciências Sociais 47 (1), Rio de Janeiro, 2004: 49-84.

necessidade de uma instituição para se pensar e formar os quadros de liderança da nação<sup>36</sup>. Acerca desta questão, Vânia Vlach cita o general e geopolítico, Meira Mattos:

Em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realistas e científicas. É a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder *nacional* (MATTOS, 1975, apud VLACH, 2003, p. 07).

Uma das influências relevantes à DSN foi, segundo Oliveira, o pensamento autoritário desenvolvimentista de Alberto Torres e Oliveira Vianna. Estes, além de exortar a necessária centralização e concentração de poder no Estado como veículo transformador do desenvolvimento nacional, os autores corroboram com a tese da incapacidade das elites tradicionais e das massas atuarem como agentes da modernização material do país<sup>37</sup>. Desse modo, os militares se viam como única classe capaz de ensinar a elite nacional a pensar no bem comum e nos interesses nacionais. Portanto, a ESG surge, igualmente, com este objetivo, qual seja o de formar uma elite nacional capaz de conduzir o Brasil à grandeza tanto desejada<sup>38</sup>.

Os pilares fundamentais da DSN seriam: o militar, o econômico, o psicossocial e o político. Todos deveriam estar coesamente voltados para a segurança nacional e para o desenvolvimento. Ou seja, a coordenação dos elementos civis e militares seriam a base para o enfrentamento das ameaças externas e internas. Para tanto, *objetivos nacionais* (ON) foram elaborados de modo a dividirem-se em *objetivos nacionais permanentes* (ONP) e *objetivos nacionais atuais* (ONA). Estes, seriam a nação poder realizar o que se está em condições de alcançar, aqueles, seriam os desejos nacionais de longo prazo, tal como a potência<sup>39</sup>. Luís Miguel sintetiza bem:

[...] a doutrina da ESG foi codificada no Manual básico da Escola. Tratava-se de uma interpretação completa do País, seu passado, presente e futuro. O elemento mais importante era a apresentação dos “Objetivos Nacionais Permanentes”, isto é, dos valores perseguidos pela nação. Eles incluíam a soberania, a integração nacional, a integridade territorial, a democracia (numa forma apropriada à “realidade brasileira”) e o progresso. Estes seriam os interesses vitais do Brasil; eram operacionalizados nos “Objetivos Nacionais Atuais”. Além disso, o Manual listava os “óbices” e “pressões” a serem enfrentados e determinava o “Conceito Estratégico Nacional” que daria forma a este enfrentamento nos campos “econômico”, “político”, “psicossocial” e “militar”. (MIGUEL, 2002, p. 03)

<sup>36</sup> Ver: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. Militares: pensamento e ação política. **Forças Armadas e Sociedade**; 1, 1987, p. 60.

<sup>37</sup> Ibidem, 71.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 71

<sup>39</sup> Ibidem, p. 72.

No mesmo diapasão, Trevisan cita alguns dos principais objetivos permanentes contidos na DSN:

- a. salvaguarda intransigente de nossa independência política;
- b. consolidação da unidade do grupo nacional, através de crescente integração social, com fundamentação nos princípios de justiça social e de moral cristã;
- c. incorporação de todo território nacional, humanizando-se e valorizando-se os largos espaços ainda vazios;
- d. fortalecimento do prestígio nacional no âmbito externo, com base no princípio da igualdade jurídica dos Estados e a crescente projeção do País no exterior, com vistas à salvaguarda eficaz de seus próprios interesses e em benefício também da própria paz internacional. (TREVISAN, p. 54, 1985)

É interessante constatar o último ponto, no qual se faz menção à projeção internacional do país. A DSN é, para além de um instrumento de desenvolvimento econômico nacional, uma importante pilastra da geopolítica pensada no aparelho militar estatal. Nesse sentido, Vlach reforça que:

A geopolítica, cujos defensores encontram na ESG um espaço privilegiado de discussão, é “*uma doutrina política essencialmente brasileira*”, para usar as palavras do autor apontado (Meira Mattos). É assim que uma “escola brasileira de geopolítica” não tarda a ganhar corpo em seu seio, o que permite compreender porque a ESG torna-se conhecida como a “Sorbonne militar”. Mas a ESG não tem apenas pretensões teóricas: seus fundadores têm “**a consciência de que o Brasil possuía os requisitos para chegar à grande potência**” (Meira Mattos, 1975: 60). Em outras palavras, é a partir da fundação da Escola Superior de Guerra que as elites militares (com apoio das elites civis instaladas nos mais altos postos da burocracia do Estado) assumem a execução do projeto de tornar o Brasil “grande potência”, denominação que certamente leva em conta o mundo bipolar, sob a hegemonia das duas superpotências mundiais da época (Estados Unidos e União Soviética). (VLACH, pp. 07-08, 2003)

O grande desejo dos militares, exemplificado nas doutrinas acima, era o de transformar o Brasil em uma grande potência mundial. Assim, o considerável potencial material do país, o amplo e rico território não poderia deixar de ufanar muitos nacionalistas. Houve até quem pensasse na possibilidade da expansão das fronteiras nacionais, como Teixeira Soares<sup>40</sup>.

Após ilustrarmos, no âmbito doutrinário e ideológico, as linhas mestras que guiariam o Brasil à condição de potência mundial, tentaremos analisar a contribuição de três dos maiores – e talvez grandes influências - pensadores militares brasileiros:

---

<sup>40</sup> Cf. MIYAMOTO; GONÇALVES, Op. cit., p. 184

Mário Travassos, Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva. Tais autores emprestaram ao pensamento militar, geopolítico e do desenvolvimento nacional, uma relevante contribuição.

## **1.2 O pensamento militar sobre geopolítica e a projeção de poder do Brasil no continente e no mundo. (Travassos, Mattos, Golbery)**

No Brasil, o pensamento geopolítico tem início a partir das obras de Everardo Beckheuser e Delgado de Carvalho, autores que buscaram transplantar para a realidade territorial brasileira as questões abordadas pelos clássicos autores como Ratzel e Kjéllen. A geopolítica deveria ser um eixo estratégico e orientador das políticas de segurança, bem como linha mestra do desenvolvimento nacional<sup>41</sup>.

Como pilar de sustentação das doutrinas e da ação do Estado na transformação e modernização do país contribuíram uma série de militares, alguns nem sempre reconhecidos como determinantes, outros mais destacados como Golbery do Couto e Silva. O objetivo deste sub-tópico é ilustrar a participação de alguns militares que desempenharam um papel significativo nos desdobramentos políticos das Forças Armadas e do Estado brasileiro no período que vai dos anos 1930 até 1980. Trataremos aqui de três militares: Mário Travassos, Meira Mattos e Golbery do Couto e Silva. Cada um deles deu sua contribuição específica para se pensar o “projeto Brasil Grande Potência”.

É interessante notar como os militares e geopolíticos brasileiros procuraram explorar as rivalidades existentes para catalisar apoio ao projeto de transformação do país em uma potência mundial. Como veremos no pensamento de Mário Travassos e igualmente de muitos outros – como os Estados Maiores das Forças Armadas até o final dos anos 1970 - a Argentina será nossa principal hipótese de guerra e os Estados Unidos serão, constantemente, colocados como aliados, mas com enorme desconfiança, haja vista seu poder hegemônico e capacidade de intervenção mundial<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> Cf. MIYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, 2009, pp.76-83.

<sup>42</sup> Para mais informações acerca das hipóteses de guerra ver: CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Estratégia e defesa (1960-1990)**. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume, v. 4, p. 119-146, 2000.

Mário Travassos inicia sua principal obra, *Projeção Continental do Brasil*, aludindo à fundamental importância dos fatores geográficos como instrumento de poder das nações ao longo do tempo. Expõe, desse modo, as necessárias saídas marítimas para Alemanha, Rússia e Inglaterra como preponderantes para sua projeção. Explicita, detalhadamente, cada fator da geografia como potencial instrumento ou alavanca de poder do Estado: mar, planalto, desembocadura fluvial, enfim, tudo é relevante<sup>43</sup>. O autor divide seu livro em três capítulos: o primeiro versa sobre os dois antagonismos, o Atlântico *versus* Pacífico e Prata *versus* Amazônia, no segundo o autor expõe a política de comunicações platina e, no derradeiro, Travassos exorta a capacidade de reação amazônica – reação, no caso, à capacidade logística que a rede ferroviária argentina teria.

Para Travassos, a América do Sul estaria flanqueada por dois polos de poder, a Argentina, então considerada a República mais próspera do sub-continente, e os Estados Unidos, que haviam transformado o Mar do Caribe em seu Mediterrâneo. O Brasil deveria repensar seu desenvolvimento levando em conta essa realidade, para tal, pensou no Plano Nacional de Viação, o qual poderia conectar o território e criar uma logística de projeção de poder. Travassos acaba se tornando um contribuinte do projeto desenvolvimentista de Vargas, além de ser considerado grande entusiasta das bases do nacional-desenvolvimentismo<sup>44</sup>. É fundamental ressaltar que, à época, a Argentina era considerada uma grande ameaça ao Brasil e, portanto, dever-se-ia criar, no país, os meios adequados à sua superação. Travassos considera uma vantagem o fato de Brasil e Argentina estarem projetados para o Atlântico, pois assim, poderiam acessar mais facilmente o centro dinâmico da economia mundial, Europa e Estados Unidos<sup>45</sup>.

Três seriam os fatores de preocupação de Travassos no Continente: a pressão estadunidense – “influência yankee” - vinda do Norte, a centralidade da Bolívia como concentrador de influência de forças argentino-brasileiras - além de se colocar como o *heartland* sul-americano e ser um território no qual as potências regionais podem entrar em conflito por garantia de influência - e o Uruguai, o qual teria uma política oscilatória entre a influência argentina e brasileira<sup>46</sup>. A disputa com a Argentina tem

---

<sup>43</sup> TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

<sup>44</sup> Cf. VLACH, Vânia. Op. cit., pp. 5-6.

<sup>45</sup> Ibidem, 1935.

<sup>46</sup> Ibidem, capítulos I, II e VI.

em consideração a influência no Paraguai e na Bolívia, lugares em que a rede ferroviária do país platino alcança e torna-se logisticamente um instrumento de hegemonia. Ao Brasil, caberia a alteração de tal quadro criando acesso aos mesmos países e oferecendo uma logística de escoamento de sua produção para o Atlântico, além de pensar em criar meios de integrar as redes fluviais amazônicas aos países nos quais pretende-se exercer influência. Uma das iniciativas deveria ser a atração do chamado “triângulo estratégico” formado por Santa Cruz de La Sierra-Sucre-Cochabamba ao porto de Guajará Mirim, no Rio Madeira. Isso vincularia a riqueza econômica mineral boliviana ao complexo estratégico amazônico brasileiro. Outro ponto relevante é a ligação que isso permitiria das rodovias brasileiras ao pacífico, ligando-nos via “triângulo estratégico” ao Peru e ao Chile. Essas iniciativas têm por fim excluir a influência que a Argentina exercia na região e alçar o Brasil a um patamar continental de poder hegemônico<sup>47</sup>.

Depreende-se, portanto, que, para Travassos, é fundamental que o Brasil impeça a reconstrução do antigo Vice-Reino da Prata, capitaneado pela Argentina. A melhor maneira de fazê-lo seria a balcanização da região, mantendo-a dividida e sob a influência brasileira. O Brasil deveria buscar resgatar a política colonial lusitana de expandir-se para o Oeste<sup>48</sup>.

Como resultado prático, segundo Vlach:

Travassos espera que o governo resultante da “Revolução” de 1930 compreenda o papel fundamental que as redes de transporte exercem em países de grande dimensão territorial, com o interior praticamente despovoado. Em escala nacional, o desenvolvimento de uma política de transportes contribuiria para favorecer a ocupação do interior, o que, de maneira gradativa, intensificaria as relações entre as regiões brasileiras. Compreende-se, assim, a referência que faz ao papel político dos “homens de Estado” (leia-se Vargas) junto às “coletividades que dirigem”. (VLACH, 2003, p. 04-05)

Se durante os primeiros 50 anos a Argentina exerceu maior influência continental, na segunda metade do século XX o Brasil consegue estruturar um projeto de poder continental cujo ápice encontra-se nos governos Médici-Geisel (1969-79) e perdura até os dias atuais.

Travassos buscou, desse modo, mostrar em seu *Projeção Continental do Brasil* um caminho, pela integração viária e logística, para a superação do atraso estrutural

---

<sup>47</sup> TRAVASSOS, Op. cit., p. 41.

<sup>48</sup> Ibidem, p. 42.

brasileiro e superar, outrossim, o poder de influência que Argentina e Estados Unidos exerciam na região meridional sul-americana. O geopolítico ilustra a fundamental relevância de uma política territorial para o exercício da hegemonia brasileira na região.

Se Mário Travassos pensou na projeção continental do poder nacional, Meira Mattos, outro importante general vislumbrou uma projeção mundial do Brasil. Este, contribuiu amplamente na produção de obras no campo da Geopolítica, mas que também podem ser usadas para entendermos sua preocupação com o desenvolvimento do país. O autor, que percebe o mundo de maneira *realista*, entende que não é possível ao Estado contar com a boa vontade de outro e, portanto, deve-se preparar para garantir seu desenvolvimento de maneira autônoma e independente<sup>49</sup>. Em seu livro *Projeção Mundial do Brasil*, Meira Mattos faz importante descrição da imensidão que é o país:

No cenário político-militar do globo, por força de nossa posição geográfica, estamos vinculados à estratégia de duas grandes áreas - do continente americano e do Atlântico Sul. Essas vinculações diretas, entretanto, nos arrastam a outras responsabilidades no quadro geoestratégico do planeta, em função do fator contiguidade geográfica, de valor constantemente alterado em virtude da rápida evolução dos meios de agressão bélica. (MATTOS, 2011, p. 43)

E continua:

Nossa posição continental, ocupando uma extensa parte do território sul-americano, quase a metade, com um saliente lançado sobre a imensa massa afro-euro-asiática, nos incorpora, inelutavelmente, à estratégia mundial, como donos que somos do espaço vital à realização de dois planos militares de capital importância para a segurança do ocidente: o da defesa do continente americano, continente que poderá, um dia, vir a se transformar em “bastião do mundo livre”, em “cidadela das democracias” e o de manutenção da ponte estratégica do Atlântico, ligando à massa afro-euro-asiática, e vice-versa. (MATTOS, 2011, p.43)

Essas palavras de Meira Mattos denotam a importância do papel do Brasil na região e no mundo. Para que tal papel seja desempenhado haveria de se buscar garantir a autonomia necessária à sua execução. O autor salienta que sem a ampla ideia de desenvolvimento social e econômico não há autonomia e independência nacional nas relações internacionais<sup>50</sup>. No que tange às linhas mestras de uma política

<sup>49</sup> Mais detalhes sobre a visão de Mattos a respeito da projeção internacional do Brasil ver: MATTOS, Carlos de Meira. **Projeção mundial do Brasil**. São Paulo: Gráfica Leal Ltda, 1960.

<sup>50</sup> Ibidem, 2011.

externa, diz que as mesmas se assentam em três fundamentos: “raízes históricas da formação da nacionalidade, nas servidões geográficas do território e nas aspirações autênticas de um povo” (MATTOS, 2011, p. 55).

Após citar grandes nomes da Geopolítica e da História o autor traça as metas e origens da nossa política externa, que seriam, ocidentalismo, cristianismo e democracia como pontos primordiais. Assim ele explicita:

Essa síntese nos conduz inelutavelmente, para o lado ocidental. Procurar fora do mundo ocidental uma linha de destinação política para nossa nacionalidade seria, para nós, o rompimento violento com as origens étnicas, religiosas, culturais e sentimentais. Não resta dúvida, portanto, de que somos ocidentais por imperativo de nossa gênese política e pela força incoercível de nossas aspirações espirituais. (MATTOS, 2011, p. 56)

Meira Mattos ao descrever com empolgação o destino de grandeza e as potencialidades do Brasil vale-se, além de suas importantes especulações, da contribuição de importantes pensadores da geopolítica e do poder como Arnold Toynbeen, Tibor Mende, Hans Morgenthau e Nicholas Spykman. Estes, que escreveram importantes obras sobre os países emergentes e prováveis potências do futuro influenciaram também o entendimento do conceito de “potência mundial”, do qual Mattos será tributário<sup>51</sup>.

Outro aspecto importante do General é sua visão acerca do domínio do átomo para garantir o necessário desenvolvimento de uma potência. A respeito do TNP (Tratado de Não-Proliferação Nuclear) repreende Mattos:

Pactuaram os cinco grandes, que são os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU, um tratado de não-proliferação que deveria assegurar-lhes, e somente a eles, o conhecimento completo da tecnologia nuclear. Aos outros países, forneceriam uma tecnologia ‘empacotada e indevassável’. Teriam, os outros, que viver à custa deles, proibidos de desvendar todos os segredos dessa nova tecnologia. (MATTOS, 2011, p. 178)

---

<sup>51</sup> Ibidem, pp. 33-34 e 208. É interessante notar que Meira Mattos cita constantemente “inspirações” de autores realistas (principalmente Morgenthau), grandes pensadores e políticos que enxergavam a necessária relação entre o poder e a realidade. Assim, Bismark e Churchill tornam-se homens de grande inspiração para o autor. Para mais detalhes sobre o realismo político e a *Realpolitik*, segundo Mattos, ver o capítulo 6 de “A geopolítica e as projeções de poder”. Mais informações em: MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*. Volume 1. Rio de Janeiro, FGV/Biblioteca do Exército, 2011.

Diante disso pondera: “do ponto de vista de segurança, ficariam os cinco do Clube Atômico na condição de árbitros mundiais, pela capacidade de reduzir a cinzas todas as nações que os contrariassem” (MATTOS, p. 179, 2011). E assim, teria se manifestado o almirante Álvaro Alberto Torres<sup>52</sup> a respeito do tema:

É minha convicção de que nos encontramos em face de um dilema decisivo e irrecorrível; ou nos preparamos para tomar posse de nossas riquezas naturais – no caso específico, as atômicas - ou nos veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos, impotentes, à evasão delas, por bem ou por mal. (ALBERTO apud MATTOS, p. 180, 2011)

Estas citações nos fazem pensar na amplitude do problema. Poderia alguma nação tornar-se potência respeitada sem o domínio do átomo e, porque não, possuidor de artefato nuclear militar? Pela preocupação dos militares, ao que tudo indica, não. Percebemos embutido, explicitamente, a ideia de autonomia presente nas citações dos autores militares. Mattos e Travassos se preocupam com a ocupação territorial do interior do Brasil e acreditam, tal qual ocorreu com os Estados Unidos, que esta medida tende a ser um “transbordamento de poder”, no qual o país alcançaria um alto nível de desenvolvimento<sup>53</sup>. Os autores são peça fundamental para a compreensão da relação entre a Geopolítica e a inserção internacional do país, bem como da mesma como instrumento do desenvolvimento nacional. Mattos chega mesmo a ser um grande advogado da industrialização do país. Segundo o militar, deveríamos aproveitar nosso potencial e aderir às ideias de grandes empresários e defensores da indústria, como Visconde de Mauá e Roberto Simonsen<sup>54</sup>. Nesse sentido, Mattos reforça o ideal de “renovação das elites”, em que na busca do progresso industrial, “era preciso instilar ideias novas, ideias de crença e fé no destino de nosso país, país favorecido pela geografia e lançado para a grandeza” (MATTOS, 2011, p. 50).

Por fim, cabe salientar a visão do general e geopolítico, Meira Mattos, sobre a ideia de desenvolvimento e modernização, tema muito abordado nas doutrinas Góes Monteiro e de Segurança Nacional. Para Mattos, “não se alcança o desenvolvimento político socioeconômico sem se modernizar os processos de produção e os meios de

---

<sup>52</sup> O Almirante Álvaro Alberto Torres foi um dos principais incentivadores da pesquisa e política nuclear brasileira e o primeiro presidente do CNPq.

<sup>53</sup> TRAVASSOS, 1935; MATTOS, 2011.

<sup>54</sup> Mais detalhes a respeito ver: MATTOS, op. cit., pp. 47-54.

serviço” (MATTOS, 2011, p 229). O general pensou e escreveu sobre as possíveis transformações do país reforçando a necessidade de se reconstruir a elite nacional e começarmos a pensar o Brasil a partir de investigações originais, internas e próprias de nossa cultura. Isso, para o autor, seria de fundamental importância para nosso processo de modernização e desenvolvimento, pois havia um equívoco no método de importação de visões de mundo, que para Mattos, apenas nos enganaria<sup>55</sup>. Assim, geopolítica, desenvolvimento, revolução tecnológica, modernização, são termos constantemente utilizados pelo autor e, como vimos, por boa parte do pensamento militar brasileiro, que buscou materializar as potencialidades do país em um grande projeto de poder, qual seja o “Brasil Grande Potência”.

Outro autor determinante no pensamento geopolítico brasileiro e, que ocupou lugares chave no núcleo decisório militar e estatal é Golbery do Couto e Silva. Conhecido como “eminência parda”, Golbery exerceu considerável influência na maneira como o Estado brasileiro, sobretudo a partir de 1964, agiu tendo em vista a conjuntura e pressões da Guerra Fria<sup>56</sup>.

Em seu clássico “ Geopolítica do Brasil”, Golbery faz uma apocalíptica alusão aos conflitos e ao uso da guerra como motor da história. Citando grandes filósofos como Hobbes, o autor exorta a necessidade de se pensar o bem-estar e a liberdade associados à segurança<sup>57</sup>. Com uma visão de mundo bastante realista, Golbery enfatiza a necessidade do Estado (brasileiro, no caso) não depender de outros no sistema internacional instável e anárquico.

A respeito da guerra e das instabilidades assim pondera o autor:

[...] não entendemos como – a menos que busque por um mecanismo subconsciente de compensação enganar-se a si mesmo e à angústia da instabilidade a que deseja fugir – possa alguém acreditar hoje nos velhos sonhos de uma paz mundial, fundada – e ainda mais para nossos dias ou os dias de nossos filhos – na justiça internacional, na intangível liberdade das nações, reconhecida e respeitada por todos e nesse princípio tão lógico, tão moral, mas não menos irreal, da autodeterminação e absoluta soberania dos povos, o qual, nem por não se poder nele confiar, de forma alguma, importa que se deixe usá-lo e defendê-lo a todo custo como argumento único, que é dos fracos

<sup>55</sup> MATTOS, Op. cit., p. 243.

<sup>56</sup> Para mais informações sobre a participação e influência de Golbery na política brasileira ver: FERREIRA, Oliveiros S. **Elos Partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil**. São Paulo: Editora Harbra, 2007. E MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. **Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64**. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas. São Paulo: Annablume, v. 4, p. 173-213, 2000.

<sup>57</sup> Cf. E SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional: o poder executivo; &, Geopolítica do Brasil**. Livraria J. Olympio Editora, 1981, pp. 08-15.

contra os fortes. O ideal da “renúncia à guerra como instrumento da política” proclamado ingenuamente no Pacto Briand-Kellogg, ainda em meio ao interregno eufórico que apenas separou as duas maiores guerras que já convulsionaram o mundo, viu-se inteiramente ultrapassado pela realidade indiscutível dos fatos. A Liga das Nações nascera já moribunda, triste aborto de um grande idealismo utópico, e a ONU e seu estranho sistema de paternalismo político, por mais que se lhe reconheçam os méritos e as realizações no setor da cultura e da assistência técnica, serviu apenas para citar, à luz meridiana, um palco incruento onde se digladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis e onde ressoam as tensões violentas que dissociam o mundo de nossos dias. (COUTO E SILVA, 1981, p. 23-24)

Tendo em vista que ele escreve em uma conjuntura de Guerra Fria e bipolaridade, os Estados Unidos passam a ser o aliado necessário diante do possível embate, ou “guerra total”, como o próprio autor diz. Esta “guerra total” enseja uma preparação absoluta que extrapola o aspecto militar para atingir o psicossocial. Caberia à sociedade um lugar no combate às ameaças ideológicas externas que podem aparecer internamente, como o comunismo<sup>58</sup>. Nesse sentido, comenta o autor:

[...] a guerra moderna que se trava entre as nações, mobilizando toda a força arrasadora, todos os impulsos destruidores, todo o primarismo incontido da emotividade bárbara das massas angustiadas e esporeadas à luta, expandindo-se, em crescendo, a todos setores e atividades, não mais a guerra de mercenários ou de profissionais endurecidos, mas a guerra total que todos oprime, guerra política, econômica, psicossocial e não só militar, perdurando no tempo sob a forma de guerra fria ou ampliando o seu domínio no espaço como avassaladora onda universal [...] vem acrescer ao velho dilema universal entre a liberdade e a segurança um colorido profundamente trágico. (COUTO E SILVA, 1981, p. 12)

Ao tratar a guerra em uma categoria ampla e absoluta, Golbery insere os elementos psicossociais que aparecem na forma da ideologia comunista a ser combatida. Desse modo, a noção de “inimigo interno” passa a ser fundamental em sua visão profundamente contaminada pela bipolaridade do contexto. Isso vai, em princípio, de encontro com a perspectiva geral da DSN, que por mais que reconheça a existência da ideologia comunista como danosa, não tolhe a preocupação com o desenvolvimento de um poder militar mundial brasileiro como vimos em outro tópico do trabalho. Golbery leva às últimas consequências a questão do inimigo interno e acaba, inevitavelmente, submetendo o sonho de “Brasil grande potência” aos constrangimentos do alinhamento com os Estados Unidos na cruzada de combate ao comunismo. Por mais que o autor reforce o ideal de “grande potência”, suas atitudes e escritos muitas vezes se contradiziam, pois oscilava entre um alinhamento

---

<sup>58</sup> COUTO E SILVA, Golbery do. Op. cit., pp.12-13.

ideológico e subalterno aos Estados Unidos e, em outros momentos – como nos livros de geopolítica – fazia questão de dizer que o Brasil não era submisso à superpotência estadunidense<sup>59</sup>.

Todavia, mesmo sendo considerado “eminência parda” por muitos analistas, não se sabe ao certo de que maneira o general influenciou o comportamento do Estado brasileiro no que diz respeito a política externa e no desenvolvimento. Sabe-se pois, que as Forças Armadas desde Góes Monteiro têm um “projeto de país” que passa pela sua modernização e desenvolvimento do poder nacional com o explícito objetivo de tornar-se uma potência mundial<sup>60</sup>, desse modo, suspeitamos que, Golbery, com suas visões alinhamento ideológico teve pouco peso determinante nas grandes decisões estratégicas tomadas ao longo do regime como por exemplo a recusa de aderir ao TNP no governo Costa e Silva, na questão das 200 milhas náuticas com Médici ou mesmo em praticamente todas as decisões diplomáticas de Geisel. Todas estas decisões foram consideravelmente opostas ao alinhamento ideológico e prezaram pelo pragmatismo e a autonomia internacional brasileira.

Tendo exposto brevemente as visões geopolíticas de importantes militares brasileiros passaremos à análise sucinta do regime de 1964, por entendermos que o período representa o ponto alto da participação dos militares na construção da pensada potência mundial.

### **1.3 1964: a chance da modernização definitiva**

Neste tópico pretendemos analisar brevemente de que maneira os militares buscaram instrumentalizar décadas de conhecimento e teorização acerca da “política ideal de modernização da nação”.

1964 representou uma inflexão nas relações políticas dos militares com a sociedade nacional. Após uma constante participação nos bastidores dos acontecimentos decisivos do país desde a proclamação da República, os militares podiam agora tomar as rédeas do destino do país. Contudo, como já apresentamos anteriormente, as Forças Armadas não eram tão homogêneas como muitos

---

<sup>59</sup> Ver: CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 1950: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva**. Brasília: FUNAG, 2009, pp. 100-101.

<sup>60</sup> Sobre este “projeto de país” os autores Oliveiros Ferreira e Leonardo Trevisan têm interessantes narrativas. Para mais detalhes ver: FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. Senac. São Paulo, 2000; TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Global Editora, São Paulo, 1985.

imaginavam e os vinte anos de regime de exceção (1964-1985) expôs a fragmentação dos grupos ou, “partidos fardados”<sup>61</sup> que, de uma forma geral, apresentavam-se como “nacionalistas” e “americanistas”. Como examinamos em outro tópico, esta dualidade não é rígida e, salvo algumas exceções, a maioria dos militares era comprometida com o nacionalismo e com o ideal de “Brasil grande potência”<sup>62</sup>.

No entanto, para além da simplificação da dicotomia “linha dura” x “esguianos” podemos inferir que houve sim uma dupla percepção acerca do comportamento do Brasil com relação ao alinhamento ideológico com os Estados Unidos durante a Guerra Fria. Não há dúvida, como exposto no pensamento geopolítico e na própria DSN, de que o Estado brasileiro alinhou-se ao “ocidente” e, portanto, ao lado estadunidense após a Segunda Guerra Mundial. Todavia, houve ensaios e diretrizes mais autonomistas que buscavam conferir maior independência ao projeto de potência mundial. Vimos este comportamento nos governos Vargas (1951-54), Juscelino (1956-61), Quadros e Goulart (1961-64) e nos governos militares de Costa e Silva a Figueiredo, com ênfase em Geisel. No outro campo do alinhamento, os governos de Dutra (1945-51), Café Filho (1954-55) e Castelo Branco, buscaram ser mais ideologicamente submetidos comprometendo a capacidade de manobra do Estado brasileiro. Não há consenso na literatura, porém, esta classificação que fizemos vai ao encontro de autores como Amado Cervo e Moniz Bandeira, dois autores dos quais utilizamos como base da pesquisa<sup>63</sup>.

Retomando assim a análise do regime militar, pode-se dizer que o governo Castelo Branco, de matriz esguiana, colocou em xeque a execução do projeto autonomista de grande potência. Em termos de política interna, o governo foi amplamente apoiado por forças historicamente críticas do nacionalismo como a UDN, o jornalista Carlos Lacerda e instituições como o IBAD e o IPES, além do apoio financeiro e ideológico da CIA e do departamento de Estado estadunidense que preparou uma operação logístico-militar de apoio conhecida como “Operação Brother Sam”<sup>64</sup>.

<sup>61</sup> Expressão usada por Oliveiros Ferreira.

<sup>62</sup> Ver: TREVISAN, Leonardo. Op. cit., pp. 59-60.

<sup>63</sup> Para mais informações ver: CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002; BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007; BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Editora Civilização Brasileira, 2013

<sup>64</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit. 2007, p. 131; CERVO; BUENO, 2002.

A política econômica de Castelo seguiu as diretrizes da ortodoxia liberal, criação de um mercado de capitais, dissolução da lei de controle da remessa de lucros das multinacionais e esforço no combate à inflação. O Plano de Ação do Governo, conhecido como PAEG, foi o pilar de sustentação de um projeto de desenvolvimento econômico do governo Castelo<sup>65</sup>.

No campo externo, Amado Cervo argumenta que a diplomacia castelista foi “um passo fora da cadência” (CERVO; BUENO, 2002, p. 368) e procurou desconstruir os alicerces da Política Externa Independente (PEI) elaborada nos governos Jânio Quadros e João Goulart. Teria o governo agido em três linhas: a bipolaridade, assimilando o ocidentalismo e o anticomunismo; a abertura ao capital estrangeiro, acreditando que o livre fluxo de capital internacional seria facilmente atraído e utilizado como pilar de desenvolvimento; por fim, a contradição, na qual por um lado procurava-se reformar a ordem capitalista e reafirmar os interesses nacionais, mas por outro a atitude de alinhamento ideológico tolhia qualquer possibilidade de preservação dos mesmos.<sup>66</sup>

Para Bandeira, o governo Castelo Branco ao confrontar a política de restrição de exportação de minerais estratégicos e pelo fato do general-presidente criticar as ações nacionalistas como um traço preocupante das influências socialistas era a constatação de que:

O projeto de Castelo Branco, teórica e praticamente, induzia o Brasil a abdicar de sua aspiração ao *status* de potência, resignando aos seus próprios interesses nacionais, como país capitalista em expansão, em nome da unidade do hemisfério ocidental, uma vez que, de acordo com aquela percepção também totalitária, qualquer dissidência significava o favorecimento do comunismo e da União Soviética. (BANDEIRA, 2011, p. 135)

Com a ascensão de Costa e Silva, em 1967, o país voltou a vislumbrar um projeto de grande potência na medida em que o alinhamento com os Estados Unidos foi colocado em perspectiva mais pragmática. Considerado um general “linha dura”, Costa e Silva fez o que Cervo considera uma “correção de rumos” e uma “recuperação das tendências” em política externa, confrontando o preconceito das grandes potências como no caso da crítica e não adesão ao Tratado de Não-Proliferação

<sup>65</sup> Mais informações sobre a política econômica de Castelo Branco ver: GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea** (6 Edição ed.). São Paulo: Editora Atlas SA, 2005, pp. 375-384.

<sup>66</sup> CERVO; BUENO, Op. Cit. 2002, p. 369-370.

Nuclear de 1968 e retomando a compreensão de que a ordem internacional deveria refletir sobre as assimetrias Norte-Sul ao invés da noção ideológica Leste-Oeste<sup>67</sup>. Nas palavras de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, “A política externa destinou-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma, na medida do possível” (CERVO; BUENO, 2002, p. 380).

E prosseguem:

[...] a política externa de Costa e Silva apresentou-se com “sentido realista”, isenção ideológica, sem espaços para alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas. Recuperou a margem de autonomia exercida à época de Jânio e Jango, reabilitou o princípio da soberania, legitimando-se diante da nação. (IBIDEM, 2002, p. 383)

É importante reforçar o caráter autonomista do pensamento militar sobre questões sensíveis na agenda mundial. A esse respeito, o embaixador Araújo Castro representando o governo brasileiro em diversos fóruns internacionais expõe “o congelamento do poder mundial”. Assim ele se expressa:

[...] O Brasil tem procurado caracterizar o que agora se delinea claramente como firme e indisfarçada tendência no sentido do *Congelamento do Poder Mundial*. E quando falamos de poder, não falamos apenas de Poder Militar, mas também de Poder Político, Poder Econômico, Poder Científico e Tecnológico. O Tratado de Não-Proliferação, ponto mais alto da *dentête*, entre a URSS e os Estados Unidos, é o instrumento central dessa política de congelamento do Poder Mundial. (CASTRO, 1971, p. 40).

Essa crítica do embaixador é fundamental para entendermos o cenário político internacional que o Brasil estava inserido. A questão tecnológica, econômica e militar faz parte de um conjunto do exercício de “potência”, o qual o país buscou por meio de um projeto de desenvolvimento autônomo garantir. A questão nuclear é, de fato, o principal vetor desse arranjo de poder cristalizado pelas grandes potências que procuram manter uma desigualdade, na prática, entre as nações e classificá-las como “responsáveis e irresponsáveis”<sup>68</sup>. O problema do Desarmamento também é citado

<sup>67</sup> Ver as obras: CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília. Ed. UnB, 2002; MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*. Volume 1. Rio de Janeiro, FGV/Biblioteca do Exército, 2011. E FERREIRA, Oliveiros S. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Editora Revan, 2001.

<sup>68</sup> Ver: CASTRO, João Augusto de Araujo. O congelamento do poder mundial. In: EXPOSIÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS DO CURSO SUPERIOR DE GUERRA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1971, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, jul. 1971.

pelo embaixador que observa o privilégio que a tecnologia nuclear garante a alguns e para outros não<sup>69</sup>.

Como podemos acompanhar ao longo de nossa história recente republicana, sempre houve constrangimentos e cerceamentos que impediram o pleno gozo das garantias citadas que nos dariam a participação mais dinâmica e preponderante nas grandes decisões da agenda mundial. Essa é a tônica das relações internacionais, mesmo que haja espaço para a cooperação, comércio, cultura e amizade entre as nações, o jogo de poder é intrínseco às grandes potências que transformam o mundo em seu tabuleiro de influência.

A respeito dos temas sensíveis, mas, sobretudo, com relação ao TNP, Oliveiros Ferreira salienta que:

[...] é de justiça reconhecer que, no passado, sempre houve, no círculo dos que realmente decidiam, a preocupação de fazer que o Brasil palmilhasse os tortuosos caminhos da pesquisa nuclear e da tecnologia de mísseis com o objetivo de alterar qualitativamente o posicionamento do Brasil no concerto das nações. A condição para a realização dessa política era que o país não estivesse atado a nenhum tratado internacional que limitasse sua capacidade de pesquisa nesses campos considerados “sensíveis” pelas duas superpotências da época – Estados Unidos e União Soviética. (FERREIRA, 2001, p. 21)

E continua “Entro, aqui, em terreno minado. A decisão de chegar ao domínio completo do ciclo do átomo e de dotar o país da tecnologia de foguetes era, estou convencido, uma política de Estado” (Idem, p. 21, 2001). Mais tarde, o mesmo autor, em tom crítico escreve:

[...] os governos do período militar resistiram a todas as pressões para que o Brasil aderisse ao Tratado de Não –Proliferação (TNP). Essa política foi abandonada em 13 de junho de 1998, quando o governo Fernando Henrique assinou, para o gáudio dos primeiros signatários, os instrumentos de adesão ao TNP e de ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT) (FERREIRA, 2001, p. 21).

No campo econômico, o governo Costa e Silva lançou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) que se baseava em investimentos maciços em infraestrutura e utilizava instrumentos mais heterodoxos para alavancar o desenvolvimento nacional. Havia na percepção dos militares mais “linha dura” uma necessidade de se buscar políticas que não constrangessem o crescimento e o desenvolvimento do país. Isso

---

<sup>69</sup> Ver: CASTRO, op. cit, p. 45.

garantiria, igualmente, a legitimidade do regime de exceção diante de um quadro de turbulência social<sup>70</sup>.

Afastado por uma trombose em 1969, Costa e Silva dá lugar à Médici que governa até 1974. É em seu mandato que ocorre o período de extraordinário crescimento econômico denominado “milagre econômico”. A economia brasileira atinge taxas de até 14%, como em 1973, e torna-se uma das mais dinâmicas no mundo. Este crescimento se deve aos grandes investimentos públicos em infraestrutura que culminaram com o Plano Nacional de Desenvolvimento I (PND I), 1972-74<sup>71</sup>.

No campo da política externa, a “Diplomacia do Interesse Nacional” seria a pedra de toque da estratégia de inserção internacional do país com Médici e o chanceler Gibson Barboza. Pensou-se em metas ambiciosas para o futuro do país como a rápida transformação do Brasil em nação de primeiro mundo. Gibson falava em desenvolvimento e nacionalismo como garantias do interesse nacional. Assim, buscou atribuir cinco funções para isso: alterar as regras que cristalizavam o poder mundial; usar o poder nacional decorrente do crescimento brasileiro em favor dos povos mais pobres; auxiliar na construção da nova ordem econômica internacional, de forma a alterar o *status quo* nas relações internacionais; ampla solidariedade com os povos em desenvolvimento e aprofundar e manter o universalismo na política externa<sup>72</sup>.

Um dos momentos mais simbólicos da atuação diplomática brasileira no governo Médici, visando a autonomia, foi a questão da ampliação do mar territorial brasileiro de 12 para 200 milhas, em 1970, gerando sérios atritos com as potências mundiais. Além da permanente recusa brasileira em aderir ao TNP, o país avançou na sua diversificação de parceria econômica visando a garantir seu desenvolvimento. Japão e Europa tornaram-se importantes parceiros comerciais do país. No campo regional o Brasil teria ocupado importante papel de controlador e interventor em instabilidades na América do Sul como no Chile, Uruguai e Bolívia fazendo que se

---

<sup>70</sup> Mais informações em: GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO JR, R. Economia Brasileira Contemporânea (6 Edição ed.). São Paulo: Editora Atlas SA, 2005

<sup>71</sup> GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO JR, R. Op. cit. p. 385.

<sup>72</sup> CERVO; BUENO, pp. 384-385.

cumprisse uma etapa importante do projeto “Grande Potência” a partir da construção da capacidade de potência regional<sup>73</sup>.

Antes de passarmos para o capítulo seguinte, que analisará a questão segurança e sua compreensão como elemento do projeto de poder dos militares – o projeto “Brasil Grande Potência” – cumpre ressaltar que esta meta, qual seja, a de transformar o país em uma potência mundial e modernizá-lo autoritariamente, não foi nem homogêneo, nem linear, pois os “partidos fardados”<sup>74</sup> tornavam a continuidade e coesão política algo difícil. Todavia, isso não impediu que se organizasse em torno de um ideal de modernização forçada, autoritária e mesmo desenvolvimentista, um plano de governo de caráter nacionalista tipo “prussiano”<sup>75</sup>.

Neste sentido, o pensamento militar vinha gestando há algumas gerações - os movimentos “Jovens Turcos”, na primeira década do século XX, o Tenentismo dos anos 1920 etc. - uma percepção geopolítica do desenvolvimento nacional que passava pelos dois pilares da DSN: segurança e desenvolvimento. Estes dão uma ampla margem de interpretação dos seus desdobramentos. Dessa forma, a política externa e a interna submeteram-se ao binômio estratégico com grande ênfase nos governos militares, mas principalmente, no governo Geisel que buscou aprofundar o projeto “Brasil Grande Potência” tendo dois eixos: autonomia nuclear e Plano Nacional de Desenvolvimento II (PNDII). Ambos são, em nossa tese, desdobramentos do binômio da DSN e do pensamento desenvolvimentista militar.

Sobre o desenvolvimentismo, especificamente a respeito do tipo militar de desenvolvimentismo, a melhor abordagem explicativa – em nosso entender - é a do professor José Luís Fiori, na qual, segundo o autor, os elementos weberiano (de modernização do Estado), estruturalista (da industrialização como motor do

---

<sup>73</sup> Cf. VISENTINI, Paulo. **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**. Elsevier Brasil, 2013, pp. 70-74.

<sup>74</sup> Partido fardado é uma expressão usada pelo cientista político Oliveiros Ferreira para ilustrar a disputa política por grupos diferentes dentro do estamento militar. Isso gerou um certo embate de grupos opostos. Para mais detalhes a respeito ver: FERREIRA OLIVEIROS, S. Vida, Morte do Partido Fardado. Senac, São Paulo, 2000.

<sup>75</sup> Vale ressaltar que o termo “via prussiana”, que significa uma modernização forçada, de cima para baixo e com ampla participação do Estado não teve seu desdobramento apenas com os militares, mas, ao que indicam as pesquisas, foi uma característica nacional desde sua independência. Para mais detalhes acerca do termo ver: COUTINHO, Carlos Nelson; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Fiocruz, 2006. p. 173-200.

desenvolvimento) e marxista (que via no desenvolvimento econômico e na revolução democrático-burguesa o atalho para a revolução socialista) foram assimiladas e apropriadas pela vertente nacionalista militar<sup>76</sup>. A ESG, com sua doutrina de segurança nacional instrumentalizou as políticas de desenvolvimento autonomistas e modernizadores. Fiori chama atenção a este respeito ao dizer que:

A matriz teórica e estratégica que teve mais importância (...) foi a teoria da segurança nacional, formulada pelos militares brasileiros, que teve papel central na construção e no controle ou tutela do Estado desenvolvimentista entre 1937 e 1985. (...) O desenvolvimentismo militar (...) se transformou em uma ideologia e numa estratégia específica e diferenciada dentro do universo desenvolvimentista, sendo a única que associava explicitamente a necessidade do desenvolvimento e da industrialização com o objetivo prioritário da “defesa nacional” (FIORI, 2015, p. 105)

A despeito de o desenvolvimentismo militar ter buscado a industrialização, a modernização e o desenvolvimento autônomo nacional, esta matriz ideológica não conseguiu ou, simplesmente, não considerou o aspecto social da distribuição de renda e a reforma agrária como elementos fundamentais no processo de enriquecimento material nacional. Outro fator que comprometeu o desenvolvimento integral foi o combate excessivo ao “inimigo interno”, o que fez que lideranças nacionalistas da centro-esquerda fossem cassadas ou alijadas da política<sup>77</sup>.

Para além da imposição conjuntural dos choques de petróleo e a necessária diversificação de parceiros econômicos, cumpre salientar que o projeto “Grande Potência” - que tem em Geisel seu ponto alto - traz, como citado, a instrumentalização do binômio segurança e desenvolvimento e ainda, é a consequência do amadurecimento do projeto nacionalista de muitos militares que não viam com bons olhos o alinhamento ideológico automático e restritivo com os EUA, tais como Horta Barbosa, Estilac Leal, Teixeira Lott, Albuquerque Lima, Médici e o próprio Geisel, além de outros militares importantes.

Por fim, cabe dizer que, a conjuntura interna e externa desempenhou um papel relevante na execução do projeto modernizador autoritário e desenvolvimentista militar. Como veremos nos dois capítulos subsequentes, o governo Geisel promoveu uma política de segurança e de desenvolvimento econômico buscando construir as bases da autonomia. Na segurança, a questão dos meios e capacidades militares teve

<sup>76</sup> FIORI, José Luís. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2015, p. 104.

<sup>77</sup> Cf.: FIORI, José Luís. **Para reler o velho desenvolvimentismo**. *Valor Econômico*. São Paulo, 2011.

ampla relevância, mas o grande salto estratégico fora, indubitavelmente, a energia nuclear. No que tange ao desenvolvimento econômico, Geisel executou uma política econômica de caráter autonomista, buscando construir, via II PND, maior capacidade produtiva e menos dependência externa.

## **Capítulo 2. A Segurança como vetor do desenvolvimento e pilar de autonomia estratégica no governo Geisel.**

A energia nuclear “era o mais poderoso recurso a ser colocado ao alcance dos países em desenvolvimento para reduzir a distância que os separa das nações industrializadas” (COSTA E SILVA, 1967)

Neste capítulo, abordaremos a questão da segurança no período Geisel. Algumas questões nortearão a análise: 1. De que maneira Geisel entendeu e instrumentalizou a segurança como um pilar do seu projeto de desenvolvimento? 2. É possível dizer que Geisel deu continuidade ao processo de associação da segurança ao desenvolvimento em um outro patamar iniciado com o governo Costa e Silva? 3. Por que o problema da segurança foi tratado de maneira diferente, ou seja, o que fez que Geisel buscasse construir capacidades materiais de poder (segurança) em detrimento da visão parcialmente aceita por muitos de que as questões de segurança internacionais deveriam ser preocupação do aliado na Guerra Fria, Estados Unidos? Ou seja, o que motivou Geisel a aprofundar o projeto “Brasil Grande Potência” e como a segurança se tornou peça estratégica disso?

Esses questionamentos são fundamentais para entendermos a ênfase que ocorre durante a gestão Geisel no que se refere à segurança. Como vimos no primeiro capítulo, o pensamento militar já gestava a ideia de transformação do país em uma potência mundial autônoma, mas faltava criar os instrumentos materiais mais adequados de poder, como um complexo industrial-militar de segurança que transformasse qualitativamente as capacidades do país. Nesse sentido, o golpe civil-militar de 1964 foi o cenário propício para a imposição de uma agenda de segurança e desenvolvimento à nação. Todavia, o primeiro governo do regime, Castelo Branco (1964-67), implementou uma interpretação do binômio estratégico “segurança e desenvolvimento” de maneira pouco autônoma e demasiadamente alinhada aos

interesses estadunidenses<sup>78</sup>. A partir de Costa e Silva (1967-69) a interpretação do binômio passará a ganhar uma conotação mais nacionalista tendo no governo Geisel atingido seu ponto alto<sup>79</sup>.

Ernesto Geisel nasceu em Bento Gonçalves, município sul rio grandense, em 3 de agosto de 1907. Filho de imigrantes alemães, teve uma formação considerada clássica, seu pai tornou-se professor e fazia questão de que os filhos se formassem bem. Geisel estudou no Colégio Militar de Porto Alegre e entrou para a vida militar tornando-se oficial pela Escola Militar de Realengo em 1928. Em 1930 aderiu a revolução ficando ao lado de Getúlio Vargas. Teve uma carreira discreta, porém, reconhecida no Exército, ocupando cargos políticos inclusive. Foi instrutor da ESG, em 1952, no ano de 1964 foi nomeado pelo Marechal e presidente Castelo Branco chefe da Casa Militar e em 1966 ministro do Superior Tribunal Militar. Tornou-se presidente da Petrobrás durante o governo Médici e foi, em 1974, indicado para ocupar a presidência da República com mandato até 1979<sup>80</sup>. Em entrevista concedida aos professores Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, Geisel reconhece que sofreu influência de autores do desenvolvimentismo autoritário<sup>81</sup> como Alberto Torres e Oliveira Vianna, autores que advogavam o papel central do Estado Nacional na modernização forçada do país. Nesta entrevista, Geisel advoga em nome do estatismo argumentando que “a estatização resulta de uma situação forçada! O sujeito não é estatizante porque gosta, é estatizante porque é a única maneira de fazer as coisas, e se não fizer as coisas o país não se desenvolve” (GEISEL *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, p. 249-250, 1997) e continua,

Se o Brasil quer ser uma nação moderna, sem problema da fome e sem uma série de outras mazelas de que sofreremos, tem que se desenvolver. E para isso, o principal instrumento, a grande força propulsora é o governo federal. A nação não se desenvolve espontaneamente. É preciso haver alguém que a oriente e impulse, e esse papel cabe ao governo. (Ibidem, p. 287, 1997)

---

<sup>78</sup> Ver as obras: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Editora Civilização Brasileira, 2013. E CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. História da política exterior do Brasil. Brasília: Ed. UnB, 2002.

<sup>79</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. Cit., capítulo VIII.

<sup>80</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>81</sup> Para mais informações acerca do desenvolvimentismo autoritário ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

Esta visão de mundo centralizadora foi determinante ao longo de seu governo, ao assumir a presidência, Geisel busca garantir uma maior homogeneidade na burocracia militar. Entendendo que seus planos de reabertura e manutenção do crescimento e desenvolvimento passariam pelo apoio da caserna, ele atua controlando os possíveis obstáculos, como o general Silvío Frota - então ministro do Exército - e controlando o Estado Maior com pessoas de confiança<sup>82</sup>.

O governo do general-presidente Ernesto Geisel talvez tenha sido um dos mais centralizadores da história republicana brasileira. Grandes decisões eram tomadas sem consulta ao Conselho Nacional de Segurança ou mesmo ao alto comando das Forças Armadas. Isso se deu na política econômica, quando o II PND se tornou uma prioridade – mesmo com a crítica de muitos – na política externa, quando Geisel não se constrangeu em reconhecer países comunistas como legítimos atores no sistema internacional e principalmente no acordo nuclear com a Alemanha Ocidental<sup>83</sup>.

Internamente, o governo Geisel insere-se no contexto do que Bresser-Pereira chamou de “Pacto autoritário-modernizante” estabelecido em 1964, que previa, mediante o modelo do desenvolvimentismo autoritário, modernizar o país e recuperar o tempo perdido<sup>84</sup>.

Esta conjuntura, na qual o governo Geisel se inseriu, tornava o projeto “Brasil Potência” um grande desafio. Embora os governos brasileiros afirmassem, ininterruptamente, desde o governo Dutra (1945-51) sua preferência e alinhamento ideológico com os Estados Unidos, os militares haviam desenvolvido uma percepção muito forte do seu papel no processo de desenvolvimento e modernização nacional. Destarte, quando os interesses nacionais eram confrontados com o alinhamento, a postura do governo brasileiro era, principalmente a partir de Costa e Silva, pragmática e se preciso fosse, dissonante do alinhamento<sup>85</sup>.

Os Estados Unidos agiam de todas as formas possíveis para evitar que países emergentes se tornassem competidores ou pudessem desafiar o *status quo* geopolítico e geoeconômico estabelecido. Prova disso são os documentos de

---

<sup>82</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 318, 385-390.

<sup>83</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. Cit., capítulo VIII.

<sup>84</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo, Editora 34, 2014, pp. 221-232.

<sup>85</sup> Para mais detalhes ver: CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008, pp. 132-136.

segurança emitidos sucessivamente pelos governos estadunidenses desde a Segunda Guerra Mundial, como a *Doutrina Truman*, que de acordo com Leonel Itaussu foi inspirada na percepção geopolítica de Nicholas Spykman<sup>86</sup> e a influência de Brzezinski<sup>87</sup>. De 1945 ao início dos anos 1970, os Estados Unidos teriam praticado, de acordo com Fiori, uma “hegemonia benevolente” que a partir dos anos 1970 se transformou em uma busca pelo poder global<sup>88</sup>. Nesta constante busca por ampliação e manutenção do poder e da riqueza, os Estados Unidos agiam na direção da desmobilização de forças nacionais que quisessem alterar qualitativamente seu espaço de manobra no sistema interestatal capitalista. O Brasil, de acordo com Moniz Bandeira, sofreu constantemente com essa política de intervenção estadunidense desde o princípio. Agentes infiltrados, financiamento de instituições e partidos antinacionalistas e ação no nível das instituições internacionais eram comuns na agenda diplomática dos Estados Unidos<sup>89</sup>.

Neste sentido, a segurança não era para Geisel apenas um problema militar, mas um pilar do desenvolvimento, ou seja, a segurança foi percebida em duas dimensões: a militar e a de elementos do desenvolvimento, nesta segunda, entende-se a prioridade de Geisel, qual seja, submeter a segurança ao processo de desenvolvimento integral e autônomo<sup>90</sup>. É interessante notar aqui, que a questão da segurança, tradicionalmente, pela percepção de muitos militares da linha dura e mesmo esguianos, vinculava-se à aspectos de combate à subversão, passa a ser vista de forma diferente. O governo Geisel dá um tom mais realista à medida que a segurança passa a ser um elemento decisivo na estratégia de desenvolvimento autônomo<sup>91</sup>. Não se poderia direcionar as preocupações na área apenas no desarme do comunismo, pois o projeto “Brasil Potência” requeria uma capacidade material adequada às pretensões de poder nacional. Dada a necessidade de aprofundar-se o

---

<sup>86</sup> Sua tese geopolítica passava pela contenção do *Heartland* pelo cinturão do *Rimland*, uma clara alusão à expansão do poder soviético e a necessidade de contê-lo, conforme buscou fazer Truman e seus sucessores. Ver: MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?**. Editora Hucitec, 2015.

<sup>87</sup> Para mais informações acerca da teoria da contenção proposta por Brzezinski ver: BRZEZIŃSKI, Zbigniew. **Game Plan: The Geostrategic Framework for the Conduct of the US--Soviet Contest**. HarperCollins Publishers, 1986.

<sup>88</sup> FIORI, José Luís. **O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites**. O poder americano. Petrópolis: Vozes, 2004, pp. 85-94.

<sup>89</sup> MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Ver principalmente a “Quarta Parte” do livro.

<sup>90</sup> Cf. D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Op. Cit., p. 290.

<sup>91</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 190.

desenvolvimento econômico e o já considerável parque industrial, a segurança torna-se um elemento central na construção da autonomia decisória<sup>92</sup>.

O governo Geisel seguiu e aprofundou, em seu governo, a busca pela superação da dependência tecnológica, econômica e mesmo militar que havia entre o Norte e o Sul. Mesmo com todos os problemas conjunturais enfrentados, podemos constatar que em seu governo foram utilizados pelo Estado, todos os instrumentos disponíveis para alcançar o desenvolvimento autônomo nacional<sup>93</sup>. Nesse sentido, a política externa desempenhou papel fundamental. Seguindo a lógica de Aron<sup>94</sup>, a política externa é formada por duas gramáticas, a saber, a diplomacia e a estratégia. Ambas trabalham conjuntamente pelo engrandecimento dos interesses nacionais<sup>95</sup>. Assim, seguindo esta lógica, o chanceler do governo Geisel, embaixador Azeredo da Silveira expõe ao presidente da República as linhas da inserção internacional do país,

O Terceiro Mundo é formado por países incaracterísticos que, possivelmente, em sua maioria, jamais poderão emergir da condição de objetos da história. Alguns países, entretanto, têm condições, por sua extensão territorial, importância demográfica e vocação histórica, para progredir em direção a etapas superiores de autonomia e autodeterminação. Tais países poderão aceder à condição de sujeitos e escapar à fatalidade de meros espectadores passivos, manipulados de acordo com as conveniências da Grande Aliança (ocidental) [...] A existência das clivagens, entre os países da aliança e dentro de cada país do mundo industrial, poderá ser utilizada, com grande margem de autonomia, pelos países-chave do mundo em desenvolvimento, com o objetivo de conduzir uma política externa baseada nas estruturas de seus interesses nacionais. O Brasil é o país-tipo da categoria dos países insateizáveis [...]. Os interesses fundamentais da aliança imporão determinados limites à diplomacia brasileira: mas a grande mobilidade e a fluidez no interior da aliança permitirão uma política externa soberana, autêntica e imaginativa. (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, p 03, 2010)

Desse modo, a política externa do governo Geisel foi rotulada de “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” (PRE), pois vinculava-se aos interesses nacionais que, independentemente da ideologia, encontravam-se em todo o globo. Em síntese, o PRE foi usado como importante braço do desenvolvimento nacional e agiu de modo a garantir que o país lograsse acumular poder e prestígio em todas as frentes

<sup>92</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit., pp. 188-190.

<sup>93</sup> *Ibidem*, p. 189.

<sup>94</sup> Para mais detalhes ver: ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. UNB/IPRI, 2002.

<sup>95</sup> O termo é vago, mas muito utilizado na literatura. Aqui lançamos mão da interpretação de Oliveiros Ferreira que entende que “interesse nacional” teria quatro pilares: i) defesa das fronteiras; ii) defesa do *status quo* territorial; iii) defesa das rotas e redes de comércio, a qual depende a economia nacional; iv) a defesa dos interesses em outros Estados, privados e públicos. Para mais informações ver: FERREIRA, Oliveiros. Op. cit., pp. 142-143.

possíveis<sup>96</sup>. Assim, o país não se constrangeu em reconhecer governos comunistas como Angola, Moçambique e Guiné Bissau, restabelecer relações diplomáticas com a China continental, condenar o sionismo como ideologia racista e se indispor abertamente com a superpotência estadunidense<sup>97</sup>.

O governo Geisel buscou explorar os espaços possíveis e expandir os interesses econômicos e geopolíticos brasileiros, o que acarretou sérias divergências com os Estados Unidos, posto que o Brasil passou a disputar mercados antes exclusivos daquele, inclusive em áreas sensíveis como armamentos e infraestrutura<sup>98</sup>. Desse modo, Geisel, ao se pronunciar a respeito de sua política externa, reforçou que “a nossa política externa tinha que ser realista e, tanto quanto possível, independente. Andávamos demasiadamente a reboque dos Estados Unidos” (GEISEL *apud* D’ARAÚJO; CASTRO, p. 336, 1997).

É interessante notar a maneira como Geisel, em entrevista aos professores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro, relata as relações com os Estados Unidos. Segundo o general, o embaixador estadunidense, em seu governo, era “contra nós, enviava notícias desfavoráveis para os Estados Unidos, notícias tendenciosas [...] criava divergências e desentendimentos” (Ibidem, p. 336). Ainda sobre a superpotência mundial, Geisel afirma que buscou diversificar as parcerias, pois o desenvolvimento brasileiro passava também pelo Hemisfério Norte, no qual concentravam-se as grandes potências, e que com os Estados Unidos não se poderia extrair mais nada de benefícios,

Por causa de exigências que foram surgindo que me pareceram descabidas. Eles taxavam a importação de certos produtos brasileiros, embora fizessem apologia ao comércio livre. Uma vez Kissinger esteve no Brasil e, conversando comigo, convidou-me a visitar os Estados Unidos. Respondi-lhe que poderia ir, mas só no dia em que o governo americano acabasse com essas taxações (Ibidem, p. 337, 1997)

<sup>96</sup> Ver: VIZENTINI, Paulo A. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998l, pp. 203-212.

<sup>97</sup> A respeito da política externa de Geisel ver: DE LIMA, Maria Regina S. **The Political Economy of Brazilian Foreign Policy – Nuclear Energy, Trade and Itaipú**. FUNAG, Brasília, 2013; SPEKTOR, Matias. **Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979)**. Revista brasileira de política internacional, v. 47, n. 2, p. 191-222, 2004; LESSA, Antônio Carlos. **A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 38, n. 1, p. 24-39, 1995.

<sup>98</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. Op. cit., pp. 195-196.

Segundo Amado Cervo, a DSN foi reformulada com a ascensão de Costa e Silva e, com Geisel, estas mudanças tornaram-se mais enfáticas<sup>99</sup>. A partir de uma nova leitura do mundo, ou seja, uma reinterpretação da bipolaridade tendo o eixo Norte-Sul passado a ser visto como o verdadeiro tabuleiro das ações internacionais de disputa por poder e riqueza. As relações com os Estados Unidos passaram a seguir um tom de dissonância e mesmo conflito. Destarte, o governo brasileiro passou a “nacionalizar a segurança” criando condições para o desenvolvimento de uma indústria de defesa e aprofundando o projeto nuclear<sup>100</sup>. Nunca a segurança ficou tão atrelada ao desenvolvimento como durante o governo Geisel. Seguindo esta lógica, Cervo argumenta:

Quatro momentos foram decisivos para a nacionalização definitiva da segurança: a) definição de uma política de exportação de material bélico (Geisel, 1974), porque o mercado externo tornaria viável a produção em escala de armas portáteis, munição, aviões, tanques e carros de combate, com o que se pretendia eliminar a dependência e ampliar a segurança; b) o Acordo Nuclear firmado com a República Federal da Alemanha, em 27 de junho de 1975, porque permitia a transferência e absorção progressiva da tecnologia nuclear; c) a denúncia, em 1977, do Acordo Militar com os Estados Unidos (1952) e dos demais acordos a ele vinculados, porque marcava o fim de uma aliança que vinha da Segunda Guerra Mundial e liberava o armamento brasileiro de uma dependência obsoleta e prejudicial ao desenvolvimento tecnológico; d) desenvolvimento de um programa nuclear paralelo, conjugando, a partir de 1979, projetos integrados de pesquisa, implementados pelos Exército, Marinha e Aeronáutica. (CERVO; BUENO, 2002, pp. 405-406)

Tendo a segurança se tornado vetor imprescindível na estratégia de desenvolvimento autônomo de Geisel, o desgaste das relações com os Estados Unidos passou a ser inevitável. Estes queriam cooptar o Brasil para tornar-se um aliado no combate ao comunismo, além de vê-lo como um “rival emergente”<sup>101</sup> que pretende desenvolver-se com autonomia. Chegou-se mesmo a cogitar o rompimento das relações bilaterais por parte de alguns militares<sup>102</sup>. O estremecimento das relações acabou gerando dividendos para o governo autoritário brasileiro que se tornou mais coeso e apelou para a unidade nacional<sup>103</sup>.

De acordo com Moniz Bandeira, o desenvolvimento brasileiro, sobretudo no período militar, mesclou dois modelos, o estadunidense, no qual os investimentos

<sup>99</sup> Cf. CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 2002, p. 380.

<sup>100</sup> Ibidem, pp. 397-427.

<sup>101</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit. Capítulo VIII.

<sup>102</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>103</sup> CERVO; BUENO. Op. cit. p. 410.

privados foram importantes; e o prussiano, no qual o capitalismo de Estado foi determinante. Ambos serviram ao projeto “Brasil Grande Potência” e foram explorados pelo nacionalismo de fins<sup>104</sup>.

Tendo feito esta breve introdução do contexto em que se desenhou o governo do presidente Ernesto Geisel, passaremos a analisar brevemente a agenda e o histórico da segurança no Brasil. Neste segundo capítulo, analisaremos de que forma a segurança foi vista e utilizada pelo governo do general Geisel como vetor de desenvolvimento. Para tal, iniciaremos com uma breve apresentação do histórico do problema e abordaremos o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) e da questão nuclear. Encerraremos o capítulo analisando o Acordo Nuclear com a Alemanha e o projeto nuclear paralelo.

## **2.1. Breve histórico do problema da segurança no Brasil (1945-1979): formação de uma Base Industrial de Defesa e o a questão nuclear**

Após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passou a fazer parte da órbita de influência estadunidense como parte de estratégia de contenção ao comunismo. A relação entre os dois países, do tipo assimétrica, foi muito custosa ao Brasil, pois este tornou-se consideravelmente dependente dos Estados Unidos nos campos sensíveis do desenvolvimento tecnológico e científico militar. Esta dependência agravou-se quando, em 1952, por pressões diplomáticas e de grupos de interesses o Brasil assinou o Acordo Militar com os Estados Unidos, o qual previa a compra de equipamento usado ou descartado pelas Forças Armadas estadunidenses para o Brasil<sup>105</sup>. Este acordo gerou profundo atraso no desenvolvimento de uma Base Industrial de Defesa (BID) no país tornando-o vulnerável no campo da segurança internacional, como a “Guerra da Lagosta”<sup>106</sup> comprovou.

---

<sup>104</sup> BANDEIRA, p. 187.

<sup>105</sup> Ver: CERVO, Amado. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. 128-136 pp.

<sup>106</sup> O episódio conhecido como “guerra da lagosta” envolveu o Brasil e a França na disputa por zona de pesca na costa brasileira. O acontecimento expôs a fragilidade da armada brasileira que se encontrava obsoleta e incapaz de reagir a um ataque militar de uma nação mais poderosa.

Desse modo, a preocupação com C&T passou a ocupar lugar de importância no pensamento militar nacional, pois

Percebendo tal realidade, os militares passaram a considerar seu esforço como principal vetor das atividades científicas e tecnológicas do Estado. A C&T já era considerada por eles a mais importante variável estratégica tanto da constituição da capacidade estratégica quanto do desenvolvimento do país. Acompanhar o avanço da fronteira científico-tecnológica mundial passou a ser, então, uma obstinação para militares brasileiros. (CAVAGNARI FILHO, p. 138, 2000)

O domínio do ciclo de enriquecimento de urânio e do seu uso civil e militar toma corpo após a Segunda Guerra Mundial e tem nos Estados Unidos, mediante o *Projeto Manhattan*, o monopólio nuclear. O mundo despertou para os efeitos expressivos da energia atômica logo após a utilização das bombas em Hiroshima (08/1945) e Nagasaki (08/1945), por parte dos Estados Unidos. Tal acontecimento serviu de demonstração de poder ao mundo e expôs a enorme vantagem militar que a já superpotência estadunidense obtivera. Cabe ainda frisar que em 1946, o governo estadunidense aprovou a lei *Mac Mahon* que proibia a transferência de informações ou cooperação na área nuclear com qualquer país ou instituição<sup>107</sup>.

Em 1946 foi formulado o chamado “Plano Baruch” que buscava estabelecer uma espécie de ordem atômica internacional liderada pelos Estados Unidos, à época, únicos detentores de artefato nuclear para fins militares. O Plano previa que a gestão de qualquer material atômico deveria ser supervisionada por uma agência internacional a ser criada. Desse modo, qualquer instalação nuclear deveria estar sob a supervisão da futura agência, que cuidaria para que nenhum material pudesse ser desviado da finalidade do uso pacífico da energia atômica. Neste sentido, - e após a explosão de artefatos nucleares pela União Soviética (1949) e pela Grã-Bretanha (1952) - o general e futuro presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower (1953-61) propôs o programa “Átomos para a Paz”, em 1953. Esta iniciativa previa a cooperação e o desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos e colaborou para a criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em 1957<sup>108</sup>.

No Brasil, de acordo com Ana Maria Andrade, houve uma participação intensa dos militares na criação do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisa), em 1951 e na

---

<sup>107</sup> Cf. DE LIMA, Maria Regina S. Op. cit., pp.130-133.

<sup>108</sup> DE ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. Átomos na política internacional. **CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad**, v. 7, n. 21, p. 113-140, 2012, pp. 116-119.

CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear), em 1956. O principal promotor da ciência e pesquisa na área nuclear no país foi o Almirante Álvaro Alberto, que chegou a dizer que a criação do CNPq foi a “Lei Áurea” da ciência nacional<sup>109</sup>. O militar brasileiro empenhou-se ao máximo para fazer do Brasil uma potência autônoma nuclear, porém, enfrentou resistência interna e externa de toda a forma e o desenvolvimento da energia nuclear no país foi difícil e lento. Em 1953 o almirante tentou trazer para o Brasil - mediante um acordo secreto com a República Federal da Alemanha – três centrífugas de enriquecimento de urânio. O caso tornou-se famoso, pois os Estados Unidos conseguiram interceptar o navio com as centrífugas saindo do porto de Hamburgo<sup>110</sup>.

Até 1955, ano do primeiro acordo nuclear com os Estados Unidos, havia uma intensa discussão entre dois grupos, os nacionalistas, com a presença de militares e cientistas que advogavam em prol de um programa nuclear autônomo e independente; e um segundo grupo que tinha nas figuras do general Juarez Távora e do chanceler João Neves da Fontoura, uma percepção de que o programa nuclear brasileiro deveria estar atrelado aos Estados Unidos<sup>111</sup>.

Desde o princípio, as questões que envolviam a soberania nacional deram o tom na questão atômica. Havia um intenso *lobby* estadunidense e de grupos nacionais em prol da exportação dos minerais atômicos, como areia monazítica e tório. Por outro lado, grupos nacionalistas - tendo o almirante Álvaro Alberto à frente - encampavam o discurso contrário à exportação dos minerais estratégicos ao desenvolvimento tecnológico nacional, ou ao menos, que houvesse uma compensação específica, como a cooperação para o desenvolvimento nuclear brasileiro. O CNPq, por exemplo, se opunha à exportação de minerais atômicos aos EUA, ao passo que o Itamaraty não via problema<sup>112</sup>. Além do CNPq e outros órgãos público, a maior parte dos militares e formalmente o Estado Maior das Forças Armadas criticaram o Acordo para Cooperação de Uso Civil da Energia Atômica com os Estados Unidos (1955) considerado desastroso e ruim para a soberania nacional<sup>113</sup>.

No sentido de garantir a autonomia na área nuclear, em 1956 Juscelino Kubitschek cria a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e em 1963, o então

---

<sup>109</sup> Ver: Sítio do CNPq. Disponível em: < <http://cnpq.br/a-criacao> > Acesso em: 20, dez, 2016.

<sup>110</sup> Ibidem, p. 119.

<sup>111</sup> Cf: DE LIMA, Maria Regina S. Op. cit., pp. 130-142.

<sup>112</sup> Ibidem, pp. 104-112, e 130.

<sup>113</sup> DE ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. Op. cit., p. 114.

presidente João Goulart decretou o monopólio da União dos minerais estratégicos, o que gerou diversas críticas domésticas e internacionais<sup>114</sup>. No entanto, a estrutura de pesquisa e desenvolvimento nuclear não foi organizada de modo a garantir os objetivos iniciais, pouco se fez para dominar o ciclo completamente e formar uma base capaz de produzir energia nuclear própria, pois havia o entendimento por parte de autoridades de que por atalhos – transferência de tecnologia - chegar-se-ia mais rapidamente ao objetivo. Como exemplo disso temos a compra do reator de urânio enriquecido em 1968 dos Estados Unidos que gerou severas crítica de cientistas brasileiros que argumentavam que tal compra geraria dependência dos mesmos. Este comportamento provou-se ineficaz ao longo do tempo<sup>115</sup>.

Destarte, a questão nuclear inseria-se na agenda de segurança nacional e, de acordo com a DSN, era uma prioridade, pois robustecia o poder material do país. No entanto, o conflito de versões sobre o uso militar da energia atômica gerou desconforto nos Estados Unidos, porquanto o Brasil se recusou a aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968. Muitos militares retoricamente advogavam fins pacíficos, ao passo que outros insistiam na necessidade de uso militar como instrumento de poder nacional<sup>116</sup>.

### **2.1.1 O desenvolvimento da Base Industrial de Defesa como alavanca do poder nacional**

O desenvolvimento tecnológico e científico tornou-se um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento econômico nacional, mas, sobretudo, um fundamental instrumento de construção da grande potência. Neste sentido, além da busca pela capacidade e autonomia nuclear, a formação de uma BID ou de um complexo industrial-militar de segurança tomou forma a partir do governo Costa e Silva, mas sobretudo com Geisel. A segurança passou a ser considerada um problema vinculado ao desenvolvimento<sup>117</sup>. Assim, transformar a capacidade industrial dando-lhe condições de fabricar, usar e mesmo exportar armamentos dos

<sup>114</sup> Cf. Decreto 51.726. Disponível em: < [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D51726.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D51726.htm) >. Acesso em: 20, dez, 2016.

<sup>115</sup> DE LIMA, Maria Regina. Op. cit., p.130.

<sup>116</sup> Ver: CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Estratégia e defesa (1960-1990). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume, v. 4, pp. 119-146, 2000, p. 132.

<sup>117</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 190.

mais variados tipos, foi pensado como pilar fundamental na construção de meios de poder material para o projeto de grande potência dos militares.

Neste sentido, em 1974, o presidente Ernesto Geisel assinou um importante documento, a Política Nacional para Exportação de Material de Emprego Militar (PNEMEM), a qual permitiu ao país conquistar importantes mercados de armamentos e veículos blindados na América Latina, África e Oriente Médio. Esta política foi ao encontro do plano nacional de superação da dependência de produtos sensíveis e contribuiu para o fortalecimento da agenda nacional de segurança<sup>118</sup>. As três forças terão projetos estratégicos independentes: a terrestre (Exército) busca desenvolver blindados e meios de guerra eletrônica; a naval (Marinha) o submarino nuclear e embarcações de guerra e a aérea (Aeronáutica) o veículo lançador de satélite e míssil balístico<sup>119</sup>.

Apesar de sofrer boicotes constantes das potências desenvolvidas, o país conseguiu ampliar e construir uma capacidade de produção de armamentos militares, veículos blindados, aviões e embarcações de guerra considerável. Tornou-se no final dos anos 1970 o maior exportador de armamentos do Terceiro Mundo e um grande competidor no mercado de armamentos leves<sup>120</sup>.

A superação da dependência no fornecimento de armamentos foi um dos principais fatores a estimular a produção e o desenvolvimento do complexo industrial militar brasileiro. Neste sentido, Moniz Bandeira argumenta que,

O objetivo de eliminar e/ou, pelo menos, reduzir as dependências, de modo a fortalecer a segurança nacional, orientou esse esforço de expansão da indústria de armamentos, na qual as Forças Armadas, diretamente, mais e mais investiram, com a percepção de que as potências industriais obstaculizavam a transferência de tecnologia para outros países, como o Brasil, em processo de desenvolvimento. (BANDEIRA, p. 189, 2011)

O Exército, por exemplo, passou a contar maciçamente com material produzido por empresas nacionais e importava apenas algo em torno de 20% do material bélico necessário. Esta mudança de rumos no campo da defesa e segurança estimulou consideravelmente o parque industrial brasileiro, que passou a fabricar equipamento com alta complexidade tecnológica. Como consequência,

---

<sup>118</sup> CAVAGNARI, Geraldo. Op. cit., pp. 139-140.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 140

<sup>120</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit., pp. 189-190.

O Exército tratou de modernizar-se e reequipar-se, “com base na indústria nacional”, e esse esforço provocou tensões com as multinacionais em setores considerados importantes para a segurança nacional, a exemplo das telecomunicações, no qual, apesar de estatizado, elas tinham fortes interesses como fabricantes de equipamentos. (BANDEIRA, Moniz, p. 190, 2011)

Em decorrência desta percepção, um grande número de dispositivos de defesa foi fabricado por empresas nacionais. Os melhores e mais conhecidos serão aqui pormenorizados. Na indústria aeronáutica a Empresa Brasileira de Aeronáutica, Embraer, desenvolveu os aviões Xavante, Bandeirante, o monomotor turboélice Tucano, que se tornou o avião de treinamento militar brasileiro e, em parceria com a italiana Aermacchi, produziu o caça subsônico de ataque AMX que serviu como um importante elemento de ataque na Força Aérea Brasileira. Outra empresa de grande porte na fabricação, produção e exportação de armamentos como foguetes e propelentes foi a Avibrás, conhecida pelo portentoso programa de veículo lançador de foguetes “Astros”, a empresa tornou-se grande exportadora e competidora no mercado mundial. No segmento de blindados, a Engesa e a Bernardini produziram carros de combate blindados para uso doméstico e para exportação. Os blindados Urutu (EE-11) e Cascavel (EE-09) foram os primeiros casos de êxito na fabricação e exportação de blindados pela Engesa, ambos os veículos utilizam rodas ao invés de lagartas como meio de locomoção e são carros de transporte de tropas e reconhecimento de campo<sup>121</sup>. Outros veículos foram fabricados pela Engesa no período como o caça-tanques sucuri que não foi aproveitado pelo Exército<sup>122</sup>. Outro veículo blindado de tecnologia nacional foi “Tamoio” – que teve versões I, II e III - desenvolvido pela Bernardini. Este blindado ficou conhecido pela ampla capacidade de poder de fogo, porém o Exército brasileiro também não o aproveitou e o projeto fracassou. A mesma empresa, Bernardini, desenvolveu em parceria com as empresas nacionais Novatração, Biselli e Moto Peças, um veículo lançador de foguetes batizado de XLF 40. Na produção de munições e fuzis a estatal Indústria de Material Bélico do

<sup>121</sup> Para mais detalhes sobre a Avibras e Engesa ver: LADEIRA, Paulo César Júnior. **A ascensão e queda e os desafios ao crescimento das empresas de defesa Avibras e Engesa**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação – Instituto COPPEAD, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2013.

<sup>122</sup> Vale ressaltar que nos anos 1980 a Engesa desenvolveu e fabricou o tanque de combate “Osório” (EE-T1). Este blindado participou de competições internacionais desbancando concorrentes de peso como o estadunidense “Abraham” e o inglês “Challenge”. A Aábia Saudita fez, à época, uma encomenda de 700 blindados Osório, porém, por questões delicadas no campo diplomático e pelas pressões dos Estados Unidos o país árabe teve de desfazer a encomenda e adquirir blindados estadunidenses. Para mais detalhes conferir: BANDEIRA, Moniz. **As Relações Perigosas: Brasil-estados unidos (de collar a lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

Brasil (IMBEL) e a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) eram as principais empresas na área, a primeira desenvolveu o FAL (Fuzil de Ataque Leve), usado como principal fuzil de ataque nas três Forças.

De 1974 a 1979 deu-se o Segundo Plano de Construção Naval, o qual permitiu ao país consolidar-se e tornar-se um dos grandes produtores de embarcações de guerra do mundo. Desta forma, o Brasil passou a ter uma complexa cadeia produtiva naval gerando empregos qualificados e *know how* na produção de navios mercantes e de guerra<sup>123</sup>. Exemplo das embarcações que o país passou a produzir são as corvetas da classe *Inhaúma* e *Barroso*, além dos submarinos *Tikuna* e *Tupi*. Cabe ressaltar ainda que o governo Geisel, no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), lançou o II Plano de Construção Naval (II PCN) que buscou ampliar a tonelagem por porte bruto (TPB) dos navios nacionais em 178%<sup>124</sup>. Na esteira destes projetos estratégicos, em 1979 deu-se o mais imponente projeto de tecnologia e pujança militar, o submarino nuclear, que faz parte do “Projeto Nuclear Paralelo” liderado pelo Vice-Almirante Othon Pinheiro. Sobre este projeto, fundamental para a segurança nacional, falaremos mais adiante.

Cabe ressaltar ainda, que em 1979, no final do mandato do general Geisel, o governo deu início ao programa espacial de modo a garantir o acesso ao espaço e ter capacidade de lançar foguetes e mísseis balísticos. O programa espacial foi realizado no âmbito do Estado nacional brasileiro sendo a Aeronáutica a Força encarregada de desenvolver e implementar o mesmo<sup>125</sup>. Como desdobramento do programa, nos anos 1980 foi construída a base aérea de lançamento de foguetes de Alcântara, no estado do Maranhão. Outro dado importante a respeito do campo da segurança, especificamente da indústria de armamentos e o mercado internacional de armas, será a declaração do governo Geisel que critica e toma posição contrária à Convenção das Nações Unidas (ONU) para a restrição do uso de armamentos convencionais, em 1979. O Brasil já era à época um dos maiores exportadores de armas leves do mundo<sup>126</sup>.

---

<sup>123</sup> Ver: GOULARTI FILHO, Alcides. **Presença e ausência do Estado na trajetória da indústria da construção naval brasileira-1959-1989**. *Nova Economia*, v. 24, n. 2, p. 445-470, 2014, p. 458.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 458.

<sup>125</sup> Mais detalhes no sítio eletrônico da Agência Espacial Brasileira (AEB). Disponível em: < <http://www.aeb.gov.br/programa-espacial/linha-do-tempo> >

<sup>126</sup> Ver: ACHILLES MELLO, Eduardo Jordão de. **Democracia, Democratização e Política Externa: um estudo sobre a formulação da política de segurança do Brasil (1985-2002)**. Rio de Janeiro,

O complexo industrial-militar de defesa e segurança fez que as empresas nacionais citadas desenvolvessem uma capacidade tecnológica extraordinária, o que permitiu um grande salto no *iceberg* tecnológico-militar, ou “pirâmide tecnológica” envolvendo órgãos do Estado, das Forças Armadas como o Instituto Militar de Engenharia (IME), o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), o Centro de Tecnologia do Exército (CTEx), Centro Tecnológico da Marinha (CTM), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Blindados (CPDB), as universidades, como a USP e a UFRJ, além das próprias empresas estatais e privadas citadas acima<sup>127</sup>.

Para além das iniciativas fundamentais de ordem estratégica na produção de armamentos no período Geisel, há de se ressaltar a denúncia, em 1977, do Acordo Militar de 1952 com Os Estados Unidos. Por mais que o mesmo já não tivesse efeitos práticos, sua denúncia contribuiu definitivamente para que a produção industrial de defesa pudesse ser, finalmente, uma realidade<sup>128</sup>.

Tendo em vista que o elemento geopolítico é um dos pilares centrais da compreensão do processo de busca pelo desenvolvimento autônomo dos militares e, de Geisel em especial, as questões concernentes à competição e rivalidade com a Argentina que, historicamente foi objeto de preocupação das Forças Armadas do Brasil, não esteve ausente da agenda de segurança do governo Geisel. A geopolítica desempenhará papel relevante neste processo e dará o tom das relações e percepções no que diz respeito às relações com a Argentina. O país vizinho será uma espécie de catalizador de energia para a manutenção e expansão de projetos estratégicos do país, principalmente pelo fato de o governo brasileiro estar ciente, à época, de que o país vizinho se encontrava adiantado em suas pesquisas no campo nuclear. Por conseguinte, segundo o coronel e professor Geraldo Cavagnari, o Estado Maior das três Forças do Brasil tinha como uma das hipóteses de guerra mais prováveis de acontecer, o conflito com a Argentina ou uma coalização liderada por esta na região<sup>129</sup>.

---

2010. Dissertação de mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

<sup>127</sup> Cf. AMARANTE, José Carlos Albano. 1758 - **A Base Industrial de Defesa Brasileira**. IPEA. Rio de Janeiro, 2012, pp. 16-18.

<sup>128</sup> Ver: CERVO, Amado. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008. 128-136 pp.

<sup>129</sup> CAVAGNARI FILHO, Geraldo. Op. cit., p. 136.

Como estratégia geopolítica consolidada no alto comando militar brasileiro, a hegemonia regional requeria um controle do Atlântico Sul, da América do Sul e a presença no Pacífico Sul. O Brasil deveria bloquear qualquer tentativa de hegemonia regional de algum vizinho sul-americano, sobretudo se fosse da Argentina. Para garantir o controle e a presença na região o país fortaleceu relações com a Bolívia, o Paraguai, o Uruguai e buscou cooperação na região amazônica<sup>130</sup>.

É interessante notar que, embora a diplomacia brasileira tivesse uma tradição “pacifista” e os militares, em sua maioria, uma visão bastante realista do mundo e do sistema internacional<sup>131</sup>, durante o regime militar e, especificamente, no governo Geisel, houve uma ação mais convergente em busca dos interesses nacionais que se materializou na estratégia do *Pragmatismo Responsável*. No entanto, por mais que o governo brasileiro anunciasse que não pretendia expandir suas fronteiras, os países vizinhos, mas principalmente professores e políticos, demonstravam, por meio de publicações acadêmicas e jornalísticas, suas preocupações com o poder regional do Brasil<sup>132</sup>. Neste sentido, Cavagnari ressalta a visão que os geopolíticos sul-americanos tinham acerca do Brasil e seu ímpeto em expandir seu poder:

Para eles, o Brasil executava uma política de poder, tendo em vista: manter o *status quo* territorial, não permitindo nenhuma revisão das fronteiras – ou pela via militar, ou daquelas juridicamente legitimadas -; integrar os países vizinhos em sua esfera de influência; controlar o Atlântico Sul e toda a Amazônia. Aumentar sua influência no Prata; manter os países sul-americanos virtualmente separados; aumentar sua capacidade militar; exercer efetivamente a hegemonia regional. (CAVAGNARI FILHO, p. 122, 2000)

Para analistas regionais e geopolíticos argentinos, sobretudo, o Brasil tinha intenções reais de expansão do seu poder que divergiam do discurso diplomático oficial<sup>133</sup>. Contribuía para esta visão os sucessivos momentos de crescimento econômico do Brasil, principalmente a partir do “milagre econômico” e das posições oficiais do alto comando militar de transformar o país em uma potência mundial.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>131</sup> Ver as obras de FERREIRA, Oliveiros S. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Editora Revan, 2001 e MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. **Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas.** São Paulo: Annablume, v. 4, p. 173-213, 2000.

<sup>132</sup> Ibidem, p. 184.

<sup>133</sup> CAVAGNARI FILHO, Geraldo. Op. cit., p. 126.

Apesar desta visão crítica que analistas geopolíticos de países vizinhos<sup>134</sup>, como a do general argentino Juan Carlos Onganía – ele fora também presidente do país -, o Brasil ainda não estava preparado para tornar-se efetivamente hegemônico na região, pois enfrentava sérios problemas típicos do subdesenvolvimento, como a má distribuição de renda, concentração fundiária e baixo desenvolvimento econômico em áreas isoladas, como a Amazônia. Portanto, por mais que houvesse a intenção e a construção de uma capacidade de projetar poder, o país estava em franco processo de desenvolvimento e com taxas elevadas de crescimento econômico, mas ainda sem condições de exercer a hegemonia regional tanto alarmada.

Assim, a questão nuclear passa a ser para a Argentina, um necessário diferencial de poder com relação ao Brasil. No entanto, possuir um artefato nuclear militar aceleraria o processo de desenvolvimento do mesmo no Brasil, o que não resolveria o problema da perda de influência regional. Para Cavagnari, este dilema não poderia ser resolvido no futuro pela via diplomática<sup>135</sup>. Cabe ainda frisar que as preocupações dos vizinhos com a expansão da influência, e mesmo do território brasileiro não era de todo algo irrelevante, basta constatarmos que, em 1979 o general Meira Mattos e o embaixador Álvaro Teixeira Soares, ambos grandes admiradores do uso geopolítico dos interesses nacionais, deixam saber que as fronteiras do Brasil ainda não haviam concluído seu processo de expansão<sup>136</sup>.

Como explicitado no primeiro capítulo, o oficial do Exército, Mário Travassos, afirma com veemência que o Brasil precisava superar a Argentina e, alguns anos depois, o general Meira Mattos expõe a necessidade de o país expandir seu poder mundialmente. Estas visões sintetizam o projeto de transformar o Brasil em uma grande potência mundial e terão no governo Geisel seu ponto mais alto, haja vista o esforço do país em desenvolver uma indústria bélica nacional de ponta, expandir seu projeto nuclear e buscar, a todo custo, superar a dependência econômica mediante a implantação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Com os objetivos citados na pauta, o governo do general Ernesto Geisel vai buscar pela via da cooperação internacional com a Alemanha ocidental, um acordo que previa a transferência total da tecnologia de enriquecimento de urânio. Apesar de

---

<sup>134</sup> Ver o texto de: GUGLIAMELLI, Juan Enrique. **Argentina-Brasil: enfrentamento y alianza para la liberación**. *Estratégia* (36), set/out., 1975, p. 1-29.

<sup>135</sup> CAVAGNARI FILHO, Geraldo. Op. cit., p. 127.

<sup>136</sup> Para mais informações a este respeito ver: MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. Op. cit., p. 182.

toda a pressão internacional, sobretudo dos Estados Unidos, e do fracasso do projeto nuclear em parceria com o país europeu – como veremos em seguida -, o país não abandonou o plano de se tornar independente na área nuclear e no final de seu governo, Geisel aprova e estimula a criação de um programa autônomo, conhecido como “programa nuclear paralelo” que trouxe ao Brasil o domínio do ciclo de enriquecimento de urânio.

## **2.2 O Acordo Nuclear com a Alemanha e o Programa Nuclear Paralelo: um passo em direção à autonomia na segurança nacional.**

A pesquisa e o planejamento na área nuclear no Brasil não foram, como vimos, lineares e coerentes desde o princípio de suas atividades. Percebe-se, ao longo dos anos em que se buscou desenvolver a área, uma falta de constância nos projetos e interrupções frequentes<sup>137</sup>. O debate em torno da capacidade e necessidade de se dominar o ciclo de enriquecimento do urânio encontrou resistência de setores variados, como a imprensa, parte do Itamaraty e mesmo de oficiais das Forças Armadas<sup>138</sup>. Por outro lado, setores nacionalistas representados por cientistas e membros da burocracia estatal como militares e diplomatas, apoiaram a criação do chamado “Grupo do Tório”, que associado ao urânio seria uma alternativa na geração de energia nuclear. Dada a abundância deste mineral radioativo (Tório) no país e sua importância estratégica, o projeto pretendia desenvolver tecnologia autóctone para geração de energia atômica<sup>139</sup>.

No entanto, apenas em 1967, durante o governo de Costa e Silva, consolidou-se uma política atômica baseada na franca vontade de dominar o ciclo de enriquecimento de urânio<sup>140</sup>. Como já visto anteriormente, o Brasil recusava-se a

---

<sup>137</sup> Cf. DE ANDRADE, 2012.

<sup>138</sup> Ibidem, 2012.

<sup>139</sup> Para saber mais a respeito do “Grupo do Tório” e as possibilidades de desenvolvimento de energia nuclear no Brasil ver: VARGAS, José Israel. **Ciência em tempo de crise, 1974-2007**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2007.

<sup>140</sup> Para mais informações acerca da política nuclear a partir de Costa e Silva ver: VISENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998; CERVO, Amado. Op. cit., capítulo V, 2008; GARCIA, Eugênio Vargas. Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. SPE, p. 99-120, 1998.

aderir ao Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), de 1968, com a retórica de que o mesmo era discriminatório e “congelava o poder mundial”.

Em 1972, já no governo Médici, o país assina um acordo com a empresa estadunidense Westinghouse para a fabricação do primeiro reator de energia nuclear para a usina de Angra I. Todavia, essa decisão pôs um fim na tese dos cientistas nacionalistas e de grupos militares de fabricar um reator a partir de tecnologia própria<sup>141</sup>. Porém, o Brasil encontrava-se dependente do urânio enriquecido dos Estados Unidos o que fará que o país, sob a gestão de Geisel, altere as diretrizes da política nuclear<sup>142</sup>.

A questão energética tornou-se fundamental para o regime militar que tinha no crescimento econômico um dos elementos legitimadores. Havia uma dupla demanda para a energia nuclear: a energética, para suprir as necessidades do desenvolvimento, haja vista o fato de que o país enfrentava um grande problema com o aumento do preço do petróleo; e a militar, uma vez que havia no alto comando uma percepção do uso estratégico militar atômico.

Desse modo, a energia nuclear logo foi considerada uma questão de segurança nacional e Geisel assim se manifesta a respeito,

A explosão recente de uma bomba nuclear pela Índia provocou comoção mundial e temos que considerar a hipótese de, em futuro não longínquo, a Argentina também poder explodir a sua. Evidentemente, isto gera inquietação entre nós e todos indagam qual será a posição do Brasil face à situação<sup>143</sup>.

Tendo em vista a política de desenvolvimento autonomista de Geisel, a nova leitura da questão da segurança nacional – antes mais atrelada ao combate ao inimigo comunista interno (subversivo) e agora voltada à construção de um poder nacional robusto - e as restrições da conjuntura internacional, o acordo nuclear com a Alemanha e o programa nuclear paralelo representaram um grande avanço na política atômica brasileira. Ambos buscaram munir o país de tecnologia e capacidade própria de desenvolver autonomia no setor<sup>144</sup>. Neste sentido, Geisel, em reunião com o

---

<sup>141</sup> DE LIMA, Maria Regina S. OP cit., 2013.

<sup>142</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>143</sup> Citação de Geisel retirada do Estadão/AE. Geisel admitiu a possibilidade de construir a bomba atômica brasileira. Disponível em: <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/geisel-admitiu-possibilidade-de-construir-a-bomba-atomica-brasileira,1063015>.

<sup>144</sup> Ver: BANDEIRA, Moniz. Op. cit., capítulo VIII.

Estado Maior das três forças, ressalta a importância da energia nuclear e de o país ter condições de realizar testes, haja vista o sucesso das explosões indianas de 1974 e o avanço da Argentina na área<sup>145</sup>. Diante da rivalidade regional com a Argentina e das instabilidades do sistema interestatal capitalista, o governo Geisel, seguindo a linha de construção do “Brasil Potência”, buscou, de acordo com Amado Cervo, nacionalizar a segurança e agir de modo a desenvolver um dispositivo de defesa e segurança típico de uma nação com claras intenções de potência mundial<sup>146</sup>.

De acordo com Geisel, o acordo nuclear com a Alemanha não tinha fins militares e era vinculado ao Ministério das Minas e Energia, além de ser assessorado pelo CNEN. Os cálculos políticos para o acordo eram profundamente pragmáticos, segundo o próprio presidente, o país não tem grandes reservas de petróleo e havia uma enorme demanda pelo desenvolvimento integral, não apenas econômico. O Brasil, portanto, não poderia ser cerceado na produção energética, o que fez da opção atômica um elemento central na segurança nacional<sup>147</sup>. Outro elemento fundamental enfatizado por Geisel, a respeito do acordo com a Alemanha, foi o fato de o Brasil buscar dominar o ciclo completo do enriquecimento de urânio. Os Estados Unidos eram fortemente contrários a esta ideia, pois

Sempre quiseram que ficássemos presos a eles. Na usina de Angra I, que já estava em construção, o suprimento da fonte energética, o urânio enriquecido, tinha que vir dos Estados Unidos. Eles cobriam o preço que quisessem ou forneceriam a seu arbítrio, segundo suas disponibilidades. Era uma dependência inadmissível para nossa soberania. (GEISEL *apud* D'ARAÚJO; CASTRO, p. 339, 1997)

Portanto, o acordo seguiu uma linha estritamente pragmática, uma vez que nenhuma potência demonstrou interesse em transferir tecnologia, exceto a Alemanha<sup>148</sup>. Todavia, muita pressão por parte dos Estados Unidos foi empreendida

---

<sup>145</sup> É importante salientar que o país platino desenvolvia seu programa de enriquecimento nuclear a base de “água pesada”, estando à frente do Brasil neste processo. Outro dado fundamental, em comparação com o Brasil, é que desde o princípio, o governo argentino buscou garantir o máximo de autonomia na área nuclear, ao passo que o Brasil esbarrou em políticas imediatistas de compra de reatores fechados ou a compra da tecnologia, o que atrasou o desenvolvimento autônomo do processo de enriquecimento de urânio. Apenas em 1979 o Brasil lançou um programa nacional de enriquecimento autônomo, conhecido como “Projeto Paralelo”. Mais detalhes em: DE FREITAS, Glória Maria Miranda; CAVALCANTI, Karen Barbosa. **Brasil e Argentina: Do conflito à cooperação nuclear**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2239-4811, Vol. 1 (2), 2010

<sup>146</sup> CERVO, Amado. *Op. cit.*, p. 136.

<sup>147</sup> GEISEL, Ernesto. *Apud* D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Ernesto Geisel. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

<sup>148</sup> É importante salientar que a Alemanha pertencia ao consórcio URENCO, juntamente com o Reino Unido e os Países Baixos, que negou a transferência da tecnologia de enriquecimento por

contra o acordo, o que tornou as relações com o Brasil, consideravelmente desgastadas. Geisel chega a dizer que o problema era a orientação governamental imperialista americana<sup>149</sup>.

De qualquer modo, o acordo foi assinado em 27 de julho de 1975, sob amplo sigilo. A Nuclebrás foi a empresa estatal brasileira criada para implementar o projeto. Com o vínculo contratual junto a Alemanha, o acordo com a Westinghouse - que fora firmado em 1971, para o fornecimento do reator de água pressurizada (PWR) para a usina de Angra I – foi desfeito. Chama atenção, por conseguinte, o fato de o acordo nuclear ter sido considerado um grande problema para os Estados Unidos<sup>150</sup>.

Para todos os efeitos, após perder o sigilo, o acordo foi amplamente divulgado como o “acordo do século”, a julgar pela magnitude financeira do mesmo, 10 bilhões de dólares e pelo fato de ter sido o primeiro acordo do tipo entre um país desenvolvido do primeiro mundo e um país do terceiro<sup>151</sup>. Era previsto no acordo que o Brasil adquiriria oito reatores nucleares e o método de enriquecimento *jet nozzle* (jato-centrifugação), uma técnica ainda em desenvolvimento pela Alemanha<sup>152</sup>.

Como os Estados Unidos haviam restringido o acesso ao urânio enriquecido para os países aliados e a Alemanha não possuía reservas deste mineral radioativo, o acordo foi considerado por muitos como uma oportunidade de livrar-se da dependência do fornecimento estadunidense. O acordo suscitou severas críticas dos Estados Unidos pelo fato de prever a transferência de tecnologia de enriquecimento de urânio em todas as suas fases<sup>153</sup>. Pela grande dimensão do acordo, várias *joint-ventures* foram firmadas com empresas do Brasil – vinculadas à Nuclebrás - e a Alemanha. Dentre outras coisas, o acordo previa a prospecção de urânio no território nacional, a montagem de minas, com a implementação de técnicas inovadoras de extração mineral<sup>154</sup>.

---

ultracentrifugação ao Brasil. Este fato fez que a Alemanha oferecesse a tecnologia, ainda em teste, por jato-centrifugação (*Jet-Nozzle*). Para mais detalhes ver: DE ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. **Átomos na política internacional**. CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad, v. 7, n. 21, p. 113-140, 2012, pp. 127-130.

<sup>149</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Op. cit., p. 341.

<sup>150</sup> DE ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. Op. cit., pp-127-129.

<sup>151</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>152</sup> DE LIMA, Maria Regina. Op. cit., pp. 167-170.

<sup>153</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 192.

<sup>154</sup> Ver: DE LIMA, Maria Regina S. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy – Nuclear Energy, Trade and Itaipú*. FUNAG, Brasília, 2013; PATTI, Carlo. O programa nuclear brasileiro entre passado e futuro. **Meridiano 47**, v. 14, n. 140, pp. 49-55, 2013, p. 52.

Por conseguinte,

A assinatura do Acordo Nuclear desencadeou violenta reação dos Estados Unidos, que tentaram inviabilizá-lo mediante todos os meios de pressão sobre o Brasil e a República Federal da Alemanha. O problema consistia no fato de o Brasil, ao obter o domínio da tecnologia de enriquecimento do urânio, estaria capacitado para fabricar a bomba atômica, porquanto nem sequer se comprometera com o Tratado de Não-Proliferação das Armas Nucleares. (BANDEIRA, p.192, 2011)

Não obstante a constante e enfática reclamação estadunidense, o acordo fora estabelecido de maneira trilateral, envolvendo além de Brasil e Alemanha Ocidental, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e previa a aplicação de salvaguardas, além de um protocolo industrial, ou seja, o Brasil concordava em não utilizar a tecnologia recebida para outros fins e se comprometia a não a transferir à terceiros<sup>155</sup>.

O acordo foi visto por lideranças políticas, militares e diplomáticas como uma grande vitória do projeto “Brasil Grande Potência”, tendo em vista seu caráter estratégico e de base central para a autonomia energética nuclear tão perseguida e desejada pelos setores nacionalistas do país<sup>156</sup>.

A política estadunidense para a não proliferação nuclear visava a evitar que qualquer país desenvolvesse capacidade de enriquecimento próprio, com o Brasil não foi diferente, além de uma constante atuação diplomática e política, os Estados Unidos, ao perceberem a determinação brasileira em sua política nuclear, mudaram de estratégia e buscaram, por meio da cooperação na área, cooptar o país para sua área de controle<sup>157</sup>. A atuação da superpotência na agenda de não-proliferação nuclear no mundo foi exitosa na maioria dos casos em que atuou, no entanto, a determinação brasileira passava, outrossim, pela vontade militar de transformar o país em uma potência mundial. O domínio do ciclo completo de enriquecimento nuclear era visto como passo essencial na caminhada rumo ao *status* de poder<sup>158</sup>, além de ser peça fundamental da “Grande Estratégia” de Geisel para o Brasil.

Cabe frisar ainda que, a política de controle e constrangimento à disseminação nuclear era um braço da própria política econômica estadunidense, uma vez que suas empresas eram beneficiadas diretamente pela diplomacia da não-proliferação. A

---

<sup>155</sup> Cf. PATTI, Carlo. Op. cit., p. 52.

<sup>156</sup> Cf. DE LIMA, Maria Regina Soares. Op. cit., p. 168.

<sup>157</sup> Ibidem, pp. 182-183.

<sup>158</sup> DE ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. Op. cit., p. 133.

política de salvaguardas desestimulava a iniciativa de políticas autóctones autônomas na área nuclear. Outro fator relevante era o de que os Estados Unidos atuavam de forma a terem o monopólio do fornecimento do urânio enriquecido para os países parceiros. Todavia, o país sofreu desgastes internos em sua política nuclear afetando a produção do mineral atômico e comprometendo sua posição mundial, o que acarretou um movimento de países, mesmo os de sua zona de influência como a Alemanha Ocidental, na direção de garantir o fornecimento por meio de outras fontes<sup>159</sup>.

Esse quadro refletia a dinâmica de poder no sistema interestatal capitalista, no qual, não obstante a retórica diplomática, prevalece a política do poder que hierarquiza o controle sobre os demais Estados por meio das restrições tecnológicas e econômicas<sup>160</sup>. Os Estados Unidos enfrentarão uma conjuntura cada vez mais complexa para o exercício de sua influência e controle mundial. Neste sentido, além de outros países ocidentais terem se tornado fontes de suprimento nuclear, países do Terceiro Mundo, como China e Índia tornaram-se potências nucleares, ambas com capacidade de uso militar atômica.

No período do presidente Ford e do chanceler Kissinger, o governo estadunidense reconheceu, mediante visita de Kissinger ao Brasil, o papel importante que o país desempenhava no mundo e como consequência de sua visita dois desdobramentos tomaram assento: um Memorando de Entendimento e críticas da imprensa dos países latinos vizinhos do Brasil. Nestas críticas estavam externadas as preocupações e acusações de sub-imperialismo praticado pelo Brasil<sup>161</sup>. Não obstante, a assinatura do Memorando e a declaração do secretário de Estado, Henry Kissinger, de que o Brasil era um aliado especial, o Brasil possuía sérios obstáculos na relação bilateral com a superpotência, o que fez que o país trabalhasse em uma “opção europeia” como contrapeso ao poder estadunidense<sup>162</sup>.

Em sentido diferente, a diplomacia estadunidense operou no governo de Jimmy Carter de uma maneira amplamente crítica no que diz respeito ao acordo nuclear com a Alemanha Ocidental. Carter acreditava que o controle da não-proliferação nuclear

---

<sup>159</sup> DE LIMA, Maria Regina Soares. Op. cit., pp 191-195.

<sup>160</sup> Sobre a questão da hierarquia e dominação internacional ver: LIST, Georg Friedrich. Sistema nacional de economia política. **Os economistas. São Paulo**, 1986; FIORI, José Luís. Op. cit., 2015.

<sup>161</sup> DE LIMA, Maria Regina Soares. Op. cit., pp.184-185.

<sup>162</sup> Ver: SARAIVA, Miriam Gomes. A opção europeia e o projeto de Brasil potência emergente. **Contexto Internacional**, v. 11, n. 1, p. 95, 1990.

era uma obrigação e um dever moral dos Estados Unidos<sup>163</sup>. Em 1978, foi aprovado pelo governo estadunidense o Nuclear Non-Proliferation Act (NNPA), que previa um endurecimento na posição do país acerca do regime de não-proliferação. O governo alemão de Helmut Schmit, por sua vez se recusou a cancelar o acordo com o Brasil, conforme exigiam os Estados Unidos. O partido Social-Democrata alemão e os dois outros partidos considerados grandes, a União Democrata Cristã e o Partido Liberal, convergiam na ideia de que o acordo nuclear era demasiado importante para a economia do país e seu cancelamento seria um sinal negativo na credibilidade alemã como importante exportador para os países do Terceiro Mundo<sup>164</sup>.

As pressões e a intromissão do governo Carter no acordo nuclear foi a principal e mais enfática interferência dos Estados Unidos no Brasil, de acordo com Moniz Bandeira, nunca houve tamanha tentativa de influenciar uma decisão do governo brasileiro como no período Geisel, em função do Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental<sup>165</sup>.

Em resposta às investidas do presidente estadunidense, Geisel faz duras críticas ao governo daquele país, esclarece que o uso estratégico da energia nuclear como principal fonte energética autônoma para sustentar o desenvolvimento nacional é inegociável e afirma que o país não poderia permanecer dependente de fontes energéticas externas, como o petróleo, bem como dos próprios Estados Unidos. O presidente Geisel endureceu as críticas ao governo Carter, de modo que a posição brasileira se tornou mais firme diante das chantagens no uso dos direitos humanos. As declarações do chanceler brasileiro, Azeredo da Silveira, vão ao encontro das críticas do presidente, o chefe da Casa de Rio Branco faz duros comentários à dependência externa e à intromissão dos Estados Unidos em assuntos internos do Brasil<sup>166</sup>.

Maria Regina, ao aludir às reclamações do chanceler, diz que Azeredo da Silveira teria expressado que caso o Acordo com a Alemanha tivesse sido cancelado o Brasil mobilizaria todos os recursos internos disponíveis para conseguir enriquecer

---

<sup>163</sup> DE LIMA, Maria Regina Soares. Op. cit., p. 186.

<sup>164</sup> Ver: KAISER, Karl. **The great nuclear debate: German-American disagreements**. Foreign Policy, n. 30, p. 83-110, 1978.

<sup>165</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. cit., p. 206.

<sup>166</sup> Ver: "Brasil Não Aceita a Dependência Externa". Disponível em: O Estado de São Paulo, 2 de fevereiro de 1977, p. 9.

urânio e dar prosseguimento ao projeto de desenvolvimento nacional com uma fonte segura de energia<sup>167</sup>.

De uma forma geral, pode-se dizer que o Acordo nuclear com a Alemanha Ocidental seria muito benéfico ao Brasil, já que haveria a transferência completa da tecnologia, bem como treinamento técnico-especializado na área, absorção de métodos mais eficazes de extração do urânio e, por fim, o *know-how* industrial.

O fato de o Acordo prever a total transferência da tecnologia de enriquecimento de urânio para o Brasil foi o principal ponto questionado pelos Estados Unidos, uma vez que o Brasil não era signatário do TNP. Pelo que indicam as declarações de militares graduados brasileiros, os Estados Unidos tinham razão em ficarem preocupados com a possível utilização da energia nuclear para finalidades militares. Desde a “política do Exército” proclamada por Góes Monteiro nos anos 1930, o discurso militar é carregado de teor ambíguo quanto aos meios de transformação do Brasil em uma grande potência mundial. Outros países do Terceiro Mundo, como Índia, China e Paquistão já possuíam arsenal militar atômico e Argentina e África do Sul encontravam-se adiantadas em seus respectivos projetos nucleares. Havia, portanto, uma conjuntura favorável ao desenvolvimento de capacidades estratégicas no campo nuclear que o Brasil não pretendia abrir mão. É neste sentido que a recusa em aderir ao discriminatório TNP, acompanhado de declarações ufanistas de “Brasil Potência” causou preocupação na diplomacia e em meios militares estadunidenses<sup>168</sup>.

Na direção de nossa hipótese, qual seja a de que havia intenção por parte do alto comando militar brasileiro de adquirir capacidade de uso militar da energia atômica – afinal, isso era necessário para a implementação da “Grande Estratégia” de robustecimento do poder nacional - é interessante notar que havia uma pressa por parte dos militares em concretizar o Acordo e receber a tecnologia. Nas declarações oficiais do governo, a retórica era a de que o acordo era fundamental para a geração de energia, uma vez que o preço do petróleo havia disparado em 1973. Todavia, o custo do kW da energia por fissão nuclear era de U\$400.000,00, ao passo que a de matriz hidráulica não passava de U\$300.000,00 e a abundância dos rios tornava a

---

<sup>167</sup> DE LIMA, Maria Regina S. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy – Nuclear Energy, Trade and Itaipú*. FUNAG, Brasília, 2013, p. 203.

<sup>168</sup> BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 192.

necessidade de ampliação do uso da energia nuclear contraditória<sup>169</sup>. Este fato reforça a hipótese de que os militares buscavam garantir, tão logo possível, o domínio atômico e tornar o Brasil capaz de usar a estratégica energia nuclear para fins militares. Outro fator que contribui para esta hipótese é o da tecnologia de jato-centrifugação ainda em fase experimental na Alemanha. O que fez o Brasil apostar em uma técnica de enriquecimento ainda em teste, se não a pressa em dominar o ciclo de enriquecimento tão estratégico para o alto comando militar? De certa forma, este argumento faz todo sentido quando colocamos em perspectiva o discurso militar de “Brasil Grande Potência”, além do fato de o país insistentemente recriminar e não aderir ao TNP e, talvez o ponto mais sensível, a Argentina estava consolidando seu programa de enriquecimento autonomamente de forma já avançada.

### **2.3 O programa nuclear paralelo: o salto definitivo para a autonomia e o poder.**

No fim do governo Geisel, em 1979, a conjuntura econômica torna-se mais delicada e instável devido ao segundo choque do petróleo (1979). Este fato acelerou algumas políticas para a área energética: o programa Proálcool e o nuclear autônomo. Destarte, o acordo com a Alemanha, que já não era mais prioritário, haja vista o alto custo e a decepção com a tecnologia de jato-centrifugação, foi parcialmente deixado de lado e, ao invés de adquirir oito reatores nucleares, os países mantiveram uma cooperação técnica na área<sup>170</sup>.

Como já dissemos anteriormente, a tecnologia de enriquecimento nuclear era percebida pelos países em desenvolvimento de maneira dupla, de um lado seria uma fonte relevante de geração de energia, uma vez que o preço do barril de petróleo havia aumentado exponencialmente em decorrência da guerra do Yom Kipur (1973) e, igualmente, servia de instrumento de aumento de capacidade estratégica ao permitir o desenvolvimento de artefatos militares, como a bomba<sup>171</sup>. Neste sentido, o exemplo

---

<sup>169</sup> Mais informações a respeito em: KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro; APPOLONI, Carlos Roberto. Uma breve história da política nuclear brasileira. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**, v. 19, n. 3, p. 379-392, 2002.

<sup>170</sup> Mais informações em: MOTTA, Marly. **As peças do quebra-cabeça: Rex Nazaré e a política nuclear brasileira**. História Oral, v. 13, n 2, p. 115-135 jul-dez. Rio de Janeiro, 2010.

<sup>171</sup> Ver: SPEKTOR, Matias. **Kissinger e o Brasil**. Zahar, Rio de Janeiro, 2009.

mais bem-sucedido entre os países em desenvolvimento foi o da Índia que além de ampliar sua capacidade de geração de energia tornou-se uma potência militar nuclear.

Em entrevista ao CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea), o físico e importante cientista brasileiro que integrou o programa paralelo, Rex Nazaré, afirma que o presidente Geisel dissera que se os cientistas brasileiros conseguissem provar que era possível produzir autonomamente hexafluoreto de urânio<sup>172</sup> ele aprovaria um programa nuclear inteiramente nacional<sup>173</sup>.

Surge desta maneira o Programa Nuclear Paralelo, ou autônomo, que contou com a participação de várias instituições nacionais como o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), da Universidade de São Paulo (USP), o Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA) e, sobretudo a Marinha<sup>174</sup>. Vale salientar que até 1982 – ano em que foi anunciado o êxito no enriquecimento por ultracentrifugação - o programa autônomo (paralelo) era um esforço conjunto da Aeronáutica e da Marinha, a partir desse ano o programa será comandado pela última<sup>175</sup>.

As três Forças, que já vinham buscando desenvolver tecnologia de enriquecimento de urânio, a Aeronáutica com a utilização de laser, o Exército com o programa “Atlântico” que previa o uso do gás-grafite para produção de plutônio e a Marinha com o desenvolvimento por ultracentrifugação, passam a receber atenção especial do governo<sup>176</sup>. O programa autônomo foi conduzido em paralelo ao programa nuclear civil comandado pela Nuclebrás e era dirigido pelos militares, além disso, estava protegido de qualquer salvaguarda internacional<sup>177</sup>.

O “Programa Paralelo” foi, de certa forma, a realização do projeto de enriquecimento autônomo de urânio que os cientistas e militares nacionalistas dos anos 1950 buscavam. Ainda, é importante ressaltar que, de acordo com o Vice-Almirante Othon L. Pinheiro da Silva (chefe do Programa Nuclear Paralelo), uma das

---

<sup>172</sup> Hexafluoreto de urânio é um importante estágio do enriquecimento de urânio que transforma o mineral em gás.

<sup>173</sup> Entrevista com Rex Nazaré, para mais detalhes ver: MOTTA, Marly. As peças do quebra-cabeça: Rex Nazaré e a política nuclear brasileira.

<sup>174</sup> Ver: MARTINS FILHO, Joao Roberto. O projeto do submarino nuclear brasileiro. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, pp. 277-314, 2011, p. 284.

<sup>175</sup> *Ibidem*, p. 284.

<sup>176</sup> MIYAMOTO; GONÇALVES. Op. cit., p. 206.

<sup>177</sup> PATTI, Carlo. O programa nuclear brasileiro entre passado e futuro. **Meridiano 47**, v. 14, n. 140, pp.49-55, 2013, p. 53.

intenções do desenvolvimento nuclear nacional era obter a capacidade militar de fabricação da bomba atômica<sup>178</sup>.

Um dos resultados imediatos do programa paralelo foi, dentre outras coisas, a construção de um submarino de ataque movido à combustível nuclear. Segundo João Roberto Martins, a motivação para o desenvolvimento de uma máquina de guerra naval deste porte deu-se em função da rivalidade com a Argentina e pelo fato de o país carecer de um instrumento eficaz de patrulha e proteção da imensa costa naval brasileira<sup>179</sup>. Este projeto já vinha sendo amadurecido pela Marinha Brasileira há algum tempo, mas não contava com capacidade de enriquecimento nuclear.

O almirante Nelson Xavier e demais personagens envolvidos, como o embaixador e presidente da Nuclebrás, Paulo Nogueira Batista, indicaram nos fins dos anos 1970, o então, capitão-tenente, Othon Pinheiro, para cursar engenharia nuclear e naval no Massachuset Institute of Technology (MIT) e, em seguida, liderar o projeto de enriquecimento nuclear autônomo. Em 1978, Othon Pinheiro retorna ao Brasil, já como pós-graduado em engenharia nuclear, e compõe um relatório ao Estado Maior da Armada. O relatório é avaliado e aprovado pelo almirante Mário César Flôres, que autoriza que se inicie o programa de desenvolvimento do submarino a propulsão nuclear. O programa previa, inicialmente, o domínio do ciclo de enriquecimento nuclear e a construção de um reator piloto para testes, ambos deveriam ter como meta a utilização de tecnologia nacional<sup>180</sup>.

Classificado como ultrassecreto, o programa paralelo da Marinha foi chamado de “Chalana” e se dividiu em dois projetos, a saber: “Projeto Ciclone”, que buscava dominar o ciclo do enriquecimento nuclear; e “Projeto Remo”, que se orientava pela adequação do uso do combustível nuclear para o submarino. Após tentativa de direcionamento do enriquecimento em parceria com o Centro Tecnológico da Aeronáutica, em 1979, o oficial encarregado da Marinha, Othon Pinheiro, relatou a seus superiores que a tentativa de enriquecimento à laser não obteria êxito e que o programa deveria concentrar-se no método de ultracentrifugação<sup>181</sup>.

---

<sup>178</sup> Ver entrevista do autor concedida ao jornal “O Globo”, em 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/lenda-viva-do-setor-nuclear-revelou-detalhes-de-programa-da-marinha-17001151>

<sup>179</sup> Cf. MARTINS FILHO, João Roberto. Op. cit., pp. 280-283.

<sup>180</sup> Ibidem, p. 281.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 282.

Em entrevista ao jornal “O Globo”, em 2014, o Então, vice-almirante reformado, Othon Pinheiro, disse o que muitos desconfiavam, o programa nuclear brasileiro desenvolvido pelos militares sempre teve uma finalidade dual: ser um instrumento de geração de energia e ser um instrumento de poder militar<sup>182</sup>. Como explorado no tópico acima, as intenções dos militares que estiveram à frente da política nuclear nunca foram muito claras, pelo contrário, sempre expuseram uma certa ambiguidade.

Tendo em vista que o grande objetivo do alto comando militar brasileiro era transformar o país em uma grande potência mundial, Cavagnari argumenta que o uso militar da tecnologia nuclear era bem avaliado e mesmo uma consequência do desenvolvimento nacional. Assim,

Para alguns setores militares (os que advogavam a posse da bomba nuclear), as necessidades estratégico-militares deveriam, em princípio, subordinar as necessidades científico-tecnológicas do País a elas. Para eles, o desenvolvimento do componente militar da capacidade estratégica deveria ter o mesmo ritmo do desenvolvimento social, econômico e científico-tecnológico reivindicado pela sociedade civil. Isso explica, em parte, por que as iniciativas militares no campo científico-tecnológico foram relativamente autônomas em relação à política científica e tecnológica nacional. (CAVAGNARI FILHO, 2000, p. 140)

Esta afirmativa reforça a ideia de que havia, no projeto “Brasil Grande Potência” uma certa autonomia dos militares no que diz respeito aos rumos do desenvolvimento brasileiro. Corrobora com esta tese, a percepção de José Luís Fiori quanto ao desenvolvimentismo militar, que buscou modernizar o país independentemente das estruturas civis<sup>183</sup>.

À guisa de conclusão, podemos dizer que, tendo em vista às declarações de militares e de acordo com nossas pesquisas, a energia atômica, desde o princípio, foi uma prioridade no círculo militar. Mesmo considerando que esta classe política só tenha governado efetivamente o país a partir de 1964, a preocupação e participação de personagens das Forças Armadas, como o almirante Álvaro Alberto e o oficial de Marinha, Othon Pinheiro, ilustra como a caserna buscou garantir ao Brasil acesso ao ciclo de enriquecimento do urânio. O objetivo de nossa pesquisa, neste capítulo, não é o aprofundamento da participação dos militares no campo nuclear, mas sim ilustrar a relevante preocupação que os mesmos desde o princípio devotaram como um

<sup>182</sup> Conferir a entrevista em: < <http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=iFL71yRXNdQ%3d&tabid=69> > Acesso em: 22, out, 2016.

<sup>183</sup> Cf. FIORI, José Luís. Op. cit., p. 105.

importante elemento no campo da segurança nacional. Somado a isso, buscamos destacar a maneira como o governo Geisel instrumentalizou a segurança – e os elementos contidos na pesquisa, a saber a formação da BID e a energia nuclear - para o desenvolvimento de uma estratégia mais robusta de superação da dependência junto aos Estados Unidos na área.

Pretendemos no próximo capítulo, apresentar a estratégia usada pelo presidente Geisel para o desenvolvimento nacional autônomo e, como o mesmo chamou de “integral”. Para tal analisaremos o II Plano Nacional de Desenvolvimento como principal instrumento para alcançar a autonomia econômica e fornecer ao Brasil uma nova estrutura produtiva que privilegiou o investimento em bens de capital.

### **3. Desenvolvimento e autonomia no governo Geisel: o II PND e a tentativa de superação da dependência**

“Os países ricos tornaram-se ricos porque durante décadas, muitas vezes, séculos, seus governos e suas elites dominantes instituíram, subvencionaram e protegeram indústrias e serviços dinâmicos. Eles emularam os mais prósperos países da época, conduzindo suas estruturas produtivas para as áreas em que a mudança tecnológica se concentrava. Assim, criaram rendas (uma rentabilidade acima do rendimento “normal”) que se distribuíram aos capitalistas da forma de lucros maiores, aos trabalhadores na forma de salários maiores e aos governos na forma de impostos maiores. (REINERT, 2016, p. 37)

Com esta impactante citação do economista Erik Reinert, iniciamos o terceiro e derradeiro capítulo. O conteúdo da citação é exatamente a mola mestra de nossa abordagem acerca do desenvolvimento e seus pilares no governo Geisel, mas igualmente no pensamento desenvolvimentista militar que surge com os tenentes dos anos 1920. Nossa tese norteadora da análise é a de que o desenvolvimento das nações é um processo complexo e profundamente envolvido com a geopolítica e a geoeconomia do sistema interestatal capitalista.

Assim, nesta parte da pesquisa, apresentaremos a tentativa do governo Geisel de relançar um amplo programa de desenvolvimento com profundas mudanças estruturais na economia nacional, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Seguindo nossa análise, o tema “desenvolvimento” foi desde o governo Costa e Silva relido e adaptado, pois a DSN (Doutrina de Segurança Nacional) precisava ser

atualizada ao tabuleiro conjuntural mundial e nacional dos anos 1970. O desenvolvimento foi tratado pelo governo Geisel como um tema absolutamente estratégico e dentro da leitura geopolítica e geoeconômica dos militares mais desenvolvimentistas e modernizantes no país<sup>184</sup>. No entanto, como veremos adiante, a conjuntura econômica e geopolítica internacional foi implacável com os “projetos desenvolvimentistas” do Terceiro Mundo<sup>185</sup> e, por conseguinte, o projeto de desenvolvimento autonomista de Geisel sofreu pesadas críticas e acabou sendo desmontado nos anos 1980 e, principalmente, 1990.

O capítulo será dividido em duas partes, além desta breve introdução: a primeira, em que serão abordadas, em perspectiva histórica, as iniciativas desenvolvimentistas industrializantes no Brasil; e a segunda que tratará do II PND, suas motivações, seus objetivos, agentes estatais que contribuíram para sua inspiração, execução e resultados.

Antes de abordarmos o plano de desenvolvimento do governo Geisel é necessária uma breve introdução acerca da conjuntura econômica e geopolítica mundial, para que, desse modo, consigamos compreender melhor as influências internas e externas no processo decisório do governo.

De acordo com Fiori, de 1945 a 1973 o sistema político e econômico mundial esteve sob a “hegemonia benévola” dos Estados Unidos e uma busca por “governança global” com instituições de caráter supranacional, como a ONU e as instituições de Bretton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI)<sup>186</sup>. A economia mundial foi organizada, logo após a Segunda Guerra Mundial, de modo a combater a alternativa planificada do socialismo soviético e beneficiar a expansão capitalista pelo mundo, sobretudo nos países ocidentais. A liderança ocidental coube aos Estados Unidos que impuseram sua moeda, o dólar, como referência internacional<sup>187</sup> e, de acordo com Serrano “derrotaram de vez toda a Europa Ocidental. Foi com essa posição inicial de poder, particularmente assimétrica dos EUA, que foi construída a ordem financeira e monetária internacional do pós-

---

<sup>184</sup> Mais detalhes desta visão em: CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008, capítulo V.

<sup>185</sup> Ver: FIORI, José Luis. Formação, expansão e limites do poder global. **O poder americano. Petrópolis, RJ: Vozes**, p. 11-64, 2004. Páginas. 48-49.

<sup>186</sup> Ibidem, pp. 48-49.

<sup>187</sup> Para mais informações ver: KILSZTAJN, Samuel. O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, p. 88-100, 1989.

guerra” (SERRANO, 2004, p. 182). Ainda de acordo com este autor, havia a proposta de três Bretton Woods: o keynesiano, que o autor chama de “utópico”; as regras que foram aprovadas no Acordo em si e a maneira pela qual os Estados Unidos administraram o sistema de fato<sup>188</sup>.

Após os desdobramentos econômicos da crise de 1929, o protecionismo foi agravado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para que o capitalismo pudesse sobreviver como sistema econômico, os Estados Unidos propuseram em 1944, na cidade de New Hampshire, o Acordo de Bretton Woods. O Acordo previa a organização e regulação do sistema econômico mundial pela criação das instituições multilaterais citadas, Banco Mundial e FMI, sendo que este operaria no sentido de ajustar os desequilíbrios no balanço de pagamentos dos países signatários e aquele seria um banco de reconstrução e desenvolvimento<sup>189</sup>.

Todavia, o sistema econômico mundial sofreu em 1947 um “ajuste geopolítico”, que significou um amplo esforço estadunidense de combate a ameaça soviética e alteração do acordado em 1945. Este esforço pode ser resumido como o de estimular mediante empréstimos, investimentos e doações aos países aliados ocidentais de modo a garantir o que se convencionou chamar de “época de ouro do keynesianismo”<sup>190</sup>.

O sistema econômico mundial e a geopolítica caminham lado a lado, de modo a não se entender um sem o outro. Exemplo disso se dá com os acontecimentos dos anos 1970 que presenciam a guerra do Vietnã – com a derrota dos Estados Unidos para o país pobre e socialista asiático – e o abandono das regras do Acordo de Bretton Woods pela superpotência estadunidense, que passa a adotar o dólar flexível e atuar no sentido da desregulação do sistema financeiro. Este movimento, que foi o início daquilo que Conceição Tavares chamou de “diplomacia do dólar forte” que se baseava em enquadrar o Japão e a Alemanha – economias com grande capacidade competitiva – e retomar a hegemonia econômica mundial, o que se verá com mais intensidade a partir de 1979, quando o presidente do Federal Reserve (FED), Paul

---

<sup>188</sup> Para mais informações acerca dos desdobramentos do Acordo de Bretton Woods ver: SERRANO, Franklin. Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível. **O poder americano. Petrópolis: Vozes**, p. 179-222, 2004.

<sup>189</sup> Cf. BARRETO, Pedro Henrique. História-Bretton Woods. **Revista Desafios do Desenvolvimento, Brasília, a**, v. 6. Ipea, edição 50, 2009.

<sup>190</sup> SERRANO, op.cit., p. 184.

Volcker aumenta a taxa de juros estadunidense gerando uma profunda crise econômica mundial com grande impacto nos países periféricos como o Brasil<sup>191</sup>.

Deste modo, entende-se o cenário bastante delicado e instável no qual o governo Geisel se inserirá. Havia nesta conjuntura geoeconômica um movimento internacional por mudanças na ordem política e econômica internacional do qual o Brasil fez parte. Muitos países reivindicavam uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) que contemplasse os povos atrasados e ajudasse no processo de desenvolvimento material dos mesmos. Dessa maneira,

Este processo começou com o sucesso da estratégia da Opep com relação ao aumento dos preços do petróleo, que por sua vez estimulou o aparecimento do Grupo dos 77 e sua proposta, aprovada pela Sexta Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1974, favorável à criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional, que incluía (...) a defesa do direito dos países em desenvolvimento de: 1) criarem associações de produtores; 2) vincularem os preços dos seus produtos de exportação ao movimento dos preços dos produtos industriais que importavam dos países desenvolvidos; 3) nacionalizarem empresas ligadas ao exercício da soberania sobre seus recursos naturais; 4) definirem regras próprias para o funcionamento das multinacionais nos seus territórios. Agrega-se a esta agenda a defesa da necessidade premente de rediscutir o sistema de tarifas e o próprio sistema monetário internacional. (FIORI, 1999, p. 78)

Frente a este movimento por mais autonomia, os Estados Unidos reagiram energicamente enquadrando os projetos desenvolvimentistas de diversas nações do Terceiro Mundo, inclusive do Brasil. A estratégia foi explicitada por diversos analistas do governo estadunidense e previa a cooptação das elites nacionais e o uso de mecanismos monetários e financeiros para constranger os planos de desenvolvimento autônomo<sup>192</sup>.

### **3.1 Desenvolvimentismo e a industrialização como elementos de superação da dependência histórica brasileira (1930-1974)**

Faremos neste tópico uma breve exposição da história econômica brasileira enfatizando os eventos dos anos 1930 até 1974, quando se inicia o governo do general-presidente Ernesto Geisel. O objetivo não é descrevermos e analisarmos

<sup>191</sup> Para mais informações a respeito da “diplomacia do dólar forte” ver: TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. Revista de Economia Política, v. 5, n. 2, pp. 5-15, 1985, p. 6.

<sup>192</sup> FIORI, José Luís et al. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Vozes. Petrópolis, 1999, pp. 34-37.

profundamente todo o período, mas apenas jogar luz aos momentos em que se buscou implementar uma agenda de caráter desenvolvimentista industrializante ilustrando assim, a linhagem do desenvolvimentismo brasileiro.

O processo histórico de desenvolvimento no Brasil pode ser dividido, grosso modo, em duas fases: período imperial e Primeira República, ou “República Oligárquica”, que vai de 1822 a 1930 e desta última data, quando se inicia um processo de mudança estrutural na dinâmica produtiva nacional, até os anos 1970. O segundo período ilustra um amplo processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) que imprimiu um ritmo de crescimento econômico dinâmico e relativamente constante, não à toa, o Brasil foi um dos países que mais cresceram no mundo neste período<sup>193</sup>.

Ao longo do primeiro período, 1822-1930, a economia brasileira foi muito dependente das exportações de baixa complexidade tecnológica, ou seja, exportava-se basicamente *commodities* agrícolas. Este período foi alcunhado por Gremaud, Vasconcellos e Toneto como de “economia agroexportadora”<sup>194</sup> e Maria da Conceição Tavares chamou de “modelo de desenvolvimento voltado para fora”<sup>195</sup>.

Este modelo de economia que predominou ao longo do primeiro período citado (1822-1930) - o tipo agrário exportador – tinha como principal fragilidade sua vulnerabilidade, em função da sua dependência dos bons momentos da economia mundial, sobretudo das potências centrais aumentarem sua demanda por bens primários como café. Porém, este modelo se mostrou profundamente lesivo ao país por ser amplamente concentrador de renda e terra, além de suprimir a indústria nascente e, por conseguinte, o desenvolvimento nacional. Outro problema concernente a este modelo econômico é a constante oscilação nos preços das *commodities* e a socialização das perdas<sup>196</sup>.

Celso Furtado e Raúl Prebisch vão alertar para o problema estrutural que impõe uma assimetria na relação centro-periferia do sistema econômico mundial, qual seja, a deterioração dos termos de troca. Tendo em vista a DIT existente, o mundo periférico torna-se cada vez mais dependente das economias centrais, haja vista sua constante

---

<sup>193</sup> FIORI, 1999.

<sup>194</sup> Para mais informações ver: VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2013.

<sup>195</sup> Ver: Maria Conceição Tavares, **Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil**, em Boletim Econômico da América Latina, vol. IX, n.0 1, março de 1964.

<sup>196</sup> Para mais informações ver: FURTADO, Celso. **Características gerais da economia brasileira**. Revista brasileira de economia, v. 4, n. 1, p. 7-38, 1950.

perda de produtividade e competitividade. No entanto, é apenas com a *Grande Depressão*, ou a *Crise de 1929* que - juntamente com o movimento de forças internas contrárias ao poder das oligarquias de São Paulo, sobretudo – o Brasil dará uma guinada fundamental em sua estrutura econômica. Getúlio Vargas, apoiado pelas Forças Armadas e segmentos da indústria nascente, liderará uma “Revolução”, conhecida como “Revolução de 1930”<sup>197</sup> e implementará uma política econômica de caráter heterodoxo para lidar com a crise conjuntural. Este período será caracterizado por uma coalização de classes e interesse que Bresser-Pereira denominou de “Pacto Nacional-Popular”<sup>198</sup>.

Assim, de acordo com Furtado, haverá um “deslocamento do centro dinâmico” na economia brasileira, quando se inicia o Processo de Substituição de Importações e o incentivo para a criação de um mercado interno<sup>199</sup>. Além da industrialização voltada para dentro, a ISI se caracteriza pelas medidas de proteção à indústria nacional. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Jr. Descrevem o modelo de desenvolvimento pautado pela ISI por uma sequência de etapas: estrangulamento externo, ações para combater a crise, advinda deste; investimento nos setores substituidores de importação – o que aumenta a renda nacional e a demanda agregada – e um novo estrangulamento externo seguido de investimento e assim sucessivamente<sup>200</sup>.

Desse modo,

Os estrangulamentos, [...] funcionavam como estímulos e limites ao investimento industrial. Tal investimento, nesse momento, passa ser a variável-chave para determinar o ritmo de crescimento econômico nacional, substituindo as exportações que eram o ponto-chave do ritmo de crescimento do país em sua fase agroexportadora. (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JR, 2007, p. 354)

Por conseguinte, a industrialização como parte de um projeto nacional de caráter desenvolvimentista, organizada e implementada de maneira ininterrupta, teve

---

<sup>197</sup> A respeito da Revolução de 1930 é importante ressaltar que é exatamente aqui que os grupos militares modernizantes e nacionalistas, como os “Jovens Turcos” e os “tenentes” passarão a atuar naquilo que ficou conhecida como “ a política do Exército” de Góes Monteiro. A partir deste momento os militares passarão a atuar implícita e, às vezes, explicitamente na política nacional até culminar, finalmente, com a participação direta via golpe civil-militar em 1964.

<sup>198</sup> Cf.: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora, v. 34, 2014, p. 161.

<sup>199</sup> Ver: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2007. Cap. 32.

<sup>200</sup> VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JR. Op. cit., p. 354.

seu início no primeiro governo Vargas (1930-45), aprofundou-se com Juscelino Kubitschek e atingiu seu auge com os governos militares, sobretudo com Geisel. A siderúrgica de Volta Redonda, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de 1941, é um marco deste processo. Durante seu segundo governo (1951-54), Vargas aprofundou a ISI e criou importantes empresas estatais em áreas estratégicas como a Petrobrás, Companhia Nacional de Álcalis (CNA) e a Companhia do Vale do Rio Doce, além da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Estas empresas e outras compuseram o Setor Produtivo Estatal (SPE). De 1930 a 1979 o Brasil tornar-se-á um país consideravelmente industrializado deixando de ser uma nação muito vulnerável, devido à opção oligárquica agrário exportadora, para tornar-se um país com capacidade produtiva diversificada<sup>201</sup>.

Esta concepção de que a industrialização deve ser o motor do desenvolvimento nacional tem uma ampla aceitação nos variados grupos ideológicos nacionais. Há desde os desenvolvimentistas militares<sup>202</sup>, passando por desenvolvimentistas autoritários conservadores, como Alberto Torres e Oliveira Vianna, pelos nacionalistas da esquerda que no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) contribuíram amplamente para a discussão – autores como Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Cândido Mendes, Álvaro Vieira Pinto, Néson Werneck Sodr e e Ign acio Rangel foram fundamentais para a difusão da discussão acerca da ind ustria e dos instrumentos nacionalistas para o desenvolvimento<sup>203</sup>. Por fim, a contribui o da teoria estruturalista da CEPAL tendo em Ra ul Prebisch e Celso Furtado a referência teórica, o debate sobre o desenvolvimento e a necessidade da industrializa o para alcança-lo foi enriquecido e contribuiu consideravelmente para se pensar política econômica no Brasil. Vale ainda reconhecer a grande contribui o do empresário e industrial, Roberto Simonsen, um dos primeiros advogados da necessidade da industrializa o no país<sup>204</sup>.

Segundo Bresser-Pereira,

A tese desenvolvimentista central era que o Brasil, que até 1930 fora um país semicolonial dominado pela aristocracia local aliada servilmente ao capitalismo internacional, encontrava-se naquele momento condi oes para se tornar um país

---

<sup>201</sup> BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Op. cit., pp. 190-191.

<sup>202</sup> Cf.: FIORI, José Luís. Op. cit. pp. 105-106, 2015.

<sup>203</sup> Para mais informaçoes consultar a obra: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A constru o política do Brasil. **São Paulo: Editora**, v. 34, 2014, p. 161. Capítulo 8.

<sup>204</sup> Ibidem, p. 161.

independente, uma verdadeira nação. Graças à industrialização, as elites nacionalistas brasileiras, intelectuais e empresariais, já tinham condições de criticar as recomendações e pressões que vinham do Norte e que eram veiculadas, localmente, pelas elites liberais cosmopolitas – teses que na verdade interessavam aos países ricos, não ao Brasil. (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 162)

O desenvolvimentismo torna-se, desse modo, uma ideologia do desenvolvimento industrial brasileiro que não aceitava a condição dependente que lhe era imposta pela DIT e pelo pesado jogo de poder internacional. Neste sentido, nos anos 1950 o ISEB será um grande centro da discussão de um fator elementar no processo de industrialização, o capital estrangeiro. A discussão tornou-se ampla e profundamente delicada, haja vista o contexto de rotulações entre os grupos “entreguista” e “nacionalista” que acirrava o debate. Hélio Jaguaribe foi um dos que mais defendeu a vinda do capital estrangeiro como “parceiro” do processo de desenvolvimento, para ele, o nacionalismo deveria ser encarado pragmaticamente, sendo um “nacionalismo de fins”<sup>205</sup>. Editando a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, o ISEB, com seus intelectuais públicos, buscava ser uma referência para se formar uma *intelligentsia* patriótica nacional. Para os isebianos, o Brasil precisava realizar sua Revolução capitalista e Nacional como condição de se tornar uma nação desenvolvida<sup>206</sup>.

Destarte, tendo o desenvolvimentismo assumido o caráter político programático como visto acima, a economia brasileira teve uma ampla expansão industrial com a eleição de Juscelino Kubitschek (JK), em 1956<sup>207</sup>. O grande projeto de desenvolvimento de JK ficou conhecido como Plano de Metas, que previa a execução de um programa de 50 anos em 5. Este plano foi a consolidação da industrialização brasileira, fazendo que o país não mais pudesse retroceder rumo ao projeto dependente cosmopolita.

Desse modo,

Foi no governo Kubitschek que se instalou definitivamente no Brasil a indústria automobilística, a de equipamentos industriais e a naval, ao mesmo tempo em que a indústria petroquímica, a construção de novas usinas siderúrgicas [...] nesse período não ocorreu a decolagem, mas a consolidação de desenvolvimento industrial brasileiro. (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 168)

<sup>205</sup> Para mais detalhes ver: JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958, pp. 50-54.

<sup>206</sup> Ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido**. Dados – Revista de Ciências Sociais 47 (1), Rio de Janeiro, 2004: 49-84.

<sup>207</sup> É importante citar que JK apenas assumiu o poder em função da intervenção do nacionalista Ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott.

A ideia de Eugenio Gudín, de que o Brasil teria uma “vocação agrária” foi, finalmente, abandonada. Neste sentido, a aprovação da Lei de Tarifas de 1957, fez do desenvolvimento industrial uma meta formalmente estipulada, o que contribuiu,   época, para a proteção   indústria nacional<sup>208</sup>. De uma maneira simples, podemos dizer que o Plano de Metas foi o auge da industrialização no período. Dentre as metas mais importantes temos o maciço investimento estatal em infraestrutura, privilegiando o eixo rodoviário em detrimento do ferroviário – o que para muitos autores gerou um sério problema de dependência deste modal; aumento da produção de bens intermediários e os incentivos   implantação dos setores de consumo duráveis e de capital. Além da construção de Brasília, meta síntese, o Plano de Metas promoveu profundas mudanç as na estrutura produtiva brasileira, pois fora além da ISI e do estrangulamento externo, tendo sido uma intera o entre os diversos setores da economia nacional. O crescimento do PIB foi aproximadamente de 8,2% ao passo que o crescimento industrial foi em torno de 10,5%<sup>209</sup>.

Após o governo JK, o Brasil entrou em uma crise política gravíssima devido   renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Eleito com uma proposta econômica de cunho econômico mais ortodoxo, J nio, por outro lado, praticava no campo internacional a Política Externa Independente (PEI), que privilegiava as relações econômicas com todos os países independentemente da sua filiação ideológica. No entanto, após oito meses de governo, J nio renuncia e seu vice-presidente, João Goulart assume em uma conforma o política delicada, em que as pressões da UDN e de setores das Forç s Armadas pressionaram no sentido de se estabelecer um controle sobre o trabalhista e nacionalista Goulart, por meio do que viria a ser o parlamentarismo<sup>210</sup>.

Quando em 1963 Goulart volta a ter poderes mais concentrados, pois o parlamentarismo fora derrubado,   criado o Ministério do Planejamento com o intuito de pensar os planos econômicos e o desenvolvimento nacional no longo prazo. Celso Furtado foi o primeiro ministro da pasta e como primeiro grande projeto elaborou o “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social”, que tinha por meta

---

<sup>208</sup> Sobre a Lei de Tarifas ver verbete do CPDOC/FGV, disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/lei-de-tarifas-de-1957> > Acesso em: 21, dez. 2016.

<sup>209</sup> Para mais informa es do Plano de Metas conferir: VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JR. Op. cit., pp. 365-368.

<sup>210</sup> Sobre esse período da história nacional ver: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A moderniza o autoritária. **LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. Rio de Janeiro: Campos, 1990, p. 366.**

diversificar a economia e resolver problemas estruturais no país, além de buscar conter os efeitos da inflação. Juntamente com o plano foi proposto por Goulart realizar um conjunto de “reformas de base”, a qual pretendia enfrentar problemas crônicos do país como as reformas agrária, tributária, eleitoral, fiscal, educacional, enfim, pretendia solucionar problemas estruturais que geravam as desigualdades sociais tão prejudiciais à sociedade brasileira. O governo Goulart teria, de acordo com Cássio Moreira, como principal esteio, a continuação do desenvolvimentismo varguista sendo que as reformas de base serviriam para uma ampla redistribuição de renda<sup>211</sup>.

A crise política vivida pela nação brasileira era marcada pela associação de dois elementos: um exógeno, que era a influência ideológica da Guerra Fria e outro endógeno – influenciado pelo primeiro – que tinha da polarização política entre grupos de esquerda e setores nacionalistas e grupos conservadores. Neste último, havia setores dentro das Forças Armadas bastante comprometidos com a luta ideológica de combate ao comunismo. Como o nacionalismo era cada vez mais associado e defendido por forças de esquerda, o PTB, Partido Trabalhista Brasileiro fundado por Getúlio Vargas, será cada vez mais combatido e associado ao comunismo. A conjuntura externa contribuiu para o agravamento das tensões ideológicas regionais, haja vista em 1962 a Revolução Nacionalista cubana ter-se tornado de viés socialista. Este fato fez que os Estados Unidos aprofundassem a retórica regional de combate às forças de esquerda e patrocinassem uma série de golpes de Estado, como no Chile em 1963 e no Brasil, em 1964<sup>212</sup>.

Com a deposição de Goulart em 1964, os militares assumem o poder e tem em Castelo Branco seu primeiro presidente. A política econômica castelista é amplamente recessiva e tem no Plano de Ação do Governo (PAEG) a tentativa de combater a inflação e ajustar a economia<sup>213</sup>. De acordo com a perspectiva econômica ortodoxa<sup>214</sup>, este plano econômico foi fundamental para a retomada do crescimento robusto posterior. No entanto, adotamos aqui a visão heterodoxa de que não foi o PAEG, mas sim a inflexão na política econômica com o novo governo militar, Costa e Silva, que

---

<sup>211</sup> Para mais informações ver: MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. Ed. Sulina, Porto Alegre, 2014, pp. 232-312.

<sup>212</sup> Moniz Bandeira trata especificamente deste assunto em no capítulo XLI. Cf.: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

<sup>213</sup> VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JR. OP. cit., p. 384.

<sup>214</sup> Cf. ABREU, Marcelo de P. et al. (Ed.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**. Ed. Campus, 1989. Especificamente os capítulos 9 e 10.

fez a economia voltar a crescer. Assim, a retomada do crescimento a partir de 1968, quando se inicia o chamado “milagre econômico”, não se deve, aos ajustes econômicos implementados pelo PAEG, mas sim pela mudança de rumo implementada por Delfim Neto, ministro da fazenda, que usou instrumentos de intervenção estatal na economia de modo a permitir a retomada do crescimento econômico e o caminho desenvolvimentista<sup>215</sup>.

Desse modo, com a ascensão de Costa e Silva, em 1967, e da “linha dura”, em conjunto com o general-presidente, houve uma mudança drástica no direcionamento das políticas econômica e na política externa. Com Delfim Netto no Ministério da Fazenda, o governo implementou o Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) que teve continuidade no I Plano de Desenvolvimento Nacional (I PND) já no governo Médici. Entre 1968 a 1973 o Brasil vivenciou um grande crescimento econômico, conhecido como “milagre econômico”, com taxas acima de 10% a.a, chegando a 14% em 1973<sup>216</sup>. Os planos de desenvolvimento tinham por meta fazer o país crescer a taxas elevadas, o que dava sustentação política ao regime de exceção que se instalara tendo como uma das justificativas a reorganização da economia<sup>217</sup>.

É importante ressaltar alguns pontos do plano de crescimento a partir de Costa e Silva, como a retomada do investimento público em infraestrutura, aumento do investimento das empresas públicas e de novas estatais. Outro dado relevante foi o aumento da demanda por bens duráveis, da construção civil e o crescimento das exportações<sup>218</sup>.

A agricultura, que antes fora a pedra de toque da economia nacional cresceu proporcionalmente menos que o setor industrial, porém passou por uma modernização mediante sua mecanização gerando uma fonte de demanda para a indústria nacional. Foi criado ainda em 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que buscou viabilizar uma linha de crédito aos agricultores rurais, outro incentivo agrícola foi a Política de Garantias de Preços Mínimo (PGPM), que garantiu em período de safra um preço de venda mínimo aos produtores. Tendo a agricultura

---

<sup>215</sup> Para mais informações a respeito ver: MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 10, n. 3, p. 453-489, 2006, pp. 460-461.

<sup>216</sup> Cf. MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973**. Nova economia, v. 15, n. 3, p. 53-92, 2005, pp. 57-66.

<sup>217</sup> Cf. BRESSER-PEREIRA, 2014.

<sup>218</sup> MACARINI, José Pedro. Op. cit., 2006, pp. 456-457.

se expandido para o Centro-Oeste, foi criada a Empresa Brasileira de Agropecuária (EMBRAPA) que contribuiu substancialmente para o desenvolvimento de sementes adaptadas ao solo do cerrado. Desse modo, houve um crescimento intensivo ao invés do extensivo apenas do setor agrícola e um considerável ganho de produtividade transformando o Brasil em um dos maiores produtores de alimentos do mundo. A agricultura passou a ser cada vez mais envolvida com o setor industrial de máquinas, equipamentos e fertilizantes criando uma agroindústria nacional<sup>219</sup>.

Além de um aumento significativo no setor exportador houve também um crescimento substancial do endividamento externo, a dívida externa bruta saltou de US\$ 3.780,0 bilhões em 1968 para US\$ 12.571,5 em 1973<sup>220</sup>. A explicação para o aumento considerável do endividamento externo se deu muito em função das facilidades oferecidas pela ampla liquidez internacional, pelas baixas taxas de juros cobradas pelos bancos privados e pelo alongamento de prazos para pagamento<sup>221</sup>. Vale ressaltar que o aumento da dívida em si não quer dizer algo negativo, pois, como no período em perspectiva, o aumento do endividamento foi associado ao amplo aumento das taxas de investimento. Um aspecto interessante deste período foi a criação da Lei 4.131<sup>222</sup> que permitia o acesso das empresas do país ao sistema financeiro internacional e da Resolução 63<sup>223</sup>, a qual permitia os bancos nacionais captarem recursos externos para repassarem internamente.

Alguns dados são importantes para analisarmos este período de crescimento e política econômica dos militares. Por exemplo, na questão salarial, houve uma compressão a partir de 1964, como mostra o gráfico abaixo<sup>224</sup>:

---

<sup>219</sup> Ver: VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2013

<sup>220</sup> Cf.: Idem, p. 389.

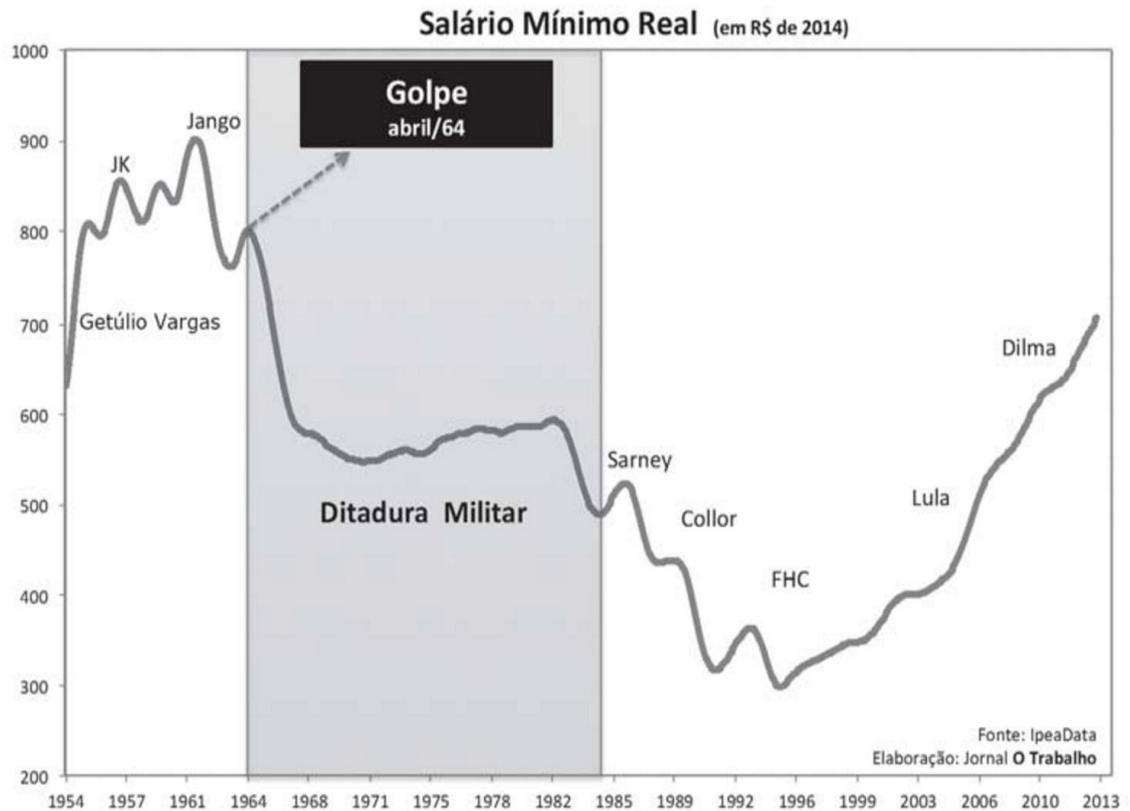
<sup>221</sup> Idem, p. 391.

<sup>222</sup> Ver: Lei 4.131. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm)>. Acesso em: 12 dez, 2016.

<sup>223</sup>Cf. Resolução 63 de 1967. Disponível em:

<[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/39996/Res\\_0063\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/39996/Res_0063_v1_O.pdf)> . Acesso em: 12 dez, 2016.

<sup>224</sup> Gráfico extraído de uma apresentação de slides do professor Alberto Crespo.



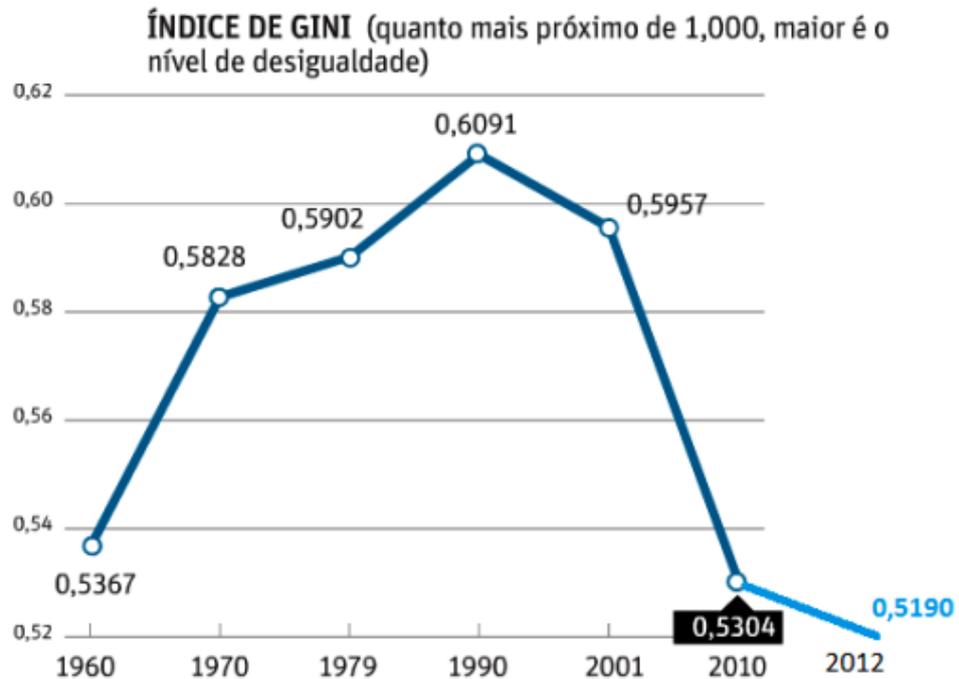
Constata-se uma queda expressiva no governo Castelo Branco e mesmo com o período de expressivo crescimento, como no “milagre econômico”, percebe-se que não há um acompanhamento dos ganhos salariais.

No entanto, como se verá adiante, no governo Geisel, os juros baixos eram flutuantes o que ocasionará, em função da alta do preço do petróleo em 1973, um aumento exponencial do endividamento brasileiro e haverá uma enorme concentração de renda. Esta, pode ser descrita pela conhecida “teoria do bolo”, da qual Delfim Netto falava e que consistia em fazer o bolo crescer primeiro para, em seguida, dividi-lo<sup>225</sup>.

Este gráfico<sup>226</sup> ilustra bem o problema da concentração de renda no período militar,

<sup>225</sup> VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JR. Op. cit., p. 392.

<sup>226</sup> Gráfico extraído do sítio “Terraço Econômico”. Disponível em: < <http://terracoeconomico.com.br/o-avanco-da-inclusao-social-no-brasil-esta-em-risco> >. Acesso em 12 dez, 2016.



Fonte: PNAD (IBGE-a 2011)

Vê-se que entre 1960 e 1990, período do regime civil-militar (1964-1985) a concentração de renda aumentou consideravelmente. O que mostra que o robusto crescimento econômico não foi acompanhado pelas reformas sociais de caráter distributivo.

Após fazermos esta digressão histórica, ilustrando o caminho do processo de desenvolvimento industrial nacional, passaremos a analisar no próximo tópico o II Plano Nacional de Desenvolvimento do governo do general Ernesto Geisel observando seus agentes ideológicos – personagens estatais e não estatais – e seus desdobramentos econômicos e geoeconômicos. É importante ressaltar que a análise do II PND será guiada pela nossa abordagem do desenvolvimentismo militar, que compreende – parcialmente, ao menos – a necessidade de modernizar o Brasil tornando-o uma “potência mundial”. Nesse sentido, o II PND é visto como uma ferramenta de mudança estrutural da economia nacional com vistas a robustecer o poder do país no sistema interestatal capitalista e alterar substantivamente nosso lugar na DIT.

### **3.2 O II Plano Nacional de Desenvolvimento como instrumento de superação da dependência e pilar de sustentação de um projeto de poder**

Para analisarmos a estratégia de desenvolvimento do governo Geisel, entendemos que é de absoluta relevância investigar e compreender o II Plano Nacional de Desenvolvimento e seus desdobramentos estruturais no sistema produtivo nacional. Destarte, alguns questionamentos surgem como guias de nossa pesquisa e análise: i) quais foram as motivações do governo em lançar o II PND, uma vez que a recomendação era para o ajuste fiscal e a recessão, tal qual o mundo desenvolvido fazia?; ii) existe uma racionalidade por detrás do Plano, ou ele foi fruto apenas de um ufanismo do pensamento militar do “Brasil Potência”? Outro questionamento importante é: o II PND é fruto de uma mentalidade modernizante ou de uma resposta ao fim do “milagre econômico” em 1973 que precisava legitimar o apoio ao regime pelo crescimento econômico? Esta última pergunta terá maior peso na condução de nossas respostas e está na base do nosso problema de pesquisa.

Nossa análise recai, com mais intensidade, em uma abordagem política da questão do desenvolvimento feita pelos militares “modernizantes” e desenvolvimentistas. O que não quer dizer que negligenciaremos os aspectos econômicos relevantes do II PND, porém, nossa intenção é tornar clara a estratégia de modernização do país via desenvolvimentismo autoritário militar que - como demonstramos em outras partes do trabalho - nutre, desde o movimento dos “Jovens Turcos”, passando pelo tenentismo, pela “Política do Exército” de Góes Monteiro e pela DSN da ESG, o apreço pela modernização brasileira e pelo projeto de transformação do Brasil em uma potência mundial.

É importante não perder de vista que nossa pesquisa tem por objetivo a análise geoeconômica e geopolítica do binômio desenvolvimento e segurança durante o governo Geisel, que a partir deste binômio, tentou construir uma “Grande Estratégia” para a mudança de patamar do país no sistema interestatal capitalista. Buscamos uma interpretação um pouco diferente do período em relação aos demais governos militares; de fato, por mais que este binômio seja interpretável à luz da DSN, entendemos que o governo Geisel objetivou, por meio de seu projeto de desenvolvimento nacional, aprofundar o ideal de “Brasil Grande Potência” por meio de uma política externa autônoma, uma política de defesa e segurança menos

envolvida com a repressão interna e mais preocupada com a construção de capacidades materiais (BID etc.) e um projeto de desenvolvimento econômico ambicioso de caráter autonomista, o qual pretendeu transformar a estrutura produtiva nacional, o II PND.

Entendemos que há elementos de continuidade da “política do Exército” e da modernização autoritária, porém acreditamos que os aspectos conjunturais geoeconômicos e geopolíticos, também influenciaram consideravelmente na interpretação e implementação de uma agenda de segurança e desenvolvimento no período diferente dos anteriores.

Isso posto, em que medida podemos afirmar que os elementos geoeconômicos e geopolíticos influenciaram a agenda de desenvolvimento e segurança no governo Geisel? Esta é a pergunta central do trabalho. Outros questionamentos relevantes aparecem como decorrência dos já feitos, alguns parágrafos acima: porque realizar um plano de desenvolvimento tão ambicioso e robusto como o II PND? Por que a agenda de segurança no período moveu-se na direção da autonomia (denúncia do Acordo Militar etc.)?

Acreditamos que havia um claro e ambicioso projeto de poder dos militares desenvolvimentistas que passava pela alteração substancial da posição brasileira nos tabuleiros geopolítico e geoeconômico. Há uma relação entre a conjuntura (crise do petróleo, Guerra Fria, etc.) e a estrutura (dependência econômica e tecnológica, subdesenvolvimento, debilidade e vulnerabilidade militar etc.) que condicionam nossa análise. Por exemplo, do ponto de vista de uma percepção mais ‘de longa duração’ o pensamento militar carrega em si uma clara intenção de modernização nacional e grandeza mundial, que, ao se “misturar” na realidade conjuntural, transforma e adequa esta intenção de forma a moldar as políticas de desenvolvimento e de segurança.

Às vezes, o fator conjuntural desperta e aprofunda intenções estruturais, como parece ser o caso da crise energética do petróleo e a proposta do II PND. A necessidade ou a preocupação com o dinamismo econômico esteve presente no pensamento militar, pelo menos desde o golpe da República, em 1889, e se manifestou com mais intensidade na DSN, porém, faltava-lhe o momento, ou a conjuntura adequada para “radicalizar” certas posturas, como a oportunidade com o golpe de 1964. Todavia, se por um lado a conjuntura pode despertar determinadas forças nacionais do país para a mudança de rumos – como no caso da crise do

petróleo, o acordo nuclear com a Alemanha Ocidental, a crise diplomática com Jimmy Carter e a denúncia do acordo militar com os EUA -, ela pode, outrossim, despertar ou aprofundar a ação das grandes potências no sentido de praticar políticas mais agressivas de caráter assimétrico ou de enquadramento das demais, como ocorreu no caso do aumento da taxa de juros estadunidense restringendo a política econômica de países competidores no Primeiro e Terceiro Mundo.

Sem dúvida, a conjuntura econômica mundial desfavorável contribuiu para as decisões do governo Geisel, no entanto, o que se pretende analisar é sua influência na elaboração do II PND. Se Geisel houvesse seguido as influências conjunturais e houvesse ouvido alguns dos mais importantes conselheiros econômicos, como Mario Henrique Simonsen, ele deveria ter escolhido implementar uma política econômica recessiva, não expansiva como fez.

No entanto, o ortodoxo Simonsen não foi o protagonista do plano econômico e Geisel concentra o poder decisório em si mesmo. Dessa maneira,

Geisel faria um dos governos mais intervencionistas do ciclo militar, respondendo ao cenário recessivo que se formava no horizonte internacional com a manutenção de altas taxas de investimento. Reagiu aos ventos neoliberais, que sopravam com muita força dos países mais avançados em direção ao Continente Latino-americano, com um programa econômico estritamente desenvolvimentista, que só ampliava a já considerável participação do Estado brasileiro na economia. Desde o primeiro dia de governo, deslocou o eixo da política econômica para o Planejamento, reduzindo o poder da Fazenda e colocou a si próprio como comandante e chefe das grandes decisões dessa área estratégica do Governo, ocupando o assento de presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico. (MANTEGA, 1997, p. 05)

Outro aspecto importante do Plano, segundo Mantega, foi que a descentralização dos investimentos deu espaço aos industriais e empresários nacionais no setor de bens de capital e insumos básicos, o que gerou críticas de grupos e setores da imprensa liberal<sup>227</sup>.

Assim, analisaremos o II PND como um instrumento de transformação estrutural da economia nacional, convergente com a política de “modernização forçada”, a qual tem sua identidade ancorada no pensamento militar de transformação do país em uma potência mundial seu mote principal. Nossa hipótese vai ao encontro desta interpretação e produz um questionamento: este pensamento de modernização era estrutural no pensamento militar ou adveio das reações conjunturais do momento,

---

<sup>227</sup> MANTEGA, Guido. **O governo Geisel, o II PND e os economistas**. São Paulo: EAESP/FGV/Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa n. 3, 1997, p. 05.

como o choque do petróleo? Nossas respostas abraçam os dois pontos, o estrutural e o conjuntural.

Em convergência com a nossa tese, Luciano Coutinho afirma que,

Durante o período do Governo Geisel, a política externa e certos elementos da política econômica interna foram percebidos como *estratégicos*, isto é, nacionais irreduzíveis, de longo prazo, definidos à luz de um “grande projeto nacional”. [...] Tal projeto, (“Brasil Grande”) ganhou uma expressão muito forte. Na verdade, muito mais forte e autônomo, por exemplo, do que em qualquer momento do passado. (COUTINHO, 1987, p. 178).

A necessidade de manter o ritmo de crescimento elevado, mesmo em tempos de crise, contribuiu para o salto de qualidade no projeto de industrialização nacional. Havia a necessidade de aplicar uma estratégia de mudança no alicerce produtivo brasileiro e o II PND é exatamente o desdobramento desta percepção<sup>228</sup>. Neste sentido, o planejamento econômico do plano seguiu, não apenas uma racionalidade política, que vinha sendo gestada no pensamento militar sobre o desenvolvimento nacional, mas também uma racionalidade econômica, pois não foi apenas fruto de um momento conjuntural, mas sim, uma necessidade de aprofundamento do capitalismo brasileiro<sup>229</sup>.

De acordo com João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento de Geisel e um dos grandes incentivadores do II PND, o governo, a despeito de críticas de especialistas pró-ajuste recessivo, teria feito um ajuste lento e gradual para não impactar nas contas públicas. Tanto que houve uma redução do crescimento já em 1974 de 14% para 6%. Porém, o mais importante é que se o governo tivesse optado pelo ajuste profundo, como advogavam muitos, o II PND seria inviabilizado<sup>230</sup>. O próprio Geisel reforça esta visão ao afirmar que a recessão seria muito ruim para os mais pobres e geraria um grande problema social<sup>231</sup>.

Neste sentido, tendo em vista o que Geisel entendia acerca da recessão de 1967 pode-se perceber que,

<sup>228</sup> Cf. CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**, v. 2, 1985, p. 35.

<sup>229</sup> Para mais detalhes sobre a questão da racionalidade econômica do II PND ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008.

<sup>230</sup> Cf. DOS REIS VELLOSO, João Paulo. **O governo Geisel: estratégia de desenvolvimento e coordenação da política econômica**. Revista Brasileira de Economia, v. 52, p. 15-26, 1998, p. 17

<sup>231</sup> Ver: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Op. cit., p. 288.

Eram evidentes os sinais de esgotamento do padrão de acumulação de bens duráveis. Diante desse quadro, o novo governo que assumia em 1974 tinha diante de si um sério dilema. Fazer um ajuste conservador, nos moldes sempre sugeridos pelo FMI, e promover aquela recessão geral, de eficácia duvidosa, porém infalível para desgastar qualquer governo. Ou promover outro tipo de ajuste que viabilizasse a continuação do crescimento. Este último foi o caminho trilhado pelo Governo Geisel com o II PND (MANTEGA, 1997, p. 32)

Importante dizer que, ainda em 1973, quando ministro do Planejamento de Médici, Reis Velloso já fizera um levantamento junto ao IPEA a respeito das limitações da estrutura produtiva brasileira e do esgotamento das substituições de importação dos bens de consumo duráveis e não-duráveis. Segundo o ministro, era necessário pensar um plano de desenvolvimento que fizesse o país crescer tendo em vista as limitações impostas pelo choque do petróleo<sup>232</sup>.

As decisões acerca da política econômica no governo Geisel eram tomadas pelo presidente, que comandava o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), órgão de assessoria e planejamento econômico do presidente da República criado em 1974<sup>233</sup>. Havia, segundo Velloso, reunião semanal para discutir os projetos no âmbito do II PND e o planejamento orçamentário, na qual participavam além do presidente Geisel, ele, Reis Velloso, Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda e outros conselheiros, como o Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes. A Fazenda cuidava das questões de curto prazo, como inflação, política monetária etc., já o PND, a coordenação das políticas do BNDE, Finep e CNPq ficavam à cargo do Planejamento<sup>234</sup>. É salutar recordar que Geisel ocupara ao longo de sua carreira militar vários cargos administrativos, principalmente a chefia da Petrobrás, o que lhe deu competência e afinidade com as áreas econômica e do planejamento, além de, provavelmente, ter adquirido uma visão realista da dura competição econômica internacional entre as nações e suas empresas.

A equipe de planejamento econômico de Geisel merece uma breve análise, pois havia claramente duas tendências, a mais nacionalista e desenvolvimentista, com Reis Velloso no Ministério do Planejamento e Severo Gomes na Indústria e Comércio e, por outro lado, na pasta da Fazenda Mario Henrique Simonsen, um economista

---

<sup>232</sup> Para mais informações ver: DOS REIS VELLOSO, João Paulo. **O último trem para Paris: de Getúlio a Sarney: "milagres," choques e crises do Brasil moderno**. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

<sup>233</sup> Ver: DOS REIS VELLOSO, João Paulo. Op. cit., 1998, p. 18; MANTEGA, Guido. Op. cit., p. 14.

<sup>234</sup> DOS REIS VELLOSO, João Paulo. Op. cit., 1998, p. 18.

liberal com ideias de política econômica restritivas e ortodoxas<sup>235</sup>. Reis Velloso tornou-se um ministro privilegiado, que se encontrava diariamente com Geisel na chamada “reunião das 9h”, na qual o presidente se reunia com o chefe da Casa Civil, Golbery, do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Gabinete Militar para planejar a agenda diária<sup>236</sup>.

O ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, já havia sido ministro da mesma pasta no governo Médici (1969-1974), porém fora ofuscado pelo todopoderoso Delfim Neto, então ministro da Fazenda. Reis Velloso fez carreira no Banco do Brasil (BB) e foi aluno de Mario Henrique Simonsen. Teve a oportunidade de fazer uma pós-graduação nos Estados Unidos, na Universidade de Yale, lugar em que conheceu James Tobin, o qual lhe apresentou a perspectiva keynesiana da economia<sup>237</sup>. De acordo com Mantega, Velloso antes de se tornar um defensor das ideias desenvolvimentistas balançava entre a visão monetarista de Eugênio Gudin e o estruturalismo cepalino e o nacionalismo econômico. Antes de se tornar ministro do Planejamento de Médici e Geisel, Velloso foi convidado por Roberto Campos em 1964 para fundar o que viria a ser o Instituto de Planejamento Econômico e Social, posteriormente chamado de Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)<sup>238</sup>.

Outro importante ministro do II PND foi Severo Gomes, que no Ministério da Indústria e Comércio (MIC) buscou a todo custo privilegiar as empresas nacionais em detrimento das estrangeiras na alocação dos recursos e benefícios fiscais. Este beneficiamento se deu mediante a Resolução nº 9 do CDE, que previa que as encomendas das empresas estatais deveriam ser feitas junto a indústria nacional e buscava aumentar o grau de nacionalização dos componentes produzidos<sup>239</sup>.

Considerado um empresário e ministro nacionalista, Severo era crítico do investimento estrangeiro e da vinda indiscriminada de empresas estrangeiras para os

---

<sup>235</sup> MANTEGA, Guido. Op. cit., pp. 07-14.

<sup>236</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>237</sup> Ibidem, p. 15

<sup>238</sup> Ibidem, p. 16.

<sup>239</sup> Para mais informações ver: DA SILVA, Mariene Valadares et al. Política industrial e interesses empresariais: o II PND (1974-1979). In: **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas [Proceedings of the 5th Brazilian Congress of Economic History and the 6th International Conference on Business History]**. ABPHE- Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (Brazilian Economic History Society), 2003, p. 16.

países subdesenvolvidos<sup>240</sup>. Severo Gomes será desligado do MIC após um desentendimento público com o conselheiro do Banco Francês e Brasileiro, Carlos Lousada, que o acusou de “ministro esquerdista” ao passo que Severo retrucou chamando-o de “empresário fascista”. O caso tornou-se mais delicado à medida que o próprio ministro defendeu publicamente a abertura política<sup>241</sup>.

O ministro Mario Henrique Simonsen, seguidor de uma linha mais ortodoxa e liberal<sup>242</sup> foi assessor de Roberto Campos e um dos idealizadores do Plano de Ação do Governo (PAEG) durante o período Castelo Branco. Antes de assumir o Ministério da Fazenda lecionara na FGV do Rio de Janeiro e publicara alguns livros de teoria econômica, dentre eles *Inflação: Gradualismo X Tratamento de Choque e Economia Brasileira*, juntamente com Roberto Campos.

Voltando à análise dos elementos que influíram na construção e implementação do II PND, é mister expor a própria visão do general-presidente sobre o assunto. Geisel relata, em entrevista já citada, que ficara profundamente preocupado com o quadro social que o ajuste recessivo do PAEG de Castelo Branco causara e buscava evitar que tal quadro de desemprego e falta de esperança voltasse a ocorrer no país. Talvez, por isso, a “predileção” por Velloso e sua proposta desenvolvimentista para a execução do II PND. Segundo o próprio Geisel, Simonsen ficava corriqueiramente preocupado e demonstrava irritação com a opção pelo crescimento<sup>243</sup>. Um exemplo da submissão da Fazenda ao Planejamento se dá quando “o dia-a-dia da política econômica que competia a esse importante Ministério (*Fazenda*) estava parametrado pelas grandes metas macroeconômicas definidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento, desenvolvidas no Planejamento” (MANTEGA, 1997, p. 29).

Posto isso, passamos à análise do projeto de desenvolvimento em si. O II PND tinha por objetivo a superação da dependência econômica dos bens de capital e buscou investir amplamente e substancialmente em bens de capital, insumos básicos, petróleo, energia elétrica dentre outras áreas consideradas como prioritárias pelo

---

<sup>240</sup> Para mais informações sobre a vida e atuação política de Severo Gomes ver: Verbete do CPDOC a respeito do autor. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes> > Acesso em: 08 out, 2016.

<sup>241</sup> Cf. citação acima do CPDOC/FVG.

<sup>242</sup> Guido Mantega afirma que Simonsen e Roberto Campos não eram tão ortodoxos como Eugenio Gudín e outros economistas importantes, seriam “intervencionistas moderados”. Para mais informações ver: MANTEGA, op. cit., p 23.

<sup>243</sup> Para mais detalhes conferir: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. Op. cit., 1997, pp. 292-293.

governo. Os investimentos não foram realizados apenas pelas empresas estatais, mas também pelas empresas privadas interessadas em participar do Plano<sup>244</sup>.

Segundo Mantega, houve uma elevação das exportações no período, que passaram de 7,5% do PIB para 9,5%, além de uma elevação de 27% das exportações de bens industrializados. Entre 1973 e 1978 o aumento das exportações foi considerável chegando a 105%<sup>245</sup>.

O pano de fundo desenvolvimentista do II PND não é apenas fruto de uma necessidade de adotar medidas de mudança estrutural na economia, como imaginavam os militares modernizantes, mas corrobora, igualmente, com teses do desenvolvimentismo nacionalista de Celso Furtado. O II PND, que concebia a necessidade de aprofundar a substituição de importações em áreas sensíveis como bens de capital e insumos básicos, assemelha-se ao Plano Trienal do governo João Goulart, que teve em seu ministro do Planejamento, Celso Furtado, a elaboração de metas claras com o intuito de aprofundar o capitalismo brasileiro e transformar estruturalmente a economia nacional dando ênfase aos investimentos descentralizados e focando no setor de energia<sup>246</sup>.

De acordo com Guido Mantega, o II PND,

Foi o último grande plano econômico do ciclo desenvolvimentista em termos de repercussão e envergadura. O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi, provavelmente, o mais amplo programa de intervenção estatal de que se tem notícia no país, e que transformou significativamente o parque industrial brasileiro com a implantação de um polo de insumos básicos e de bens de capital. (MANTEGA, 1997, p. 03)

Tendo em vista o atraso industrial em diversas áreas, o II PND buscara definitivamente superar o subdesenvolvimento e a “atrofia dos setores produtores de insumos básicos e de bens de capital” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 33).

Para Geisel, o desenvolvimento era a única maneira de modernizar o Brasil. Dizia ele que após o “milagre econômico” não se poderia, em função do aumento do preço do petróleo em 1973, jogar milhares de brasileiros na miséria em função de uma

<sup>244</sup> Para mais detalhes sobre os objetivos do II PND consultar a Lei 6.151 que estabelece as metas do plano. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6151-4-dezembro-1974-357400-anexoii-pl.pdf>> Acesso em: 11, nov. 2016.

<sup>245</sup> MANTEGA, op.cit, p. 21.

<sup>246</sup> Para mais informações acerca da comparação entre o Plano Trienal e o II PND ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MOREIRA, Cássio Silva. O projeto do Governo Goulart e o II PND: um cotejo. Porto Alegre: UFRGS, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Texto para discussão, n. 12, 2012.

política econômica de recessão e contração dos investimentos<sup>247</sup>. De acordo com Geisel, ao analisar o problema da distribuição de renda e da resolução dos problemas advindos de uma possível recessão, o general advogava que, “É preciso encontrar uma solução de longo prazo, uma solução definitiva. Por isso, sempre fui contrário à recessão. Eu tinha visto a recessão, no final do governo Castelo e estava disposto a fazer tudo para evitá-la.” (GEISEL, *apud* D’ARAÚJO; CASTRO, p. 288, 1997). E complementa dizendo,

Se o Brasil quer ser uma nação moderna, sem o problema da fome e sem uma série de outras mazelas de que sofreremos, tem que se desenvolver. E para isso, o principal instrumento, a grande força impulsora é o governo federal. A nação não se desenvolve espontaneamente. É preciso haver alguém que a oriente e a impulse, e esse papel cabe ao governo. (IBIDEM, p. 287, 1997)

Referindo-se à questão do empresariado nacional e aos capitais nacionais, Geisel externa uma visão muito particular que vai ao encontro do problema estrutural do sistema interestatal capitalista e sua dinâmica conflitiva e competitiva pela riqueza e o poder: “O inglês tinha e tem excesso de capitais. Roubou o mundo inteiro por 300 anos e juntou todo o dinheiro na mão.” (IBIDEM, p. 250, 1997).

Destarte, a “opção de 74”<sup>248</sup>, que os professores Barros de Castro e Pires de Souza referem como o caminho escolhido para o desenvolvimento, impunha uma atitude corajosa e firme, o que segundo Moniz Bandeira, Geisel tinha de sobra<sup>249</sup>. Desse modo, o autor ilustra o amplo salto em direção a autonomia tecnológica e econômica buscada pelo general-presidente:

A fim de restringir a compra de tecnologia, que pesava tanto quanto as importações de petróleo, ele criou três empresas estatais – Investimentos Brasileiros S.A. (Investibras), Mecânica Brasileira S.A. (Embramec) e Financiamento de Insumos Básicos (Fibase) – como subsidiárias do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. A finalidade era sustentar, por meio de associação com o capital do Estado, a expansão de empresas privadas brasileiras, principalmente nos setores de bens de capital e insumos básicos (alumínio, cobre, fertilizantes, barrilha etc.) (BANDEIRA, p. 190-191, 2011)

---

<sup>247</sup> Para mais informações a respeito das opiniões de Geisel ver: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *Op. cit.*, pp. 287-288.

<sup>248</sup> CASTRO; PIRES. *Op. cit.*, p. 30.

<sup>249</sup> Cf. BANDEIRA, Moniz. *Op. cit.*, p. 189.

Corroborando com Bandeira, Carlos Medeiros salienta que,

Estruturalmente, com a mudança nos termos de troca em 1973 e com a ativa política do II PND de promover investimentos substitutivos em insumos básicos e bens de capital e, simultaneamente, promover exportações, a economia brasileira aprofundou seu processo de industrialização atingindo níveis inéditos entre os países em desenvolvimento tanto em termos de extensão como em termos de diversificação de seu parque industrial. (MEDEIROS, 2001, p. 20)

Tendo feito esta introdução aos aspectos gerais do II PND, passaremos a analisar os detalhes e as áreas elencadas como prioritárias do plano. Como um projeto ambicioso de aprofundamento da revolução capitalista industrial brasileira, o plano previa tornar o Brasil o mais independente possível dos bens e insumos básicos e complexos da cadeia produtiva. Para isso era necessário enfrentar grupos de interesses setoriais, sobretudo paulistas que eram refratários à ideia de investimentos descentralizados<sup>250</sup>. Estes, além de cumprirem um papel fundamental de inclusão de regiões negligenciadas ao longo do processo de industrialização, como o Nordeste e o Norte, cumpria, igualmente, uma função geopolítica de colonização do interior mais afastado e empobrecido do país<sup>251</sup>.

No intuito de aprofundar a integração nacional pela descentralização de investimentos públicos, chama atenção um elemento até então negligenciado, ou pelo menos não explicitado nos planos de desenvolvimento dos outros governos militares, qual seja, a questão social e a distribuição de renda. Nesse sentido, a primeira página do documento oficial que apresenta o II PND, Lei 6.151 de 1974, dispõe que “o Brasil se empenhará, até o fim da década, em manter o impulso que a Revolução vem procurando gerar, para cobrir a área de fronteira entre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento” (BRASIL, 1974, p. 03).

O documento afirma que devido a instabilidades internacionais o país deverá conviver com elas sem abrir mão de desenvolvimento e do aumento da renda média do brasileiro<sup>252</sup>. O documento projeta um crescimento econômico de forma a não desamparar o aspecto social e o aumento do emprego.

Resumidamente, expomos aqui alguns pontos relevantes do documento: i) necessidade de ajustamento da estrutura econômica tendo em vista a escassez de

---

<sup>250</sup> DA SILVA, Mariene. Op. cit., p. 14.

<sup>251</sup> Ver: Lei 6.151, 1974.

<sup>252</sup> Idem, 1974, p. 04.

petróleo. Neste ponto o documento é enfático quanto à necessidade da expansão dos setores de insumos básicos e bens de capital; ii) chegar ao final da década como uma economia competitiva e plenamente industrial; iii) o país deverá ampliar sua capacidade de geração de energia. Para isso, é necessário um amplo pacote de infraestrutura que congregue a energia nuclear, hidroelétrica e ampliação da exploração petrolífera pela Petrobrás<sup>253</sup>; iv) uma política nacional científica e tecnológica com ênfase em um programa nacional de pós-graduação; v) um planejamento que vise a integração nacional; vi) ocupação produtiva da Amazônia e do Centro-Oeste; vii) uma estratégia de desenvolvimento social contemplando a geração maciça de emprego, renda, recurso humanos qualificados na educação e saúde; viii) a necessidade da integração com a economia mundial sem discriminação regional ou ideológica<sup>254</sup>.

Estes oito pontos básicos – chamados de “síntese” do plano do quarto “Governo Revolucionário”<sup>255</sup> - formam o alicerce do II PND que se divide em três partes. A primeira parte, cujo tema é: “Desenvolvimento e Grandeza: o Brasil como potência emergente”, possui sete capítulos. Na segunda parte, o título é: “Grandes Temas de Hoje e Amanhã”. Ela é dividida em dois capítulos: “Política de Energia” e “Desenvolvimento Urbano: controle da poluição e preservação do meio ambiente”. Na terceira parte do plano há uma série de tópicos a respeito do Brasil no fim da década, na qual o governo faz um amplo inventário de toda a produção, setores, indicadores econômicos e sociais e projeções de crescimento. Por fim, a quarta e última parte do II PND é a chamada “Ação para o desenvolvimento”, o qual pormenoriza o programa de investimentos do governo.

---

<sup>253</sup> Neste ponto, qual seja, a diversificação de fontes de energia vale a pena ressaltar a importância de um programa estratégico do álcool, o Pró-álcool. O Proálcool surgiu em 1975, pela Lei 76.593, como um importante substituto da dependência do petróleo. Além de reduzir substancialmente a importação do petróleo e da gasolina, a criação de um programa específico e abrangente como o Proálcool contribuiu para a geração de um nicho de mercado de etanol considerável para o Brasil. Por meio de financiamento estatal, empresas privadas investiram na produção do etanol em larga quantidade o que estimulou um amplo processo de fabricação e venda de carros movidos à álcool. De acordo com Bautista Vidal, físico nacionalista idealizador dos motores à álcool, “ O PRÁLCOOL, (...) é a ponta minúscula de um imenso *iceberg* localizado nos trópicos... e cuja parte maior se viabiliza no continente brasileiro.” (VIDAL, 1987, p. 185). Outro fator importante do Programa Nacional do Álcool foi a geração de emprego no meio rural. O Brasil chegou a ter em 1986 95% de sua frota de veículos de passeio movidos à etanol.

<sup>254</sup> Para mais detalhes sobre os pontos ver: Lei 6.151 de 1974.

<sup>255</sup> É interessante notar a proposição de “modernização por etapas” que, em princípio, fora a intenção dos militares no poder.

Nosso empenho não será o de analisar cada parte, capítulo e tópico, afinal, o plano inteiro tem 118 páginas e não é objeto precípuo do trabalho fazê-lo, mas sim analisarmos os pontos mais relevantes do projeto de desenvolvimento econômico com características de mudanças estruturais no sistema produtivo nacional.

Nesse sentido, chama atenção para a cifra do total a ser investido nos cinco anos de governo (1974-79), Cr\$ 716 bilhões em indústria básica, ciência e tecnologia e infraestrutura econômica, assim como o orçamento de Cr\$ 760 bilhões destinados a “estratégia de desenvolvimento social” que buscou ampliar maciçamente a geração de emprego e visou ao aumento real do salário mínimo<sup>256</sup>. Outro ponto a ser analisado será a capacidade de financiamento deste enorme programa de expansão produtiva que, de acordo com a lei que implementou o II PND (Lei 6.151, 1974), contava expressivamente com o financiamento externo, a entrada de capitais estrangeiros e a grande participação do investimento estatal.

A ampliação e o esforço no sentido de melhorar a qualidade da exportação, principalmente de conquistar mercados para os produtos de maior complexidade industrial passa a ser vista de maneira fundamental no II PND. Neste sentido, o pragmatismo na política de comércio exterior passa a ter um caráter geoeconômico conforme as diretrizes do interesse nacional estabelecido pelo regime, qual seja tornar-se uma potência mundial. Assim, cada vez menos o Brasil se colocou como refém dos constrangimentos ideológicos da Guerra Fria.

Percebe-se, pois, que a conjuntura econômica internacional - o choque do petróleo e a nova ordem econômica mundial dos anos 1970 - condicionará consideravelmente a estratégia de desenvolvimento nacional. Assim afirma o documento do II PND:

Está o Brasil procurando ajustar-se rápida e integralmente, às novas circunstâncias, tanto quanto possível adotando ainda este ano as medidas para isso necessárias. A principal preocupação é adaptar-se, do ponto de vista da estrutura econômica, de forma segura e rápida, às necessidades da situação criada. Isso deverá viabilizar que, com um esquema financeiro externo cuidadoso e inteligente, seja possível preservar o desenvolvimento acelerado. (BRASIL, 1974, p. 13)

Esta “pressão conjuntural” contribuiu, ao que tudo indica, para os rumos do II PND, porém, de forma diferente, como vimos, pois, não obstante as pressões dos

---

<sup>256</sup> Idem, 1974, p. 04.

grupos pró-recessão, a diretriz seguiu um amplo programa desenvolvimentista que buscou conciliar a vinda do capital estrangeiro com o nacional de maneira a garantir uma,

Orientação de nacionalismo positivo, voltada para assegurar a execução da estratégia nacional de desenvolvimento, realizando o equilíbrio entre o capital nacional e estrangeiro, e garantindo, na articulação com a economia internacional, a consecução das metas do País. (BRASIL, 1974, p. 19)

Portanto, esta “orientação de nacionalismo positivo”, que nos faz recordar o “nacionalismo de fins” de Jaguaribe<sup>257</sup>, foi a base do projeto de desenvolvimento de Geisel e, de certa forma, tal qual temos buscado ilustrar, do pensamento desenvolvimentista militar. Como dissemos mais acima, o próprio Geisel reforça a necessidade de se construir um desenvolvimento integral, que não se baseasse apenas em crescimento econômico, mas também em modernização da economia nacional, da melhoria nos padrões sociais e na autonomia produtiva.

Conforme a Lei 6.151, 1974, os investimentos produtivos buscaram descentralizar a produção industrial e integrar o território nacional como um todo na cadeia produtiva. A intenção era, portanto, alterar o próprio modelo de desenvolvimento nacional<sup>258</sup>. No entanto, isso gerará grandes atritos com os industriais do Sudeste, principalmente paulistas, e desencadeará uma crise que refletirá no cenário de sustentação política do governo. Consonante a Lei 6.151, o CDE (Conselho de Desenvolvimento Econômico) baixa a Resolução nº14, que determina a descentralização dos investimentos produtivos do II PND<sup>259</sup>. Os empresários paulistas, representados pela FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) se manifestaram contrários à descentralização dos investimentos a partir de 1978 por meio de uma nota enviada ao ministro Reis Velloso<sup>260</sup>.

<sup>257</sup> O “nacionalismo de fins” tinha por base a ideia de que o capital estrangeiro era necessário para ajudar no processo de desenvolvimento nacional. Para mais informações ver: JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira**. Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

<sup>258</sup> Para mais informações sobre a proposta de alteração do modelo de desenvolvimento praticado até então ver: FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND**. Revista de Economia Política, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008, p. 44.

<sup>259</sup> Para mais informações sobre a Resolução nº14 ver: GARCIA, Fernando Coutinho. Articulação de interesses e processo decisório estatal: o caso do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 2, p. 25-40, 1983.

<sup>260</sup> Para mais detalhes acerca da relação entre empresários paulistas e o II PND ver: DA SILVA, Mariene. Op. cit., pp. 13-15.

Segundo Mariene da Silva,

A Resolução nº 14 foi interpretada em São Paulo como um ato de discriminação contra o estado, cujas implicações seriam a estagnação, deterioração, desvitalização e paralisação (para citar alguns dos termos usados) do principal pólo industrial do país. Verificou-se então uma forte reação do empresariado paulista (FIESP, ACSP, FCESP, Instituto de Engenharia da São Paulo<sup>49</sup>), dos poderes públicos locais (municipais e estadual) e da imprensa paulista (jornal OESP). (DA SILVA, Mariene. 2003, p. 15)

A estratégia de descentralização de investimentos se baseava na criação de novas metrópoles com capacidade de produção de bens sofisticados com alta complexidade tecnológica e evitar ser apenas um produtor de bens. Desse modo, haveria de se construir a capacidade de se inovar e expandir a exportação de manufaturados<sup>261</sup>. Outro aspecto do plano era o “ajustamento das empresas multinacionais à estratégia nacional” (BRASIL, 1974, p. 20).

Para Barros de Castro e Pires de Souza – que reforçam nosso argumento de que o II PND era, não apenas uma resposta à conjuntura, mas também uma necessidade do capitalismo brasileiro – a economia nacional havia deixado, em 1974, de ser competitiva em muitos setores e necessitava aprofundar nossa capacidade produtiva. A deterioração dos termos de troca teria deixado a economia brasileira em situação delicada, assim,

Diante de problemas desta natureza e magnitude, de nada serviria travar a economia e/ou reorientar o gasto interno. Mais precisamente, o mero desaquecimento da economia, e/ou a ativação de certos ramos e a retração de outros, deixaria intacta uma estrutura econômica desbalanceada e comprovadamente vulnerável, face a um mundo cuja instabilidade não poderia mais ser ignorada. (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 36)

Todavia, de acordo com os mesmos autores, não bastava um grande aumento do investimento público para a realização deste grandioso empreendimento – a mudança da estrutura produtiva pelo II PND. Por isso, o Estado orientou todos os instrumentos de fomento, como o financiamento via BNDE, e usou de todo o poder político para pressionar empresários de setores estratégicos, como Ermínio de Moraes da Votorantim, a ampliarem seus investimentos e capacidade produtiva<sup>262</sup>. Às

---

<sup>261</sup> BRASIL, 1974, pp. 24-26.

<sup>262</sup> Para mais informações a respeito ver: CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. Pires de. A economia brasileira em marcha forçada. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985, pp. 36-37.

empresas estatais, entretanto, estava reservado o papel de protagonista do II PND, o que gerou pesadas críticas ao governo por parte de alguns setores da economia. Neste sentido,

Os gigantescos investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa. E isto num duplo sentido: *por sua função estratégica* (grifo nosso) e pelo fato de que, de suas encomendas, derivavam numerosos projetos levados a efeito pelo setor privado. Além disso, alguns dos projetos a cargo das estatais, pelo seu período excepcionalmente longo de maturação, fariam com que a influência da estratégia de 74 perdurasse muito além do declínio dos investimentos privados a ela associados – cujo arrefecimento parece datar de 1976. (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 38)

Os autores chegam a dizer que a “estratégia de 74” era tão importante que mesmo com a mudança de governo e da equipe econômica não se podia alterar os efeitos do II PND na reestruturação do sistema produtivo nacional<sup>263</sup>. Nossa tese – a de que o desenvolvimentismo militar, em conjunto com o pensamento “Brasil Grande Potência” foi amadurecido e levado às últimas consequências – converge com este argumento. Era preciso aprofundar as bases reais do desenvolvimento e da modernização produtiva do país, por isso Geisel não freou o processo de crescimento e mudança da estrutura econômica que ele expandiu e cristalizou.

Não obstante, esta afirmação não desconsidera a influência de dois outros fatores para o aprofundamento da modernização e da mudança estrutural: legitimidade do regime político e conjuntura econômica mundial. O que procuramos argumentar, no entanto, é que estes dois fatores foram menos relevantes na implementação da agenda de segurança e desenvolvimento no governo Geisel, justamente pelo fato de que o pensamento desenvolvimentista militar já advogava há tempos a necessidade de mais autonomia produtiva e estratégica. Vale dizer que, de acordo com Carlos Lessa, “o próprio fortalecimento do capital nacional, repetidamente enfatizado pelo II PND, seria apenas o primeiro momento de uma Estratégia que aponta a Nação-Potência” (LESSA *Apud* CASTRO; SOUZA, 1985, p. 45). Lessa considera o comando militar da política, com seu corolário de “Brasil Grande Potência”, como não necessariamente bom. Com a alcunha de “Estado-Príncipe”, de

---

<sup>263</sup> Cf. CASTRO; SOUZA, Op. Cit., p. 38.

acordo com o autor, o Estado passa a ser uma espécie de sujeito histórico e ativo, ao passo que a sociedade se torna objeto passivo deste poder<sup>264</sup>.

Nesse sentido, Castro e Souza argumentam que o II PND causou um grande confronto entre as “forças do mercado”, pois, como no projeto de desenvolvimento atual (1974) – convergente e aprofundador do ideal de “Brasil Grande Potência” – buscava-se descentralizar os investimentos produtivos, de modo a formar uma burguesia industrial nas regiões de todo o país e, com isso, ocupar os vazios e tornar o processo de desenvolvimento mais equilibrado<sup>265</sup>. O II PND era fruto e, em nossa opinião o amadurecimento, do ideal do desenvolvimentismo militar. Destarte,

O projeto de industrialização nacional, que teve como primeiro grande marco a batalha pela moderna siderurgia, é ali ostensivamente assumido. Tal projeto, ora adotado, ora deixado de lado, por sucessivas administrações, tem profundas raízes em segmentos da burocracia civil e das Forças Armadas, conta com o apoio intermitente de parcela da burguesia nativa e chegou, mesmo, no episódio da luta pelo petróleo, a desfrutar de apoio popular. (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 45)

E prossegue, “ jamais deixou, porém, de trazer em si a marca de uma determinação política que busca sobrepor-se ao chamado jogo das forças de mercado” (Ibidem, 1985, p. 45). Esta afirmação vai ao encontro de nossa tese e até a reforça, visto que o autor defende que a ideia do projeto “Brasil Grande Potência” deita raízes no passado, especificamente nos grupos e “alas” nacionalistas tanto à esquerda quanto à direita ao longo do século XX no Brasil. A questão de estar acima do “jogo das forças de mercado” é marcante no pensamento desenvolvimentista e autoritário militar. Tal como vimos tentando mostrar ao longo do trabalho, a “missão” de modernizar o país de cima para baixo e reconhecer que as elites nacionais eram fracas e incapazes de liderarem o processo de desenvolvimento reforçam o argumento, de que o projeto “Brasil Potência” e a “Grande Estratégia” de Geisel, são comandados por uma percepção política do processo de desenvolvimento nacional. Ou seja, subordina-se a economia e a instrumentaliza em função do projeto político de poder.

Um aspecto importante a respeito da escolha pelo desenvolvimento, ou escolha pela ampliação da capacidade produtiva como instrumento de superação das

---

<sup>264</sup> Para mais informações acerca da visão de Lessa sobre o assunto ver: LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso**. Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, 1998.

<sup>265</sup> CASTRO; SOUZA. OP. cit., pp. 42-44.

restrições externas e da dependência econômica, foram as críticas ao II PND. No entanto, como veremos, muitas delas se deram em momento pós-governo Geisel, em que os desdobramentos econômicos internacionais advindos dos dois choques do petróleo e da diplomacia do dólar forte foram duramente sentidos no mundo inteiro.

Críticas, portanto, anacrônicas, pois ninguém esperava que tais desdobramentos pudessem ocorrer e, ademais, tendo em vista a facilidade de acesso ao financiamento externo com juros baixos. Por qual razão um governo que busca a modernização econômica do país – tal qual o de Geisel – deixaria de aproveitar tal instrumento fundamental para a execução do seu plano de desenvolvimento nacional? Para Barros de Castro e Pires de Souza, o diagnóstico feito em 1974 pelo governo foi justamente o de, no futuro, prevenir o país de sofrer as consequências de turbulências internacionais. Nos anos 1980, os ganhos comerciais advindos do amplo saldo favorável das exportações se dá exatamente pelos efeitos positivos do II PND no parque industrial brasileiro que ganhara robustez e maior competitividade e complexidade<sup>266</sup>.

Outra crítica amplamente difundida, sobretudo no meio empresarial, foi a de que o II PND fora uma estratégia de aprofundamento da dominação estatal sobre o sistema produtivo nacional<sup>267</sup>. Setores estratégicos da economia, como o siderúrgico, petroquímico, papel e celulose, fertilizantes, mineral, indústria de base, dentre outros, foram objeto de críticas. O jornal *O Estado de São Paulo* chegou a publicar alguns editoriais seguidos sobre a estatização e os riscos de o país se tornar uma economia socialista<sup>268</sup>. Todavia, o próprio Geisel dirá que o Estado investe e ocupa setores que os empresários ou não podem, pois não têm capitais disponíveis, ou não se interessam, pela baixa taxa de retorno no curto prazo<sup>269</sup>. Além desta visão de Geisel, não se pode perder de vista que o nacionalismo econômico ocupa, historicamente, à esquerda e à direita do espectro político nacional um lugar cativo. Tanto, estruturalistas, desenvolvimentistas autoritários quanto militares nacionalistas

---

<sup>266</sup> CASTRO; SOUZA. Op. Cit, p. 40-41.

<sup>267</sup> Ver: BONELLI, R.; MALAN, P. **Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 6, n. 2, ago./1976; AGUIRRE, B. M. B.; SADDI, F. C. **Uma alternativa de interpretação do II PND**. Revista de Economia Política, v. 17, n. 4 (68), out.-dez./1997.

<sup>268</sup> Para mais detalhes ver as edições antigas do *Estado*: O Estado de S. Paulo, São Paulo, jul/1973 – dez/1975.

<sup>269</sup> Mais informações em: D'ARAÚJO; CASTRO. Op. cit., p. 291.

entendiam que era necessário preservar setores da produção e a posse de minerais estratégicos nas mãos dos Estado<sup>270</sup>.

Além das críticas de que o II PND era um instrumento de estatização do sistema produtivo, o governo Geisel também recebeu críticas e desacordos de setores da economia que não foram contemplados ou que não tiveram suas prioridades atendidas, como o setor automobilístico<sup>271</sup>. O endividamento externo foi outro elemento de crítica por parte da mídia e de setores da economia, além, é claro, de economistas ortodoxos. Todavia, conforme salienta Luciano Coutinho, acerca do endividamento,

Foi um fenômeno global de endividamento imprevidente, mas que no nosso caso correspondia à construção dos últimos grandes blocos de infraestrutura e de capacidade industrial (bens de capital e insumos) necessários, como base do projeto “Brasil Grande”. (COUTINHO, 1987, p. 179).

Estas críticas vindas de setores da economia – que apoiavam o regime de exceção desde o princípio – começam a criticar o governo militar exatamente no momento em que se propõe uma descentralização produtiva e a criação de polos econômicos regionais. Esta coincidência das críticas com o II PND virá à tona em um momento em que o governo começa a enfrentar desgastes pela abertura política. Como citamos acima, vários setores começam a criticar a estatização do processo econômico, como jornais paulistas – Folha e Estadão -, empresas do mesmo estado – que não foram beneficiadas pelos investimentos pesados do II PND – e outros setores da sociedade, como a Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil, dentre outros. Estas manifestações vêm ao encontro do lançamento do “Pacote de Abril”, de 1977, quando o governo fecha o Congresso e manobra para conseguir recuperar a maioria parlamentar perdida para a oposição, o MDB<sup>272</sup>.

Outro elemento que agrava a perda de apoio de setores econômicos é o de que o II PNB propõe, finalmente, “repartir o bolo” acumulado pelo crescimento e fala com

---

<sup>270</sup> Ver as obras citadas de Góes Monteiro, doutrinas como de Segurança Nacional (DSN), publicações do ISEB e as obras citadas no primeiro capítulo de Alberto Torres e Oliveira Vianna.

<sup>271</sup> Este setor criticava abertamente o Proálcool e reivindicava a adoção de motores à diesel nos carros de passeio. Mais informações em: CASTRO; SOUZA. Op. Cit., p. 44.

<sup>272</sup> Para mais informações sobre o “abandono” do regime pelos empresários e outros setores da sociedade ver: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora, v. 34, 2014. Especialmente do capítulo 12 ao 17.

clareza, na página 04, da necessidade de se aumentar a renda e as condições de vida do trabalhador e da classe média. Nesse sentido, diz o documento:

Abrem-se com tal resultado (*investimentos e desdobramentos o II PND*, grifo nosso) amplas perspectivas para o aumento de renda das classes média e trabalhadora, seja pelo próprio efeito do programa econômico, seja pela ação da política social do Governo (BRASIL, 1974, p. 04)

É certo que a política de descentralização dos investimentos e o fortalecimento de “novas elites econômicas regionais”, associado ao aumento do protagonismo das empresas estatais na construção de uma nova capacidade produtiva causou desconforto naqueles empresários que há tempos auferiam benefícios do governo e, ao mesmo tempo, eram um importante pilar de sustentação política do regime.

O que tentamos apresentar neste capítulo foi a estratégia do governo Geisel de implementar um projeto ambicioso de poder econômico e superação da dependência econômica via II PND. A partir de uma leitura geoeconômica das relações internacionais e do lugar do Brasil na DIT, o II PND foi um instrumento de construção de autonomia econômica do governo Geisel e tentativa de aprofundar a industrialização e a própria revolução capitalista nacional. Ao buscar dar condições para o sistema produtivo brasileiro tornar-se mais complexo e competitivo, alguns resultados são relevantes. As exportações, entre 1974 a 1980, se multiplicaram por 2,8 e houve um aumento de 20% nas exportações de produtos industriais no mesmo período<sup>273</sup>. Outro dado de grande importância foi o crescimento da indústria da transformação, 7,1 % e, sobretudo, a indústria de bens de capital com crescimento de 8,5 %. Ainda, de acordo com Antônio Barros de Castro e Eduardo Pires de Souza, “em *marcha forçada*, a economia subiria a rampa das indústrias capital-intensivas e tecnológico-intensivas” (CASTRO; SOUZA, 1985, p. 76). Esses dados são relevantes, pois reforçam a visão desenvolvimentista do período Geisel e sua estratégia de transformação estrutural da economia brasileira com vistas a superar os obstáculos que impediam o pleno desenvolvimento.

O saldo foi bastante positivo para alguns analistas, como Guido Mantega que advoga que “o II PND gerou uma estrutura industrial muito mais integrada e dotada de uma dinâmica intersetorial complementar, que reduziu a dependência da economia

---

<sup>273</sup> Mais informações em: MEDEIROS, Carlos. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília, DF: IPEA, 2015

brasileira dos centros capitalistas hegemônicos” (MANTEGA, 1997, p. 38). Além disso, o II PND privilegiou o capital nacional que estaria em desequilíbrio com o estrangeiro.

#### **4. Considerações Finais**

Nossa análise buscou recair sobre o projeto estratégico do governo Geisel de transformação do Brasil em uma potência mundial, entendemos que as ações implementadas neste sentido foram coerentes com tal empresa. Naturalmente, não buscamos aqui provar que o governo Geisel foi melhor ou pior que outros de nossa história, o que nos esforçamos em mostrar foi que Geisel representou o ponto alto da política de modernização militar de caráter desenvolvimentista.

Consoante os capítulos apresentados, o pensamento militar modernizante inicia-se com os “Jovens Turcos”, nos anos 1910, e toma corpo com os tenentes de 1922. A partir deste momento, o movimento pela modernização nacional busca romper com todas as amarras que limitavam o potencial de transformação do país. A primeira delas será a oligarquia paulista que em 1930, mediante a Revolução varguista, será alijada do poder nacional por uma aliança entre setores conservadores desenvolvimentistas como os militares e elites regionais do Sul e Nordeste. A evolução deste pensamento com a “política do Exército” de Góes Monteiro se solidificará com a criação da Doutrina de Segurança Nacional em 1949. Mesmo não havendo uma homogeneidade de classe no estamento militar, haja vista a contaminação ideológica pelo contexto da Guerra Fria, o nacionalismo autoritário e mesmo o não autoritário discutirão os “grandes temas” que pressionavam as decisões nacionais de ou seguir um projeto autonomista ou o alinhamento com os Estados Unidos.

A campanha pela nacionalização do petróleo, que envolveu uma série de militares nacionalistas como Horta Barbosa e Estillac Leal, serviu para ilustrar o comprometimento de parte do estamento militar com as causas nacionais, bem como a conscientização de que as políticas nacionalistas de controle das reservas minerais estratégicas eram fundamentais para o desenvolvimento do país. Seguindo esta linha, o Golpe de 1964 expôs com contundência a divisão interna entre aqueles que não queriam aprofundar a modernização pelo nacionalismo e os que viam no regime de exceção a oportunidade de controlar o processo de desenvolvimento de cima para

baixo e transformar o país em uma grande potência militar. Assim, a partir de 1967 vimos que com Costa e Silva a segunda opção triunfou e o processo de modernização autoritária reinterpreto a DSN iniciando uma nova abordagem e execução do binômio Segurança e Desenvolvimento. Estes serão os pilares fundamentais da “Grande Estratégia” buscada no governo Geisel.

Conforme mostramos, será com Geisel que este movimento modernizante atingirá seu zênite e o país buscará alcançar o máximo possível de autonomia econômica e estratégica. Desse modo, a política de construção de um complexo industrial-militar, dando ao país maior autonomia na fabricação e escolha de material bélico, agiu igualmente para transformar o Brasil em um grande exportador de armamentos. O ponto alto desta política de segurança foi a denúncia do Acordo Militar com os Estados Unidos, em 1977 e fabricação de tanques e aviões de guerra.

O outro pilar da “Grande Estratégia” do governo Geisel, a política de desenvolvimento, via II PND, conforme mostramos, foi extremamente importante na consolidação do capitalismo brasileiro e para o fortalecimento da capacidade produtiva do país, principalmente no setor de bens de capital. Mesmo considerando as críticas advindas de setores da indústria paulista, acostumados a receber benefícios e a desfrutar de relações especiais com os governos passados, Geisel forçou a descentralização dos investimentos e buscou realizar etapa fundamental de integração do território e finalizar a obra iniciada por Vargas 50 anos antes.

Nessa pesquisa, buscamos, igualmente, expor as dificuldades que o projeto estratégico de Geisel enfrentou, tal qual outras iniciativas de outrora. Pressões de grupos internos e poderes externos contribuíram para desestabilizar os passos na direção da “grande potência”. Naturalmente, não estamos aqui fazendo uma “filosofia da história”, na qual forças estranhas se manifestam no destino da nação e mudam o rumo. Todavia, nos esforçamos para descrever a situação estrutural do sistema interestatal capitalista e das disputas internas do Brasil. Estas, envolvem forças com interesses muito claros que disputam espaços como a elite econômica paulista, ou os nacionalistas isebianos ou ainda os militares que se conformaram como força e elite nacional com projeto próprio de nação. Nos esforçamos para mostrar como o processo de desenvolvimento nacional é estratégico e ao mesmo tempo complexo, pois não depende exclusivamente do grupo de poder que o comanda. Vargas sofreu

severas críticas e teve de enfrentar grupos internos, como Lacerda e a UDN e externos, como os Estados Unidos.

Com Geisel não fora diferente, principalmente porque seu projeto de desenvolvimento pretendia a transformação definitiva do país. Sua “Grande Estratégia”, pelo que vimos, foi desenhada para realizar mudanças estruturais e profundas, como na tentativa de fortalecer elites regionais produtivas fora do Sudeste, seja na tentativa de mudar definitivamente o lugar do Brasil no mundo, via uma política externa autonomista – Pragmatismo Responsável e Ecumênico – e capacidade nuclear. Não à toa, o governo sofrera pressões dos Estados Unidos como nenhum outro governo nacional, nem mesmo Vargas. Carter fizera o que pudera para frear os planos estratégicos, porém a determinação de Geisel manteve-se resoluta. Não podemos nos olvidar em momento algum que as relações internacionais são relações de poder e interesses, não havendo espaço para amizades e políticas de cooperação estratégica entre os países. Conforme citamos no início do trabalho, a mentalidade estratégica militar se enquadra na perspectiva realista, hobbesiana, enxergando o mundo pela ótica geopolítica e dos conflitos. Assim, Geisel não se iludiu, mas esforçou-se para ampliar as capacidades de poder do Brasil.

Por conseguinte, os atritos com os Estados Unidos eram inevitáveis, visto que a construção da potência (Brasil Grande) fazia que o país buscasse mais autonomia e menos dependência nos campos da economia, tecnologia, armamentos e na diplomacia. Como bem salienta Moniz Bandeira, o Brasil passa a ser visto como um “rival emergente” dos Estados Unidos e a competição por mercados e espaços de poder torna-se inevitável. Da parte brasileira, a competição e mesmos os atritos não eram propositais, mas consequência da expansão do poder brasileiro e da escolha autonomista.

Não obstante, devemos também salientar que o projeto “Brasil Potência” dos militares e a “Grande Estratégia” de Geisel encontraram limites e restrições. Além dos problemas já referidos com os Estados Unidos, cabe lembrar que os militares não conseguiram equacionar, em definitivo, os problemas da restrição externa de capitais e financiamento. Outra questão delicada foi o próprio relacionamento dos militares com as elites econômicas e políticas. Se, por um lado, a ESG pretendia formar líderes e uma elite nacional consciente do seu papel no desenvolvimento autônomo, por outro, os militares não souberam lidar ou não perceberam o poder que as corporações

de mídia passaram a ter ao longo do regime. Prova disso foi a campanha encabeçada pelo jornal paulista *O Estado de São Paulo* contra o II PND e a estatização da economia.

Por fim, acreditamos que a construção do “Brasil Potência” e, mais especificamente, a “Grande Estratégia” executada no governo Geisel tinham, por objetivo colocar o país entre os grandes no mundo. É certo que a ideologia da modernização militar, ou *via prussiana*, contribuiu para o grande crescimento econômico e a modernização do capitalismo nacional, além de construir bases sólidas de poder em áreas estratégicas como a de armamentos e a nuclear. Todavia, este projeto de modernização não conseguiu superar os males da concentração e má distribuição da renda nacional, fazendo que o país crescesse, mas não se desenvolvesse integralmente.

## Referências

AGUIRRE, B. M. B.; SADDI, F. C. **Uma alternativa de interpretação do II PND**. Revista de Economia Política, v. 17, n. 4 (68), out.-dez./1997.

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **“Os 80 anos da obra Projeção Continental do Brasil, de Mário Travassos”**. Revista do Departamento de Geografia – USP, Volume 29 (2015), p. 59 a 78.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. UNB/IPRI, 2002.

AMARANTE, José Carlos Albano. 1758 - **A Base Industrial de Defesa Brasileira**. IPEA. Rio de Janeiro, 2012

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Editora Civilização Brasileira, 2013.

\_\_\_\_\_. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. **As Relações Perigosas: Brasil-estados unidos (de collor a lula, 1990-2004)**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004.

BARRETO, Pedro Henrique. **História-Bretton Woods**. Revista Desafios do Desenvolvimento, Brasília, a, v. 6. Edição 50, 2009.

BENAYON, Adriano. **Globalização versus desenvolvimento**. Escrituras Editora, 2005.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

BONELLI, R.; MALAN, P. **Os limites do possível: notas sobre balanço de pagamentos e indústria nos anos 70**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 6, n. 2, ago./1976.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil**. São Paulo: Editora, v. 34, 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito de Desenvolvimento do ISEB Rediscutido**. Dados – Revista de Ciências Sociais 47 (1), Rio de Janeiro, 2004: 49-84.

BRZEZIŃSKI, Zbigniew. **Game Plan: The Geostrategic Framework for the Conduct of the US--Soviet Contest**. HarperCollins Publishers, 1986.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. **Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 1950: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva**. Brasília: FUNAG, 2009

CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco E. Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1985.

CASTRO, João Augusto de Araujo. **O congelamento do poder mundial**. In: EXPOSIÇÃO DOS ESTAGIÁRIOS DO CURSO SUPERIOR DE GUERRA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1971, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, jul. 1971.

CAVAGNARI FILHO, Geraldo Lesbat. **Estratégia e defesa (1960-1990). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume, v. 4, p. 119-146, 2000.

CERVO, Amado Luiz. **Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil. Brasília: Ed. UnB, 2002.**

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada**. Unesp, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas. In: **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Fiocruz, 2006. p. 173-200.

COUTINHO, Luciano. **Crise econômica e soberania nacional**. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. "Militares: pensamento e ação política". Forças Armadas e Sociedade; 1, 1987.

DE ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. **Átomos na política internacional**. CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad, v. 7, n. 21, p. 113-140, 2012.

DE FREITAS, Glória Maria Miranda; CAVALCANTI, Karen Barbosa. **Brasil e Argentina: Do conflito à cooperação nuclear**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2239-4811, Vol. 1 (2), 2010.

DE LIMA, Maria Regina S. **The Political Economy of Brazilian Foreign Policy – Nuclear Energy, Trade and Itaipú**. FUNAG, Brasília, 2013.

D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1997.

DA SILVA, Mariene Valadares et al. **Política industrial e interesses empresariais: o II PND (1974-1979)**. In: Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas [Proceedings of the 5th Brazilian Congress of Economic History and the 6th International Conference on Business History]. ABPHE-Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica (Brazilian Economic History Society), 2003.

E SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura política nacional: o poder executivo; &, Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria J. Olympio Editora, 1981.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador 2**. Zahar, Rio de Janeiro, 1993.

FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. Senac. São Paulo, 2000.

\_\_\_\_\_. **A crise da política externa: autonomia ou subordinação?** Editora Revan, 2001.

FIORI, José Luís et al. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Vozes, Petrópolis, 1999.

\_\_\_\_\_. **Formação, expansão e limites do poder global. O poder americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 11-64, 2004.

\_\_\_\_\_. **História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo**. Boitempo Editorial, 2015.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. **O Estado e suas razões: o II PND**. Revista de Economia Política, v. 28, n. 1, p. 28-46, 2008.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **A organização burocrática do exército na exclusão do tenentismo**. Revista de Administração de Empresas, v. 23, n. 2, p. 05-15, 1983.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2007

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Paz e Terra, 2000.

\_\_\_\_\_. **Características gerais da economia brasileira**. Revista brasileira de economia, v. 4, n. 1, p. 7-38, 1950.

GARCIA, Eugênio Vargas. Questões estratégicas e de segurança internacional: a marca do tempo e a força histórica da mudança. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. SPE, p. 99-120, 1998.

GARCIA, Fernando Coutinho. **Articulação de interesses e processo decisório estatal: o caso do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI)**. Revista de Administração de Empresas, v. 23, n. 2, p. 25-40, 1983.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.; TONETO JR, R. **Economia Brasileira Contemporânea** (6 Edição ed.). São Paulo: Editora Atlas SA, 2005.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Presença e ausência do Estado na trajetória da indústria da construção naval brasileira-1959-1989**. Nova Economia, v. 24, n. 2, p. 445-470, 2014.

GUGLIALMELLI, Juan Enrique. **Argentina-Brasil: enfrentamento y alianza para la liberación**. *Estratégia* (36), set/out., 1975, p. 1-29.

KAISER, Karl. **The great nuclear debate: German-American disagreements.** Foreign Policy, n. 30, p. 83-110, 1978.

KURAMOTO, Renato Yoichi Ribeiro; APPOLONI, Carlos Roberto. **Uma breve história da política nuclear brasileira.** Caderno Brasileiro de Ensino de Física, v. 19, n. 3, p. 379-392, 2002.

KILSZTAJN, Samuel. **O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica. O sistema financeiro internacional no pós-guerra.** Revista de Economia Política, v. 9, n. 4, p. 88-100, 1989.

JAGUARIBE, Hélio. **O nacionalismo na atualidade brasileira.** Ministério da Educação e Cultura, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1958.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento, 1974/76: sonho e fracasso.** Universidade Estadual de Campinas Instituto de Economia, Campinas, 1998.

LESSA, Antônio Carlos. **A estratégia de diversificação de parcerias no contexto do Nacional-desenvolvimentismo (1974-1979).** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 38, n. 1, p. 24-39, 1995.

LIST, Georg Friedrich. **Sistema nacional de economia política.** Os economistas. São Paulo, 1986.

MACARINI, José Pedro. **A política econômica do governo Costa e Silva 1967-1969.** Revista de Economia Contemporânea, v. 10, n. 3, p. 453-489, 2006.

\_\_\_\_\_. **A política econômica do governo Médici: 1970-1973.** Nova economia, v. 15, n. 3, p. 53-92, 2005.

MANTEGA, G. **O governo Geisel, o II PND e os economistas.** São Paulo: EAESP/FGV/Núcleo de Pesquisas e Publicações, Relatório de Pesquisa n. 3, 1997.

MARTINS FILHO, Joao Roberto. O projeto do submarino nuclear brasileiro. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 2, pp. 277-314, 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*. Volume 1. Rio de Janeiro, FGV/Biblioteca do Exército, 2011

\_\_\_\_\_. Projeção mundial do Brasil. São Paulo: Gráfica Leal Ltda, 1960.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e Destino**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

MEDEIROS, C. **Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira**. Brasília, DF: IPEA, 2015.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** Editora Hucitec, 2015.

MIYAMOTO, Shiguenoli; GONÇALVES, Williams da Silva. **Militares, diplomatas e política externa no Brasil pós-64. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas**. São Paulo: Annablume, v. 4, p. 173-213, 2000.

MIYAMOTO, Shiguenoli. **Os estudos geopolíticos no Brasil: uma contribuição para sua avaliação**. Perspectivas: Revista de Ciências Sociais, v. 4, n. 1, 2009.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Ed. Unb/Ipri, 2003.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart: o Plano Trienal e as Reformas de Base (1961-1964)**. Ed. Sulina, Porto Alegre, 2014.

MOTTA, Marly. **As peças do quebra-cabeça: Rex Nazaré e a política nuclear brasileira**. História Oral, v. 13, n 2, p. 115-135 jul-dez. Rio de Janeiro, 2010.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **Militares: pensamento e ação política**. Forças Armadas e Sociedade; 1, 1987.

PATTI, Carlo. **O programa nuclear brasileiro entre passado e futuro**. Meridiano 47, v. 14, n. 140, p. 56, 2013

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras** / Ricardo Bielschowsky ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011.

REINERT, Erik S. **Como os países ricos ficaram ricos e por que os países pobres continua pobres**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SARAIVA, Miriam Gomes. **A opção europeia e o projeto de Brasil potência emergente**. Contexto Internacional, v. 11, n. 1, p. 95, 1990.

SERRANO, Franklin. **Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível**. O poder americano. Petrópolis: Vozes, p. 179-222, 2004.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. A modernização autoritária. **LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campos, 1990.

SPEKTOR, Matias. **Azeredo da Silveira: um depoimento**. FGV Editora, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. **A retomada da hegemonia norte-americana**. Revista de Economia Política, v. 5, n. 2, p. 5-15, 1985.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1935.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro: introdução a um programma de organização nacional**. Companhia editora nacional, 1978.

TREVISAN, Leonardo. **O pensamento militar brasileiro**. Global Editora, São Paulo, 1985.

VARGAS, José Israel. **Ciência em tempo de crise, 1974-2007**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2007.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1939.

VIDAL, Bautista. **De Estado servil a nação soberana: civilização solidária dos trópicos**. Ed. Universidade de Brasília/Vozes, Petrópolis, 1987.

VISENTINI, Paulo. **A projeção internacional do Brasil 1930-2012**. Elsevier Brasil, 2013.

\_\_\_\_\_. **A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.

VLACH, Vânia Rubia Farias. Estudo preliminar acerca dos geopolíticos militares brasileiros. **Terra Brasilis (Nova Série)**. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, n. 4-5, 2003.

### **Referências eletrônicas**

Lei 6.151. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6151-4-dezembro-1974-357400-anexoii-pl.pdf>

Gráfico sobre salário mínimo. Disponível em: <http://terracoeeconomico.com.br/o-avanco-da-inclusao-social-no-brasil-esta-em-risco>

Lei 4.131 sobre remessa de lucros e aplicação do capital estrangeiro. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4131.htm)

Resolução 63 sobre endividamento de bancos nacionais. Disponível em:  
[https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/39996/Res\\_0063\\_v1\\_O.pdf](https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/39996/Res_0063_v1_O.pdf)

Discurso presidencial de Costa e Silva. Disponível em:  
<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/costa-silva/discursos/1967/02.pdf/view>

Programa espacial brasileiro, retrospectiva histórica. Disponível em:  
<http://www.aeb.gov.br/programa-espacial/linha-do-tempo/>

Matéria de Geisel admitindo a possibilidade da bomba. Disponível em:  
<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,geisel-admitiu-possibilidade-de-construir-a-bomba-atmica-brasileira,1063015>

Matéria com o Vice-almirante Othon Pinheiro sobre o programa nuclear. Disponível em:  
<http://oglobo.globo.com/brasil/lenda-viva-do-setor-nuclear-revelou-detalhes-de-programa-da-marinha-17001151>

Entrevista com o Vice-almirante Othon Pinheiro sobre a bomba atômica. Disponível em:  
<http://www.eletronuclear.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=iFL71yRXNdQ%3d&tabid=69>

Verbete do CPDOC sobre Severo Gomes. Disponível em:  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/severo-fagundes-gomes>

Lei de Tarifas de 1957. Disponível em:  
<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/lei-de-tarifas-de-1957>

Lei sobre o monopólio da União dos minerais estratégicos (1963). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D51726.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D51726.htm)

### **Dissertações**

ACHILLES MELLO, Eduardo Jordão de. **Democracia, Democratização e Política Externa: um estudo sobre a formulação da política de segurança do Brasil (1985-2002)**. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação de mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

LADEIRA, Paulo César Júnior. **A ascensão e queda e os desafios ao crescimento das empresas de defesa Avibras e Engesa**. Rio de Janeiro, 2013. Dissertação – Instituto COPPEAD, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2013.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. **Mário Travassos e Carlos Badia Malagrida: Dois modelos geopolíticos para a América do Sul**. São Paulo: USP, 2011 [Dissertação de Mestrado]